

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**São José dos Campos, março de 2014**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013.

Relatório Elaborado pela Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação (CPA) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

São José dos Campos, Março de 2014

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS .....</b>	<b>14</b>
<b>3. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS .....</b>	<b>39</b>
<b>4. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>55</b>
<b>6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....</b>	<b>69</b>
<b>7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....</b>	<b>77</b>
<b>8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .....</b>	<b>80</b>
<b>9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>82</b>
<b>10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....</b>	<b>87</b>
<b>11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....</b>	<b>92</b>
<b>12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>93</b>
<b>13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....</b>	<b>94</b>
<b>14. INFORMAÇÕES REQUERIDAS DE INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS .....</b>	<b>104</b>
<b>15. INFORMAÇÕES REQUERIDAS DE UJ QUE GERENCIEM PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS .....</b>	<b>107</b>
<b>16. INFORMAÇÕES REQUERIDAS DE UJ PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR .....</b>	<b>109</b>
<b>17. RESULTADOS E CONCLUSÕES .....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO 1 - ORGANOGRAMA.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO 2 ó DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS .....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO 3 ó DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO 4 ó DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA .....</b>	<b>114</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 ó Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual.....	14
Quadro 2 ó Ações ó OFSS ó 20UI.....	41
Quadro 3 ó Ações ó OFSS ó 20V9.....	42
Quadro 4 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 2061 .....	43
Quadro 5 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 6237 .....	44
Quadro 6 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4176 .....	44
Quadro 7 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 2063 .....	44
Quadro 8 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 6751 .....	45
Quadro 9 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10H2.....	45
Quadro 10 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4184 .....	45
Quadro 11 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS- 2253 .....	46
Quadro 12 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4195 .....	46
Quadro 13 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4959 .....	47
Quadro 14 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 20I1 .....	47
Quadro 15 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4183 .....	47
Quadro 16 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4958 .....	48
Quadro 17 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10GK.....	48
Quadro 18 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS 10ZG .....	49
Quadro 19 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10ZJ.....	49
Quadro 20 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10ZK .....	50
Quadro 21 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10ZL.....	50
Quadro 22 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 20I0 .....	50
Quadro 23 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 2000 .....	51
Quadro 24 ó Avaliação do sistema de controles internos da UJ.....	53
Quadro 25 ó Programação de despesas .....	55
Quadro 26 ó Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	56
Quadro 27 ó Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	57
Quadro 28 ó Despesas por Modalidade de Contratação ó Créditos de Movimentação .....	58
Quadro 29 ó Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos de Movimentação .....	59
Quadro 30- Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	62
Quadro 31 ó Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	63
Quadro 32 ó Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .....	64
Quadro 33 ó Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse .....	64
Quadro 34 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse .....	65
Quadro 35 ó Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo õBö e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	66
Quadro 36 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador ó UG 240106....	66
Quadro 37 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador ó UG 240107 .....	67
Quadro 38 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador ó UG 240108 .....	67
Quadro 39 - Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo õBö e CPGF).....	68
Quadro 40 ó Força de Trabalho da UJ ó Situação apurada em 31/12 .....	69
Quadro 41ó Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	69
Quadro 42 ó Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	70

Quadro 436 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária .....	70
Situação apurada em 31/12 .....	70
Quadro 44 ó Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12 .....	70
Quadro 45 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	71
Quadro 46 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro .....	72
Quadro 47 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	72
Quadro 48 ó Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	72
Quadro 49 ó Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	72
Quadro 50 ó Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	73
Quadro 51 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	74
Quadro 52 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	75
Quadro 53 - Composição do Quadro de Estagiários .....	76
Quadro 54 ó Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União....	78
Quadro 55 ó Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	79
Quadro 56 ó Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	80
Quadro 57 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis .....	82
Quadro 58 ó Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água .....	85
Quadro 59 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 008.742/2008-0 item 9.3.1 .....	87
Quadro 60 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 008.742/2008-0 item 9.3.2.....	87
Quadro 61 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 009.570/2012 item 9.2.1 .....	88
Quadro 62 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 009.570/2012 item 9.2.2 .....	88
Quadro 63 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 009.570/2012 item 9.3.2 .....	89
Quadro 64 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 006.536/2012 item 9.1.1 .....	89
Quadro 65 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 006.536/2012 item 9.1.2 .....	90
Quadro 66 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 006.536/2012 item 9.1.3 .....	90
Quadro 67 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	91
Quadro 68: Indicadores de gestão .....	94
Quadro 69 ó Resultados dos indicadores ó acórdão TCU N.º 2.267/2005.....	104
Quadro 70 ó Relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio .....	106

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT ó Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AEB - Agência Espacial Brasileira  
AGU ó Advocacia-Geral da União  
AMAZALERT ó *Research Project on Impacts of Climate Change and Land-Use Change in Amazonia*  
AOCS - *Attitude and Orbit Control Subsystem*  
BID ó Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAST ó *China Academy of Space Technology*  
CBERS ó Satélite Sino Brasileiro  
CDT ó Contratados por tempo determinado  
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal  
CEA - Ciências Espaciais e Atmosféricas  
CEMADEN - Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais  
COMBINE ó *Comprehensive Modeling of the Earth System for Better Climate Prediction and Projection*  
CONAE - Comissão Nacional de Atividades Espaciais da Argentina  
CPTEC ó Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos  
CRA - Centro Regional da Amazônia  
CRN ó Centro Regional Nordeste  
CRS ó Centro Regional Sul  
CSIRO - *Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization*  
DETER ó Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real  
DN ó Decisão Normativa  
DSS ó Chave Digital de Sinais  
EMBRACE - Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial  
FINEP ó Financiadora de Estudos e Projetos  
FUNCATE ó Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais  
GPS ó *Global Positioning System*  
GLOW ó Fotômetro de aeroluminescência  
IBAMA ó Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE ó Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICT - Instituição Científica e Tecnológica  
IONEX - *Ionospheric experiment*  
JAXA ó *Japan Aerospace Exploration Agency*  
LANDSAT-8 - *Earth-observing satellite missions*  
LOA ó Lei Orçamentária Anual  
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
NASA - Agência Espacial Americana  
NOAA - *National Oceanographic and Atmospheric Administration*

NPP ó *NPOESS Preparatory Project*  
OBDAH - *On Board Data Handling*  
OCI ó Órgão de Controle Interno  
OFSS - *Orçamento Fiscal e da Seguridade Social*  
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação  
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PNAE - Programa Nacional de Atividades Espaciais  
PPA ó Plano Plurianual  
PRODES - Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG ó Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal  
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões  
TCG ó Termo de Compromisso de Gestão  
TCTP - *Third Country Training Programm*  
TCU ó Tribunal de Contas da União  
TerraLIB ó Biblioteca para o Desenvolvimento de Aplicações em Sistemas de Informação Geográfica  
TerraView ó Aplicativo Construído sobre a Biblioteca de geoprocessamento TerraLib  
UG ó Unidade Gestora  
UJ ó Unidade Jurisdicionada  
UNICAMP ó Universidade Estadual de Campinas  
USP ó Universidade de São Paulo  
WFI - Câmera imageadora de amplo campo de visada

## 1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão respeita as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, da Resolução TCU nº 234/210, alterada pela Resolução TCU nº 244/2011, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, com alterações da DN TCU 129/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e da DN TCU 132/2013.

O Relatório é composto por 17 Seções e quatro Anexos. A sequência das seções segue a ordem dos itens que compõem as partes A e B do Anexo II da DN-TCU nº 127/2013.

São aplicáveis ao INPE os itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 2.1, 2.2, 2.3, 3.2, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2, 6.1, 6.2, 7.1, 8.1, 8.2, 8.3, 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6, 10.1, 10.2, 10.3, 11.1, 11.2 e 12.1 da Parte A, e os itens 8, 28 e 33 da Parte B da DN 127/2013.

Os itens 3.1, 3.4, 3.5 e 3.6 da parte A da DN127/2013 não se aplicam, pois o INPE não conta com estrutura formal de controle interno. Não houve ocorrência para o item 4.6 da parte A da DN 127/2013, correspondente aos quadros A.4.6.1.1 a A.4.6.2.11: no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, as renúncias fiscais concedidas às pessoas jurídicas que se enquadram nas leis 11.196/05 (Lei do Bem), 8.248/91, 10.176/01 e 11.077/04 (Lei da Informática), 8.010/90 (Lei da Importação), são de competência da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação ó Setec, Secretaria de Política de Informática ó Sepin e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ó CNPq, respectivamente.

Os quadros aplicáveis ao INPE são: A.1.1.1, A.2.2.3.1, A.2.2.3.3, A.3.2, A.4.1.1 a A.4.6.2.11, A.5.1.1.1 a A.5.1.5.4, A.5.2.2 a A.5.2.6, A.6.2.1 a A.6.2.2, A.7.1, A.8.1, A.8.2, A.9.1.1 a A.9.2.2, A.9.5, A.9.6, A.11.2.1, B.8.1 e B.8.2.

O Quadro A.2.2.1 não se aplica porque o Instituto não é responsável por programas temáticos do PPA; o quadro A.2.2.2 não se aplica porque o INPE não é responsável por nenhum objetivo do PPA; o quadro A.2.2.3.2 não se aplica porque o INPE tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados às ações sob sua responsabilidade, ambas com o subtítulo 0001 ó Abrangência Nacional; o quadro A.2.2.3.4 não se aplica porque o Instituto é responsável apenas por ações da esfera do Orçamento Fiscal. O Quadro A.5.2.1 não se aplica porque o INPE não conta com servidores terceirizados. O quadro 6.2.3 não se aplica porque o INPE não possui imóveis funcionais. O Quadro A.9.4.1 não se aplica, pois desde 2008 os servidores do INPE passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou da Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Divisão de Gestão de Pessoas - DGP, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007. Não houve ocorrência nos quadros A.4.1.3.1, A.4.1.3.2, A.4.1.3.3, A.4.1.3.4, A.4.2, A.4.5.2, A.5.1.5.4, A.5.2.2, A.9.1.2, A.9.2.1 e A.9.5.

As principais metas do INPE para 2013 foram: i) lançamento do satélite CBERS-3; ii) continuação do desenvolvimento e fabricação do satélite Amazônia-1 para lançamento em 2015; iii) ajustes finais da implantação do Centro de Previsão do Clima Espacial; iv) melhoria do ciclo de assimilação de dados do modelo global do CPTEC através de ajuste das condições de contorno inferiores da superfície terrestre e marítima e a inclusão do ciclo das variáveis de estado e v) a continuação da modernização do Centro de Dados de Sensoriamento Remoto para manter padrões internacionais através da aquisição de sistema de armazenamento para os dados que serão recebidos dos satélites LANDSAT-8, NPP e CBERS-3 e também através da expansão da rede de comunicação de dados de 100Mbps para 10Gbps.

### CBERS-3

O lançamento do satélite CBERS-3 fracassou por conta de falha do lançador chinês Longa-Marcha 4B, impedindo a colocação do satélite em sua órbita correta e provocando sua reentrada na atmosfera terrestre. Este foi o final de um processo extenso que, ainda em 2012, identificou um problema nos conversores DCDC fornecidos pela empresa americana Modular Device Inc. (MDI) e desencadeou uma série de ações visando avaliar a confiabilidade dos equipamentos brasileiros e as formas de mitigação de riscos. Como forma de aumentar a confiabilidade dos equipamentos, em janeiro de 2013, foi decidido que todos os equipamentos que faziam uso desses conversores fossem submetidos a Teste de *Burn-in*. Assim, os equipamentos de voo e os equipamentos reservas dos subsistemas DDR (Gravador Digital de Dados), MUX (Câmera Multiespectral), MWT (Transmissor de Dados das Câmeras MUX e WFI), TTCS (Telemetria e Telecomando) e WFI (*Wide Field Imager*) foram submetidos ao referido teste. Para realização do teste foi necessário realizar novos contratos industriais. Neste caso, o INPE contou com o apoio da AEB, que se responsabilizou pela implementação dos contratos. Além disso, como resultado dos testes de *Burn-in* foi decidido, como forma de mitigação de riscos, que os conversores DCDC usados nos equipamentos DSS (subsistema DDR) e SDC (subsistema MWT) fossem substituídos por conversores externos. Novos contratos industriais foram celebrados com os fornecedores destes equipamentos para a realização dos retrabalhos e novo contrato para a fabricação dos conversores externos. Novamente o INPE contou com o apoio da AEB, que implementou os contratos. Superados os problemas técnicos, em abril, foram retomadas as atividades de testes elétricos no satélite. Em outubro, o satélite CBERS-3 iniciou sua campanha de lançamento que culminou com o lançamento no início de dezembro. Porém, com a perda do satélite, Brasil e China acordaram que o desenvolvimento do CBERS-4 deverá ser acelerado, envidando esforços para viabilizar seu lançamento ainda em 2014. Para isto, a configuração do CBERS-4 deve ser a mesma do CBERS-3. O lançamento do CBERS-4 em dezembro de 2014 é tecnicamente possível, dado que 91% dos equipamentos do satélite CBERS-4 já foram concluídos e seu lançador já foi contratado.

### **Amazonia-1**

A continuação do desenvolvimento e fabricação do satélite Amazônia-1 para lançamento em 2015 também apresentou restrições ao longo de 2013. Mesmo assim, pode-se destacar, dentre as principais realizações: (1) atividades de preparação para a integração e testes; (2) disponibilização dos equipamentos para testes (em nível de sistema) do subsistema de gerenciamento de dados (OBDH), controle de atitude e órbita (AOCS), suprimento de energia (PSS) e telemetria e telecomando (TT&C); (3) estrutura (modelo de voo) do módulo de carga útil. Destacam-se, ainda, a realização no INPE de uma campanha de testes com os subsistemas AOCS e OBDH integrados e das atividades de sistema associadas à detecção, isolamento e recuperação de falhas no satélite. Com relação às dificuldades, é importante relatar o não sucesso no processo de compras da cablagem e as dificuldades na retomada do contrato para provimento da carga útil constituída pela câmera AWFI (Advanced Wide Field Imaging). Em ambos os casos, os problemas encontrados são de natureza administrativa/jurídica. Uma vez que não foi possível retomar o desenvolvimento do imageador AWFI, a missão deve ser redefinida e deverá utilizar o imageador WFI. O WFI é um equipamento desenvolvido para o programa CBERS e o modelo de qualificação está disponível para ser usado na missão Amazônia. Nesta configuração, o cronograma projeta o lançamento para o segundo semestre de 2016. Apesar da extensão do prazo do projeto, é importante ressaltar que o programa Amazônia tem fundamental importância para o Brasil no processo global de desenvolvimento de satélites. O satélite Amazônia é o primeiro satélite a utilizar a plataforma multi-missão (PMM) que está em desenvolvimento. Vale também ressaltar que o satélite Amazônia é o primeiro satélite de tal complexidade que está sendo desenvolvido somente pelo Brasil, ou seja, não faz parte de nenhuma cooperação internacional. Dessa forma, o lançamento e a operação com sucesso do satélite Amazônia, além do provimento dos dados para sensoriamento remoto, tem

importante relevância no aspecto tecnológico. Esta etapa superada permitirá a validação em voo da PMM e de todo o ciclo de desenvolvimento, incluindo integração e testes, operação, entre outros. Desta forma, todos estes esforços levarão o País a atingir o nível de maturidade máximo em validação e verificação em voo.

### **Centro de Previsão do Clima Espacial (Embrace)**

Os ajustes finais da implantação do Centro de Previsão do Clima Espacial (Embrace) do INPE não foram concluídos em razão do corte orçamentário, não havendo condições para os investimentos finais necessários. Mesmo assim, atividades importantes foram realizadas em 2013, a saber: (1) realização do segundo *workshop* do Embrace com usuários, mostrando o compromisso do Programa como transformador da pesquisa básica de qualidade realizada na CEA (Coordenação Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas) e da tecnologia desenvolvida no Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada (LAC) em produtos de interesse da sociedade; (2) consolidação da parceria INPE-NOAA (*National Oceanic and Atmospheric Administration*) através do estabelecimento de uma estação de recepção de dados da constelação de satélites *Cosmic*, expandindo a capacidade de monitoramento da América do Sul para o globo terrestre; (3) instalação de um sítio observacional em Boa Vista (RO), ampliando a capacidade do Embrace para além da Região Amazônica e cobrindo uma importante porção norte do País; (4) desenvolvimento de novos produtos em atenção ao que foi solicitado pelos usuários no primeiro *workshop*, tais como, índices de perturbações magnéticas regionais e mapas de erro de GPS sul-americanos, ambos em tempo quase real (5-10 minutos).

### **Modelo global do CPTEC**

Em relação à operação do modelo global do CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos) com assimilação de dados e análise, as atividades previstas incluem o ajuste das condições de contorno inferiores da superfície terrestre e marítima e a inclusão do ciclo das variáveis de estado para melhoria do ciclo de assimilação. Em 2013 foram realizados desenvolvimentos e refinamentos no sistema de assimilação de dados com a operacionalização em escala global, que se encontra em avaliação de desempenho. A assimilação de dados visa obter o cenário atual mais realista possível, permitindo assim que o modelo atmosférico realize a previsão do cenário futuro com o menor erro. Outros resultados também se destacaram, a saber: (1) implantação da previsão de altíssima resolução espacial (5 km) sobre a América do Sul utilizando o modelo regional BRAMS (*Brazilian developments on the Regional Atmospheric Modelling System*). Esta operação, única no Hemisfério Sul, colocou o INPE no estado da arte de previsão de tempo em escala regional e trouxe diversos ganhos de qualidade da previsão de tempo como a de tempestades severas de alto impacto social. O CPTEC (2) desenvolveu e implementou um novo sistema para acompanhar o recebimento e processamento de dados meteorológicos convencionais recebidos através do sistema de telecomunicações da Organização Meteorológica Mundial (OMM); (3) incluiu os dados observados convencionais e de satélites, recebidos através do sistema de telecomunicações da OMM, no Sistema para Armazenamento e Recuperação de Dados Meteorológicos; (4) elaborou o Boletim "Previsão para Semiárido Nordeste", atendendo diretamente ao Instituto do Semiárido (INSA); (5) desenvolveu e implementou um novo índice para monitorar a estação chuvosa no Brasil, agregando valor aos produtos já existentes, que são disponibilizados diariamente para a sociedade através da Internet; (6) implementou ajustes em modelos para previsão de cenários em áreas de risco para atendimento a demandas do CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais).

## **Modernização do Centro de Dados de Sensoriamento Remoto**

A continuação da modernização do Centro de Dados de Sensoriamento Remoto para manter padrões internacionais através da aquisição de sistema de armazenamento para os dados que serão recebidos dos satélites LANDSAT-8, NPP e CBERS-3 foi marcada pelo aumento da capacidade total (bruta) de armazenamento de dados de 1,9 Pentabytes para 2,1 Pentabytes. Os esforços realizados com foco no satélite CBERS-3 serão utilizados com o satélite CBERS-4. Além disso, o Sistema de Processamento de Imagens do Satélite Amazônia-1 foi entregue, testado e aprovado pela área de Recepção, Geração, Armazenamento e Distribuição de Dados do INPE, em 2013. Em relação à expansão da rede de comunicação de dados de 100Mbps para 10Gbps não houve evolução, mas há expectativa de ser efetivada em 2014.

Além dessas realizações, destacaram-se no ano de 2013, entre outras:

É O Programa de Bolsas PCI do INPE realizou um Seminário de Avaliação dos Subprogramas PCI no período de 03 a 06/12/2013. O evento contou com a participação de bolsistas e coordenadores de todas as áreas do INPE, inclusive seus Centros Regionais, totalizando 399 participantes. A importância deste Seminário para o Instituto foi percebida pela presença do Chefe de Gabinete (representante da Direção), do Coordenador do Planejamento Estratégico e do Coordenador de Bolsas PCI, além do Coordenador Geral das Unidades de Pesquisas do MCTI e sua assistente, a Coordenadora de Bolsas PCI. Trinta e cinco trabalhos foram apresentados durante a semana de avaliação, a partir dos quais serão selecionados os representantes do INPE para o Prêmio Bolsista de Destaque do Programa de Capacitação Institucional PCI/MCTI.

É Nos Centros Regionais do INPE no Norte (INPE/Amazônia - CRA), Nordeste (INPE/Nordeste - CRN) e Sul (INPE/Sul - CRS), o ano de 2013 foi marcado pelos desenvolvimentos científicos e tecnológicos resultantes dos investimentos externos e parcerias acadêmicas inter e intra regiões do País.

(1) Na vertente científica, o destaque no CRA foi a definição metodológica do projeto DETER-AWiFS (Detecção de desmatamento em Tempo quase Real ó utilizando imagens do sensor AWiFS), com o mapeamento da degradação florestal em diferentes níveis e com dados quase diários. O destaque no CRN e no CRS foi o número de publicações resultante da participação ativa do INPE no Programa de Pós Graduação de Ciências Climáticas da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e do projeto associado ao INCT-APA (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártico de Pesquisas Ambientais) que estuda a atmosfera antártica e suas conexões com a América do Sul. Este projeto envolve parcerias entre o CRS e instituições da Argentina, Bolívia, Chile, Estados Unidos e Japão e apoia a formação de dois alunos de pós-graduação, das áreas de Meteorologia da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) e de Meio Ambiente da UFRN, com foco no impacto da radiação na saúde humana.

(2) Na vertente de capacitação, o destaque no CRA foi o curso internacional em monitoramento de florestas tropicais para as parcerias Brasil-Japão (Programa de Treinamento para Terceiros Países - TCTP) e FAO-INPE. Foram recebidos, em curso único no País, profissionais do Serviço Florestal Americano para apresentar metodologia de mapeamento de florestas com dados de LIDAR (*Light Detection and Ranging*). No CRN, o destaque foi a realização de sete cursos nacionais e três internacionais em parceria com os cursos de pós-graduação das universidades federais dos Estados do AM, AL, PA, RN, RS e SP, envolvendo mais de 60 alunos. Os recursos vieram do projeto Apoio à formação de recursos humanos em Clima e Eventos Climatológicos Extremos provocados por Mudanças Globais do Clima, edital BID/MCTI processo nº 402555/2011-2.

(3) Na vertente tecnológica, o destaque foi a contribuição para a modernização do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais (SBCDA) com a concepção de uma constelação de nanossatélites de baixo custo (CONASAT) desenvolvida no CRN. Um protótipo do *transponder* de

coleta de dados a ser embarcado nos satélites da constelação foi apresentado na revisão de requisitos da missão ocorrida em novembro de 2013. Os recursos para a modernização do SBCDA provêm de quatro projetos aprovados no Edital 033/CNPq-AEB, que apoia a aquisição de equipamentos de laboratório e bolsas de desenvolvimento tecnológico.

É O monitoramento operacional do bioma Amazônia seguiu regularmente a sua execução e permitiu que a estimativa da taxa de desmatamento do PRODES 2013 (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite 2013) fosse entregue ao Governo Federal com um mês de antecedência, como de costume.

É Em 2013, houve uma redução marcante das detecções de focos de queima de vegetação no País, como resultado de um ano mais úmido que a média e de uso mais efetivo do monitoramento em tempo real por satélites, realizado pelo INPE. Outro fato relevante foi o início do uso das imagens do sensor de nova geração VIIRS (*Visible Infrared Imaging Radiometer Suite*) do satélite lançado em 2011 Suomi NPP (*Suomi National Polar-orbiting Partnership*), aumentando o número de detecções graças à melhor resolução. Produtos específicos foram desenvolvidos para o CIMAN (Centro Integrado Multi-Agências de Coordenação Operacional), que reúne as instituições federais atuantes no combate a incêndios florestais. Além disso, novidades foram implementadas no portal <http://www.inpe.br/queimadas> com o aprimoramento dos resumos, estatísticas, estimativas e previsão do risco de fogo da vegetação.

É Pesquisadores do Centro de Ciências do Sistema Terrestre (CCST/INPE) participaram nos trabalhos do Grupo 1 (*Climate Change 2013: The Physical Science Basis*) e da Força Tarefa (*Task Force on National Greenhouse Gas Inventories - 2013 Revised Supplementary Methods and Good Practice Guidance Arising from the Kyoto Protocol*), ambos do *Intergovernmental Panel Climate on Change* (IPCC).

É A área de Observação da Terra (OBT) finalizou a versão 5 do Sistema TerraLib/TerraView, em fase de testes antes da disponibilização aos usuários externos ao INPE. Além disso, foi colocado em operação o cluster de alto desempenho KERANA para modelagem ambiental integrada.

É A CEA atingiu 110 publicações científicas em revistas internacionais indexadas em 2013 (164, contabilizando também *proceedings* de congressos) com 1.135 citações dos seus dez artigos mais citados nos últimos dez anos. É uma marca significativa considerando que indicadores internacionais mostram que a excelência científica ocorre quando esse índice é superior a 1.000. Ademais, a CEA (1) completou satisfatoriamente os processos licitatórios dos instrumentos IONEX e GLOW que serão embarcados no satélite científico Lattes; (2) avançou no projeto, em colaboração com a NASA (*National Aeronautics and Space Administration*), voltado para o estudo dos Cinturões de Radiação Terrestres com observações das sondas espaciais Van Allen; (3) produziu trabalhos que receberam destaque internacional dentro da colaboração MICROFUN (*MicroLensing Follow Up Network*), que visa a busca de exoplanetas via lentes gravitacionais. O Estudo de Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial (Embrace) tem-se destacado como um serviço público de aplicação da Ciência Espacial nas comunidades de alta tecnologia e tem entre seus parceiros instituições nacionais como a Embrapa, IBGE, Petrobrás e Mackenzie; e instituições internacionais como a NASA, NOAA, o National Institute of Information and Communications Technology e Nagoya University Solar Terrestrial Environment Laboratory.

É A área de Tecnologias Espaciais (CTE) dominou, dentre outros produtos, duas tecnologias limpas e de aplicação ambiental. A primeira foi o catalisador de óxido misto de manganês e cobalto testado com sucesso na decomposição de H<sub>2</sub>O<sub>2</sub> (peróxido de hidrogênio, conhecido comercialmente como água oxigenada) em propulsor de 2N em condições ambientes. Aplicações dessa tecnologia

podem ser patenteadas e no momento está sendo estudada uma aplicação junto com a Petrobras na linha de geração de vapores quentes. A outra tecnologia foi o sensor amperométrico de nanodiamante para a detecção de Fenol, ou seja, um protocolo para determinação quantitativa do composto Fenol usando eletrodos de diamante nanocristalinos dopados com boro e a medida eletroquímica de voltametria de onda quadrada (Norma técnica publicada em [sid.inpe.br/mtcm19/2013/06.13.16.37-MAN](http://sid.inpe.br/mtcm19/2013/06.13.16.37-MAN)). Essa tecnologia já existe e foi dominada pelo INPE, principalmente no que se refere à fabricação dos eletrodos de diamante que são a essência do sensor. Aplicações dessa tecnologia poderão vir a ser patenteadas como modelo de utilidade.

É O Laboratório Associado de Plasma (LAP), no âmbito do Projeto em Propulsores Iônicos, em 2013, caracterizou os catodos ociosos em vários quesitos. Este fato reforçou sua importância, visto que estes dispositivos são desenvolvidos no INPE com tecnologia totalmente brasileira, e deverão equipar os propulsores iônicos destinados ao controle de atitude e órbita de satélites. Está sendo verificada a possibilidade de pedido de patente.

É O Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE finalizou os testes ambientais dos subsistemas do satélite CBERS-3 (*China-Brazil Earth-Resources Satellite-3*) com a montagem do satélite e testes funcionais para lançamento, o que incluiu, dentre outras atividades, a análise de falhas dos conversores DC/DC, os ensaios ambientais de subsistemas, a campanha de montagem, integração e testes (AIT) e a campanha de lançamento na China. Além das atividades do Programa CBERS, destacam-se as seguintes realizações: (1) ensaios ambientais e de abertura do painel solar do satélite Lattes; (2) montagem do sistema de propulsão e preparação para integração do satélite Amazônia-1; (3) ampliação da acreditação INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); (4) aprovação do investimento inicial para o projeto de expansão do LIT; (5) prestação de serviços à sociedade; (6) pesquisa e desenvolvimento de AIT Virtual, de desenvolvimento do OCOE (*Overall CheckOut Equipment*) para o satélite Amazônia-1, do sistema de supervisão da Câmara Termovácuo (CVT) e no Laboratório de Engenharia de Sistemas; (7) desenvolvimento do nanosatélite AESP14 da parceria INPE-ITA.

É O projeto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informações Ambientais Marinhas (Sabia-Mar) refere-se a uma missão espacial oceanográfica conjunta entre Brasil e Argentina com o objetivo de observação de mares, águas costeiras e interiores. Os produtos dessa missão têm aplicações no estudo dos ecossistemas oceânicos e do ciclo do carbono, no mapeamento do habitat marinho e na observação costeira e de águas interiores. Ao longo do ano de 2013, foram desenvolvidas as etapas iniciais da missão, denominada Fase 0 ou Fase A, que se refere à análise de missão e identificação das necessidades. O financiamento da parte brasileira para os estudos dessa Fase se deu por meio de convênio firmado entre o INPE (executor), a AEB (interveniente técnico), a FUNCATE (conveniente) e a FINEP (concedente). Para a organização dessa análise foi constituído um Grupo de Trabalho com representantes da AEB, do INPE e da AIAB (Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil), esta última representando a indústria nacional. A presidência do GT foi exercida pelo Diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento da AEB. Foram realizadas reuniões de trabalho das equipes técnicas dos dois países para a produção dos estudos e documentos necessários para essa Fase. Foi realizado ainda um *workshop* com usuários brasileiros, que contou com a presença de mais de 30 pesquisadores na área de oceanografia, além de representantes de instituições como a Petrobras, a Marinha do Brasil, a Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e a Agência Espacial Argentina (CONAE). Além disso, foi realizado o *Workshop* das Indústrias Brasileiras, com vistas a apresentar formalmente a missão espacial conjunta Brasil-Argentina SABIA-Mar aos industriais brasileiros. Ademais, foi realizada a revisão de projeto da Fase A (Revisão Preliminar de Requisitos), na qual foram apresentados os requisitos de missão e soluções de sistema por parte das equipes técnicas

brasileira e argentina. A Revisão foi aprovada pelo Comitê de Avaliação que autorizou o início da fase seguinte (Fase B - definição preliminar) do projeto.

É A área de TI (Tecnologia da Informação) do INPE passou por uma grande reformulação com a criação da Coordenação de Tecnologia da Informação do Instituto. A criação dessa nova coordenação atendeu às recomendações do TCU (Tribunal de Contas da União) referentes às boas práticas de governança de TI, que estão sendo implantadas na Administração Federal como um todo. Um dos grandes desafios colocados para essa coordenação em 2013 foi o tratamento das questões relacionadas com as políticas de segurança da informação do Instituto, notadamente após a divulgação de práticas de coleta de informação de forma "intrusiva" realizada por governos estrangeiros. Nesse contexto, foi iniciada a implantação de uma nova infraestrutura de segurança da informação utilizando equipamentos de última geração que operam em velocidades de conexão compatíveis com a largura de banda da rede de alta velocidade da RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), através da qual o Instituto faz acesso à Internet. Esta nova infraestrutura tem permitido a definição de regras de segurança da informação mais restritivas e eficazes sem perda de desempenho e garantindo a integridade das informações e produtos que o INPE disponibiliza para a sociedade.

É A Pós-Graduação do INPE formou 57 Doutores e 71 Mestres (contra 51 e 71 em 2012, respectivamente), num total de 128 egressos nos seus dez cursos. Destaca-se ainda que a qualidade técnico-científica das atividades de pesquisa se refletiram na manutenção do conceito 7 da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para a Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto e do conceito 6 para os cursos de Geofísica Espacial e de Meteorologia. Além disso, o curso de Astrofísica teve seu conceito melhorado na última Avaliação Trienal da CAPES, passando de 3 para 4.

É A Assessoria Internacional do INPE firmou um acordo com a Secretaria Permanente da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), o qual permitirá o desenvolvimento conjunto de ações de cooperação técnica em benefício dos países da Região Amazônica com a disponibilização de metodologias e tecnologias no âmbito do Projeto de Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional. Além disso, realizou o *workshop* preparatório ao "*Southern Hemisphere Adaptation Collaboratory*", com participação de lideranças do MCTI, IGBP (*International Geosphere-Biosphere Programme*), FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), FAO Latin America (*Regional Office for Latin America and the Caribbean of the Food and Agriculture Organization of the United Nations*), INPE e várias universidades nacionais (USP, UNICAMP) e internacionais (como CSIRO Austrália, PUC-Chile). A proposta do *workshop* foi discutir e criar mecanismos iniciais para a implementação de um portal modular para apoio a decisões relacionadas a medidas e estratégias de adaptação às mudanças climáticas no Hemisfério Sul.

- Em 2013, o Núcleo de Inovação Tecnológica do INPE (NIT/INPE) realizou três depósitos de pedido de patente no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e um pedido de registro de programa de computador. Todos os pedidos se encontram em período de sigilo sob os seguintes números: BR102013008775-0, BR102013008776-9, BR102013024292-6 e BR12013000354-7. Mais dois pedidos de patente foram depositados, um pela USP e outro pela UNIVAP (Universidade do Vale do Paraíba) no INPI (BR102013008118-3 e BR10201300578-5) de direito a titularidade do INPE. Entretanto, aguarda-se ainda Minuta do Contrato de Direitos e Obrigações sobre estas invenções, por parte destas Instituições, para que o INPE também seja considerado cotitular destes dois pedidos.

- Em 2013 tomaram posse e entraram em exercício 91 novos servidores (17 pesquisadores, 22 tecnologistas, 40 técnicos e 12 analistas) como resultado dos concursos realizados entre 2012 e 2013.

## 2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

### 2.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

**Quadro 1 ó Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			<b>Código SIORG:</b> 1988
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais			
<b>Denominação abreviada:</b> INPE			
<b>Código SIORG:</b> 000010		<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> 240.106
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão público			
<b>Principal Atividade:</b> Ciência e Tecnologia			<b>Código CNAE:</b> Não disponível
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	Tel. (12) 3208-6035	Fax (12) 3208-6455	
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:director@dir.inpe.br">director@dir.inpe.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.inpe.br">www.inpe.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. dos Astronautas, 1758 Jardim da Granja ó S .J. Campos/SP ó CEP: 12227-010			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Decreto nº 51.133, de 3 de agosto de 1961.</b> Cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais.			
<b>Portaria/MCTI nº 897, de 3 de dezembro de 2008.</b> Aprova Regimento Interno do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UJ</b>			
<b>TQ-042.</b> Responsáveis pelas ações do PPA			
<b>TQ-001 .</b> Estrutura Organizacional			
<b>RE/DIR-487.</b> Aplicação de recursos orçamentários.			
Plano Diretor 2011-2015			
<b>Manuais e Publicações relacionados às atividades da UJ</b>			
Plano Diretor 2011-2015			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
240.106	INPE ó S.J.CAMPOS (Sede)		
240.107	Centro Regional do Nordeste		
240.108	Centro Regional de Cachoeira Paulista		

## **2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade**

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE é uma unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, na forma do disposto no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.631, de 04 de novembro de 2008. O INPE é também uma Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

De acordo com seu Regimento Interno (Portaria MCTI nº 897/2008), o INPE tem como finalidade realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de recursos humanos nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, da Observação da Terra, da Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, da Engenharia e Tecnologia Espacial e áreas do conhecimento correlatas, consoante à política definida pelo Ministério.

O Plano Diretor 2011-15 define a missão, visão, valores e os objetivos estratégicos do Instituto:

### **Missão**

Produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.

### **Visão**

Ser referência nacional e internacional nas áreas espacial e do ambiente terrestre pela geração de conhecimento e pelo atendimento e antecipação das demandas de desenvolvimento e de qualidade de vida da sociedade brasileira.

### **Valores**

Com base em princípios de ética, transparência e integridade, o INPE defende, preserva e promove um conjunto de valores que orientam continuamente suas estratégias e ações:

- Excelência: eficácia, eficiência, efetividade, qualidade e pioneirismo na execução de suas atividades.
- Pluralidade: respeito à diversidade de ideias e opiniões e estímulo à criatividade em harmonia com a missão institucional.
- Cooperação: valorização das alianças institucionais para compartilhar competências, definir e atingir objetivos comuns.
- Valorização das pessoas: reconhecimento de que o desempenho do Instituto depende do desenvolvimento, da valorização, do bem-estar e da realização profissional do seu capital humano.
- Comprometimento: compromisso dos profissionais com o atendimento dos objetivos institucionais e com a realização de propósitos comuns e duradouros.
- Comunicação: interação permanente com a sociedade para atendimento de suas necessidades e divulgação dos resultados do Instituto, facilitando o acesso à informação, produtos e serviços gerados.
- Responsabilidade sócio-ambiental: atuação balizada pela ética, pela transparência e pelo respeito à sociedade, ao ambiente, à diversidade e ao desenvolvimento sustentável.

## Objetivos Estratégicos

1. Estabelecer um programa de satélites de observação da Terra para atender a demandas brasileiras e internacionais de monitoramento territorial e oceânico, previsão de tempo e clima, e estudos sobre mudanças globais.
2. Organizar um programa de satélites científicos que produza dados inéditos com tecnologia inovadora para pesquisa em Clima Espacial e Astrofísica.
3. Desenvolver, junto com a indústria nacional, as tecnologias necessárias para as missões do programa espacial brasileiro, enfatizando produtos e processos inovadores.
4. Capacitar o Laboratório de Integração e Testes para atender às atividades de montagem, integração, testes e qualificação requeridas pelos satélites brasileiros.
5. Manter a infraestrutura de controle de satélites, recepção e disseminação de dados espaciais com tecnologia atualizada e padrões internacionais de disponibilidade e qualidade.
6. Ser referência internacional nas atividades de pesquisa e de operações em sensoriamento remoto continental e oceânico, previsão do tempo e do clima sazonal e mudanças climáticas, na região tropical.
7. Liderar as atividades em Geofísica Espacial, Aeronomia e Astrofísica Instrumental no Brasil, por meio de pesquisas de vanguarda e do desenvolvimento de instrumentação científica inovadora.
8. Criar centros operacionais de monitoramento e modelagem de Clima Espacial, Desastres Naturais e Mudanças do Uso da Terra no Brasil.
9. Liderar a pesquisa brasileira e os estudos de impactos e vulnerabilidade às Mudanças Ambientais Globais, com suporte de modelos avançados do sistema terrestre e de infraestrutura de coleta de dados ambientais.
10. Ampliar a presença nacional do INPE a partir das ações de P&D nos centros regionais na Amazônia, Nordeste e Sul, enfatizando as especificidades e desafios de cada região.
11. Produzir dados, software e metodologias para fortalecer a atuação do INPE nas áreas de aplicações espaciais, da saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento urbano.
12. Prover a infraestrutura, a gestão de competências e de pessoas, e os serviços administrativos de forma a garantir a plena execução das atividades do INPE.

## 2.3 Organograma Funcional

Organograma funcional: **ver Anexo 1**

De acordo com seu Regimento Interno, (Portaria 897, de 3 de dezembro de 2008), O INPE tem a seguinte estrutura:

I - Diretor;

II - Conselho Técnico-Científico;

III - Conselho de Pós-Graduação;

IV - Gabinete:

a) Serviço de Informação e Documentação;

b) Serviço de Pós-Graduação.

V - Coordenação dos Centros Regionais:

a) Centro Regional da Amazônia;

b) Centro Regional do Nordeste;

c) Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais:

1. Serviço do Projeto Antártico.

d) Serviço de Apoio às Unidades Regionais;

- e) Unidade Regional de Cachoeira Paulista;
- f) Unidade Regional do Centro-Oeste;
- g) Setor de Apoio Logístico de Brasília.
- VI - Coordenação de Gestão Tecnológica:
  - a) Serviço Corporativo de Tecnologia da Informação.
- VII - Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação:
  - a) Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Resultados;
  - b) Serviço de Programação e Acompanhamento Orçamentário.
- VIII - Coordenação do Programa do Satélite Sino-Brasileiro;
- IX - Centro de Ciência do Sistema Terrestre;
- X - Centro de Rastreamento e Controle de Satélites;
- XI - Laboratório de Integração e Testes;
- XII - Coordenação de Laboratórios Associados:
  - a) Laboratório Associado de Sensores e Materiais;
  - b) Laboratório Associado de Plasmas;
  - c) Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada;
  - d) Laboratório Associado de Combustão e Propulsão.
- XIII - Coordenação de Gestão Interna:
  - a) Divisão de Gestão de Pessoas;
    - 1. Serviço de Assistência e Benefícios;
    - 2. Serviço de Gestão de Competências;
  - b) Serviço de Engenharia e Manutenção;
  - c) Serviço de Infra-estrutura Administrativa.
- XIV - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira:
  - a) Serviço de Compras, Almoxarifado e Patrimônio;
  - b) Serviço de Controle de Orçamento e Finanças;
  - c) Serviço de Controle Orçamentário e Financeiro das Unidades Regionais.
- XV - Coordenação-Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas:
  - a) Divisão de Aeronomia;
  - b) Divisão de Astrofísica;
  - c) Divisão de Geofísica Espacial;
  - d) Setor de Lançamento de Balão.
- XVI - Coordenação-Geral de Observação da Terra:
  - a) Coordenação do Programa Amazônia;
  - b) Coordenação do Segmento de Aplicações do Programa CBERS;
  - c) Divisão de Geração de Imagens;
  - d) Divisão de Processamento de Imagens;
  - e) Divisão de Sensoriamento Remoto.
- XVII - Coordenação-Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial:
  - a) Coordenação do Programa de Satélites Baseados na Plataforma Multimissão;
  - b) Coordenação do Segmento Espacial do Programa CBERS;
  - c) Divisão de Desenvolvimento de Sistemas de Solo;
  - d) Divisão de Eletrônica Aeroespacial;
  - e) Divisão de Mecânica Espacial e Controle;
  - f) Divisão de Sistemas Espaciais;
  - g) Serviço de Garantia do Produto;
  - h) Serviço de Manufatura:
    - 1. Setor de Circuito Impresso;
    - 2. Setor de Mecânica e Desenho.
- XVIII - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos:
  - a) Divisão de Modelagem e Desenvolvimento;

- b) Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais;
- c) Divisão de Operações;
- d) Serviço de Administração e Atendimento ao Usuário; e
- e) Serviço de Supercomputação e Suporte.

## COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Ao Gabinete compete:

- I - assessorar o Diretor em sua representação social e política;
- II - coordenar e acompanhar os programas técnico-científicos de pesquisa vinculados às Redes Temáticas do MCT;
- III - acompanhar e coordenar as atividades do Serviço de Informação e Documentação;
- IV - acompanhar e supervisionar as atividades do Serviço de Pós-Graduação, em consonância com o Conselho de Pós-Graduação - CPG;
- V - coordenar o relacionamento do INPE com a imprensa;
- VI - planejar e avaliar as atividades de difusão científica do INPE;
- VII - promover a realização de atividades educacionais em ciência, aplicações e tecnologia espacial, bem como apoiar aquelas realizadas em cooperação com outras entidades nacionais e internacionais;
- VIII - coordenar a participação do INPE em eventos institucionais e correlatos;
- IX - gerenciar o Centro de Visitantes do INPE;
- X - supervisionar a organização de solenidades e recepções de autoridades; e
- XI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Informação e Documentação compete:

- I - dotar o INPE de acervo de informações bibliográficas, organizando-as e controlando-as de forma a proporcionar aos seus usuários o acesso rápido e eficaz na busca dessas informações;
- II - orientar servidores quanto aos princípios e normas de editoração, com a finalidade de registrar a memória técnico-científica do INPE, organizar as informações para publicação e divulgar os resultados das pesquisas realizadas;
- III - supervisionar a circulação de todo o acervo bibliográfico do INPE;
- IV - realizar as atividades de aquisição, doação ou permuta, no mercado interno e externo, de todo o material bibliográfico, convencional ou não, do INPE; e
- V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Pós-Graduação compete:

- I - apoiar os cursos de pós-graduação do INPE;
- II - apoiar o Conselho de Pós-Graduação e os Conselhos de Cursos de Pós-Graduação na elaboração das estratégias e diretrizes da Pós-Graduação do INPE;
- III - realizar o controle da distribuição de bolsas de estudos de Pós-Graduação e do uso dos recursos financeiros de apoio à Pós-Graduação;
- IV - manter controle e a documentação das atividades acadêmicas; V - emitir declarações relativas à vida acadêmica dos alunos de Pós-Graduação;
- VI - providenciar a emissão e registro de certificados e diplomas, observada a legislação vigente;
- VII - apoiar administrativamente o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC do INPE; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação dos Centros Regionais compete:

I - gerir as atividades científicas e tecnológicas realizadas nos Centros e Unidades Regionais do INPE, estabelecendo procedimentos para acompanhar e avaliar seus projetos e as atividades;

II - gerir administrativamente os Centros e Unidades Regionais do INPE;

III - gerir a interface do INPE com o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe - CRECTEALC;

IV - coordenar e controlar a execução de atividades relacionadas ao apoio administrativo e logístico dos Centros e Unidades Regionais do INPE;

V - supervisionar a Unidade Regional do Centro-Oeste e a infra-estrutura do INPE em Alcântara e São Luís;

VI - supervisionar as atividades de apoio logístico do INPE, em Brasília; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Centro Regional da Amazônia compete:

I - apoiar as atividades do INPE realizadas nas unidades de Belém, Manaus e Boa Vista;

II - apoiar atividades de campo e de mapeamento realizadas pela equipe do Centro Regional e/ou por outras equipes do INPE, na região amazônica;

III - manter e operar infra-estrutura de coleta e processamento de dados em suas instalações;

IV - difundir a geotecnologia em sua região;

V - ser um centro internacional de difusão de tecnologia de monitoramento orbital de florestas tropicais;

VI - realizar a administração das atividades, dos recursos humanos e dos recursos financeiros movimentados pelo Centro Regional; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Centro Regional do Nordeste compete:

I - apoiar as atividades do INPE realizadas nas unidades de Natal (RN), Eusébio (CE) e São Luís (MA);

II - manter e operar infra-estrutura de coleta e processamento de dados em suas instalações;

III - difundir as tecnologias espaciais em sua região;

IV - realizar a administração das atividades, dos recursos humanos e dos recursos financeiros movimentados pelo Centro Regional; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais compete:

I - apoiar as atividades do INPE realizadas em sua unidade;

II - manter e operar infra-estrutura de coleta e processamento de dados em suas instalações;

III - coordenar as atividades do Projeto Antártico - PAN do INPE;

IV - difundir as tecnologias espaciais em sua região; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço do Projeto Antártico compete:

I - organizar, supervisionar e manter infra-estrutura, tanto no INPE como na Estação Antártica, para a realização das pesquisas e atividades relacionadas ao Projeto;

II - organizar a participação de servidores, bolsistas e colaboradores externos nas Operações Antárticas do verão e inverno;

III - gerenciar orçamentos e recursos destinados ao Projeto;

IV - representar o INPE junto aos órgãos envolvidos em atividades do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, como também nas negociações de convênios nacionais e internacionais afins;

V - promover e participar de reuniões científicas e produzir matéria de divulgação do PROANTAR; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Apoio às Unidades Regionais compete:

I - apoiar a Coordenação dos Centros Regionais nas atividades administrativas e logísticas dos Centros e Unidades Regionais do INPE;

II - assessorar o Serviço de Engenharia e Manutenção no apoio aos Centros e Unidades Regionais do INPE no planejamento e execução dos respectivos projetos de obras e serviços de engenharia civil;

III - assessorar o Serviço de Controle de Orçamento e Finanças no provisionamento e repasse de recursos financeiros aos Centros e Unidades Regionais do INPE;

IV - assessorar o Serviço de Programação e Acompanhamento Orçamentário na descentralização de recursos orçamentários aos Centros e Unidades Regionais do INPE; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Unidade Regional de Cachoeira Paulista compete:

I - executar as atividades de suporte administrativo, necessárias ao desenvolvimento e concretização das atividades da Unidade Regional;

II - exercer as atividades de administração de pessoal, bem como aquelas referentes à assistência médica, psicológica e social aos servidores;

III - efetuar compras de bens e serviços e manter controle e guarda de material de estoque e de bens patrimoniais;

IV - realizar atividades gerais de alvenaria de pequenas obras e de manutenção de bens móveis e imóveis e de conservação da área física; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Unidade Regional do Centro-Oeste compete:

I - prestar suporte logístico e administrativo às atividades desenvolvidas pelo INPE, em Cuiabá;

II - zelar pela manutenção das instalações da Unidade Regional;

III - realizar as atividades de administração, desenvolvimento e controle dos recursos humanos, bem como as de suprimento de materiais, bens patrimoniais e as de orçamento e finanças da Unidade Regional; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Setor de Apoio Logístico de Brasília compete:

I - prestar suporte operacional à realização de atividades do INPE em Brasília;

II - prestar apoio a servidores do INPE, quanto à emissão e revalidação de passaportes e concessão de vistos;

III - intermediar ações e acompanhar procedimentos junto a órgãos e entidades localizados em Brasília; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação de Gestão Tecnológica compete:

I - acompanhar a execução das ações do PPA de cunho tecnológico coordenadas pelo INPE;

II - identificar as tecnologias críticas para as missões do INPE e implementar as ações gerenciais para obter essas tecnologias;

III - coordenar as atividades de prospecção tecnológica na área espacial, avaliando o impacto presente e futuro nas missões do INPE;

IV - avaliar as novas ações e projetos institucionais de caráter tecnológico;

V - acompanhar e avaliar a política industrial do INPE;

VI - coordenar o Núcleo de Inovação Tecnológica do INPE e o Serviço Corporativo de Tecnologia da Informação;

VII - gerenciar as bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI do INPE; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço Corporativo de Tecnologia da Informação compete:

I - desenvolver sistemas de informação para a gestão do INPE;

II - zelar pela correta utilização dos recursos computacionais do INPE;

III - operar redes de comunicação de dados do INPE;

IV - avaliar e propor a implantação de ferramentas/sistemas computacionais que melhorem o nível de informação sobre o uso e custos dos recursos de funcionamento;

V - cumprir determinações técnicas da Direção do INPE na área de informática corporativa, bem como dispositivos legais pertinentes; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação compete:

I - coordenar o planejamento estratégico do INPE;

II - coordenar a elaboração de propostas do INPE para o orçamento anual e plurianual, bem como das propostas de captação de recursos orçamentários suplementares;

III - coordenar a programação físico-orçamentária e acompanhar os resultados físicos e orçamentários anuais e plurianuais do INPE;

IV - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento;

V - gerenciar o compromisso de gestão das áreas do INPE com a Direção, e do INPE com o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e Agência Espacial Brasileira - AEB;

VI - coordenar as atividades do Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Resultados e do Serviço de Programação e Acompanhamento Orçamentário;

VII - avaliar e propor mudanças organizacionais e novas formas de gestão que visem a melhorar o funcionamento do INPE; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Resultados compete:

I - realizar a coleta e análise de informações estratégicas e gerenciais relativas aos Programas e Ações do INPE;

II - análise de metas, resultados e necessidades financeiras dos Programas e Ações do INPE;

- III - análise e controle de custos dos Programas e Ações do INPE;
- IV - estabelecer e manter atualizada a Estrutura de Divisão de Trabalho (EDT) do INPE; e
- V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Programação e Acompanhamento Orçamentário compete:

- I - realizar a programação orçamentária e o acompanhamento orçamentário do INPE;
- II - coletar dados e elaborar controles visando subsidiar a distribuição interna de recursos orçamentários;
- III - realizar atividades relacionadas com a Programação e Controle Administrativo - PCA;
- IV - efetuar a descentralização de recursos orçamentários às outras Unidades Gestoras do INPE; e
- V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação do Programa do Satélite Sino-Brasileiro compete:

- I - coordenar as atividades dos segmentos do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Observação da Terra - CBERS, definidas pelos acordos entre o Brasil e a China;
- II - coordenar as relações entre o INPE e as instituições chinesas envolvidas no Programa CBERS, para garantir a execução dos acordos firmados entre o Brasil e a China;
- III - coordenar as iniciativas de prospecção para continuar e ampliar o Programa CBERS;
- IV - coordenar a aplicação da Política de Disseminação de Dados gerados pelos satélites CBERS; e
- V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Centro de Ciência do Sistema Terrestre compete:

- I - desenvolver modelos do Sistema Terrestre, especialmente do Sistema Climático, de seus componentes e interfaces para utilização em estudos sobre mudanças ambientais globais e sua regionalização para a América do Sul;
- II - implementar modelos do Sistema Terrestre, especialmente do Sistema Climático, nos sistemas de supercomputação do INPE, elaborar e disponibilizar rotineiramente cenários futuros de mudanças ambientais globais de interesse do país;
- III - coordenar, realizar e acompanhar pesquisas de excelência em mudanças ambientais globais e regionais, com ênfase em temas de Modelagem e Observações do Sistema Terrestre, especialmente do Sistema Climático, Mudança de Uso e Cobertura da Terra, Hidrologia, Química Ambiental, Energias Renováveis, Eletricidade Atmosférica, Oceanografia e Zonas Costeiras, Queimadas, Desastres Naturais, Adaptação, Mitigação, e Políticas Públicas;
- IV - Apoiar as atividades de pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais;
- V - apoiar o desenvolvimento de pesquisas sobre mudanças climáticas globais e regionais em parceria com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais e agências de fomento à pesquisa;
- VI - conduzir estudos para avaliação de impactos das mudanças ambientais globais e regionais nos sistemas sócio-econômicoambientais, especialmente aqueles associados às implicações no desenvolvimento nacional e na qualidade de vida;
- VII - desenvolver tecnologias aplicáveis ao monitoramento, mitigação e adaptação às mudanças ambientais globais e regionais;
- VIII - contribuir para a formação especializada de recursos humanos em sua área de competência, através de programas de treinamento, especialização, pós-graduação e pós-

doutoramento, para atender às demandas institucionais e científicas relacionadas às mudanças ambientais globais; e

IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Centro de Rastreamento e Controle de Satélites compete:

I - operar a infra-estrutura do centro de controle de satélites e de estações de rastreamento e controle de satélites do INPE;

II - planejar atividades de controle de satélites;

III - realizar cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, na área de sua competência;

IV - apoiar atividades docentes dos cursos de pós-graduação do Instituto ou de outras instituições com as quais o INPE mantenha convênios ou acordos, nas áreas de sua competência; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Laboratório de Integração e Testes compete:

I - desenvolver, difundir e prestar serviços de integração e testes de materiais, componentes, equipamentos e sistemas espaciais;

II - atender, complementarmente, necessidades correlatas do setor produtivo nacional e internacional, para o desenvolvimento e qualificação dos produtos industriais que exijam alta confiabilidade;

III - suprir e qualificar componentes e materiais para os programas de satélites do INPE;

IV - montar, integrar e realizar testes funcionais e de performance, testes ambientais de desenvolvimento, qualificação e aceitação de componentes, equipamentos, subsistemas e sistemas de aplicação espacial;

V - apoiar, provendo ensaios e análises, a seleção, o desenvolvimento e a nacionalização de componentes e materiais para utilização espacial;

VI - realizar análises e investigações de falhas em componentes eletrônicos e partes, e emitir laudo técnico;

VII - desenvolver e aplicar processos e metodologias utilizados na montagem, integração e testes de sistemas espaciais;

VIII - colocar à disposição do mercado externo, quando possível, os recursos humanos e materiais existentes, compatíveis com os níveis solicitados na área espacial; e

IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação de Laboratórios Associados compete:

I - coordenar as atividades de pesquisa básica e desenvolvimento tecnológico nas áreas de combustão, materiais especiais, dispositivos, plasma, computação e matemática aplicada;

II - buscar o domínio de tecnologias de ponta e de interesse estratégico às atividades espaciais ou correlatas;

III - incentivar a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos por seus Laboratórios Associados;

IV - realizar cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com instituições nacionais e internacionais, na área de sua competência;

V - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Laboratório Associado de Sensores e Materiais compete:

- I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento de materiais, dispositivos, processos e suas caracterizações nas áreas de interesse espacial ou correlatas;
- II - promover a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos;
- III - prestar serviços em áreas de sua competência ao INPE como à comunidade científica e tecnológica externa;
- IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência; e
- V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Laboratório Associado de Plasmas compete:

- I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de física de plasmas, tecnologia de plasmas e fusão termonuclear controlada;
- II - promover a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos;
- III - prestar serviços em áreas de sua competência ao INPE como à comunidade científica e tecnológica externa;
- IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência;
- V - obter o domínio de técnicas, processos e desenvolvimento sem plasmas, visando a sua disseminação e uso, de acordo com os interesses do INPE; e
- VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada compete:

- I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informática e matemática nas áreas de interesse espacial ou correlatas;
- II - promover a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos;
- III - prestar serviços em áreas de sua competência ao INPE como à comunidade científica e tecnológica externa;
- IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência;
- V - obter o domínio de técnicas e métodos computacionais e de matemática aplicada, visando a sua disseminação e uso, de acordo com os interesses do INPE; e
- VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Laboratório Associado de Combustão e Propulsão compete:

- I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de sistemas de propulsão de satélites, propulsão auxiliar, propulsão avançada, combustão e catálise e áreas correlatas;
- II - prestar serviços em áreas de sua competência ao INPE como à comunidade científica e tecnológica externa;
- III - promover a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos;
- IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência; e
- V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação de Gestão Interna compete:

I - coordenar as atividades da relação de trabalho com servidores ativos, inativos e estagiários;

II - promover atividades de ambientação e integração de novos colaboradores;

III - coordenar e supervisionar a área de gestão de competências observando aspectos legais e organizacionais;

IV - coordenar e supervisionar a áreas de gestão de pessoas, assistência e benefícios, segurança e higiene do trabalho, observando aspectos legais e organizacionais;

V - responder pelas obras e serviços de engenharia civil no INPE, executados pelo Serviço de Engenharia e Manutenção;

VI - coordenar e controlar as atividades do Serviço de Infraestrutura Administrativa no INPE; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Gestão de Pessoas compete:

I - desenvolver atividades relacionadas a servidores ativos e inativos incluindo pagamento, registros e assentamentos funcionais, lotação e movimentação, aposentadoria e pensão;

II - expedir certidões, atestados e declarações à vista dos assentamentos funcionais;

III - prestar suporte técnico-administrativo às Comissões específicas de concurso público, de avaliação de desempenho e de plano de carreiras;

IV - operacionalizar, acompanhar e controlar o sistema de concessão de estágios a estudantes, nos termos da legislação vigente;

V - atuar nas atividades de ambientação e integração de novos colaboradores;

VI - atuar nas áreas de gestão de pessoas, treinamento e desenvolvimento, assistência e benefícios, segurança e higiene do trabalho, observando aspectos legais e organizacionais

VII - acompanhar programas de concessão de auxílio transporte e alimentação;

VIII - atuar na área de gestão de competências, observando os aspectos legais e organizacionais; e

IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Assistência e Benefícios compete:

I - desenvolver atividades referentes à assistência médica, psicológica e social dos servidores e seus dependentes;

II - acompanhar contratos de planos de assistência à saúde prestada aos servidores e seus dependentes;

III - realizar as atividades de prevenção à saúde dos servidores, através de acompanhamento e avaliações médicas;

IV - assessorar atividades de medicina do trabalho;

V - acompanhar programas de concessão de auxílios e benefícios ao servidor; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Gestão de Competências compete:

I - realizar levantamento das necessidades de treinamento e desenvolvimento dos servidores, atendendo ao plano de capacitação dos servidores do INPE;

II - consolidar as propostas de programa de treinamento e desenvolvimento, de acordo com os objetivos e metas do INPE;

III - promover a cooperação e interação com instituições de ensino, públicas e privadas, visando o desenvolvimento e formação dos servidores do INPE;

IV - expedir, controlar e registrar certificados de participação em eventos de treinamento e desenvolvimento; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Engenharia e Manutenção compete:

I - elaborar projetos básicos de arquitetura, elétrica, hidráulica, estrutura, planilhas orçamentárias relativas à obras e serviços de engenharia;

II - fiscalizar a execução de contratos de obras e de serviços de engenharia e efetuar o recebimento definitivo mediante termo circunstanciado e vistoria;

III - fiscalizar os serviços prestados por empresas contratadas para execução de manutenção predial do INPE;

IV - apoiar os Centros e Unidades Regionais do INPE no planejamento e execução dos respectivos projetos de obras e serviços de engenharia civil;

V - responder pelas atividades gerais em pequenas obras do INPE, de carpintaria, de instalação e manutenção elétrica e de ar condicionado, bem como pelo abastecimento de água potável e pela manutenção hidráulica preventiva e corretiva;

VI - apoiar a Comissão Permanente de Licitação nas licitações de obras e serviços de engenharia, verificando a capacidade técnica, analisando as propostas técnicas e de preços dos licitantes e emitindo parecer técnico; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Infra-estrutura Administrativa compete:

I - administrar as atividades de serviços de utilização de viaturas, de comunicação de voz, de circulação de correspondências internas e externas, bem como a de controle e expedição de malote;

II - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços de infraestrutura administrativa;

III - prestar apoio necessário à realização de eventos de interesse do INPE;

IV - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços de segurança patrimonial, de limpeza e conservação das áreas, de permissão de uso das instalações do restaurante, de locação de central telefônica, de locação de equipamentos reprográficos e de outros similares; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - coordenar e controlar a execução de atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Administração de Serviços Gerais e de Administração Orçamentária e Financeira;

II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades do INPE;

III - coordenar e controlar as atividades da administração de compra e aquisição de bens e serviços, controle de materiais, almoxarifado e patrimônio;

IV - planejar, prover e coordenar o suporte orçamentário e financeiro necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades dos Centros e Unidades Regionais do INPE; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Compras, Almoxarifado e Patrimônio compete:

I - executar os processos de compras de bens e serviços, no País e no exterior, atendendo às necessidades das unidades do INPE;

II - registrar, pesquisar e cadastrar informações e processos nos diversos módulos do Sistema de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal - SIASG;

III - responder pela guarda, controle, movimentação e inventário de bens móveis e imóveis do INPE;

IV - suprir, registrar, distribuir, despachar e controlar materiais de uso comum para atender às necessidades de consumo dos usuários internos do INPE; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Controle de Orçamento e Finanças compete:

I - executar os serviços referentes à execução orçamentária, à programação financeira de desembolsos, à administração financeira e à contabilização dos recursos consignados ao INPE, de acordo com o Plano de Contas da União;

II - provisionar e repassar recursos financeiros aos Centros Regionais do INPE, observando os limites aprovados;

III - elaborar prestações de contas para as unidades de controle interno e para as entidades financiadoras;

IV - prover, atualizar e controlar os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e do Sistema de Contratos - SICON;

V - efetuar controle, acompanhamento e execução financeira de contratos e convênios firmados com terceiros e entidades financiadoras;

VI - realizar a tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Controle Orçamentário e Financeiro das Unidades Regionais compete:

I - executar e controlar os serviços referentes à execução orçamentária, à programação financeira de desembolsos, à administração e à contabilização dos recursos consignados aos Centros e Unidades Regionais do INPE;

II - contribuir para elaboração, prestação de contas para as unidades de controle interno e para as entidades financiadoras;

III - prover, atualizar e controlar os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

IV - efetuar controle, acompanhamento e execução financeira de contratos e convênios firmados com terceiros e entidades financiadoras; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação-Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas compete:

I - desenvolver atividades de pesquisa básica e aplicada na área de ciências espaciais e atmosféricas, bem como disseminar e publicar os seus resultados;

II - realizar cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, na área de sua competência;

III - constituir e participar de comissões que visem a avaliação e proposição de soluções de assuntos relativos às atividades de ciências espaciais e atmosféricas;

IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de pós-graduação na área de sua competência;

V - promover a transferência do conhecimento e da tecnologia adquirida no desenvolvimento instrumental a outros centros de pesquisa ou à indústria; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Aeronomia compete:

I - desenvolver atividades de pesquisa científica em aeronomia, nas áreas de física da alta atmosfera, luminescência atmosférica e ionosfera;

II - desenvolver cooperação científica com pesquisadores e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras;

III - realizar estudos, desenvolvimento e construção de equipamentos necessários ao bom andamento das atividades e projetos da Divisão;

IV - coletar dados e disseminar os resultados observacionais entre outros centros de pesquisas nacionais e internacionais, arquivando-os e mantendo-os em banco de dados formatados de acordo com padrões internacionais;

V - efetuar a operação e a manutenção dos equipamentos e da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento situados nas instalações do INPE em São Luís - MA (Observatório Espacial de São Luís); e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Astrofísica compete:

I - realizar atividades de pesquisa científica em astrofísica nas áreas de astrofísica de altas energias, astrofísica óptica e no infravermelho, radioastronomia, física do meio interplanetário, cosmologia e astrofísica de ondas gravitacionais;

II - desenvolver cooperação científica com pesquisadores e instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras;

III - realizar estudos, desenvolvimento e construção de experimentos e equipamentos necessários ao bom andamento das atividades e projetos da Divisão;

IV - coletar dados e disseminar os resultados observacionais entre outros centros de pesquisas nacionais e internacionais, arquivando-os e mantendo-os em banco de dados formatados de acordo com padrões internacionais; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Geofísica Espacial compete:

I - realizar atividades de pesquisa científica em geofísica espacial, nas áreas de geomagnetismo, magnetosfera e heliosfera, eletricidade atmosférica, física e química da média e baixa atmosfera;

II - desenvolver cooperação científica com pesquisadores e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras;

III - realizar estudos, desenvolvimento e construção de equipamentos necessários ao bom andamento das atividades e projetos da Divisão;

IV - coletar dados e disseminar os resultados observacionais entre outros centros de pesquisas nacionais e internacionais, arquivando-os e mantendo-os em banco de dados formatados de acordo com padrões internacionais; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Setor de Lançamento de Balão compete:

- I - realizar atividades de lançamentos de balões estratosféricos e serviços técnicos correlatos, destinados à aquisição de dados relativos a missões técnico-científicas desenvolvidas no INPE;
- II - orientar e supervisionar as atividades de campo durante as campanhas de lançamento e resgate dos equipamentos;
- III - desenvolver sistemas eletrônicos, mecânicos e outros, necessários à execução das missões;
- IV - desenvolver e implementar estrutura necessária a novas campanhas; e
- V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação-Geral de Observação da Terra compete:

- I - acompanhar os programas internacionais de satélites de observação da Terra, para apoiar a distribuição nacional de dados de interesse do País;
- II - coordenar a operação das estações de recepção e geração de imagens de satélite e o Centro de Dados de Sensoriamento Remoto do INPE, para receber e distribuir as imagens de programas de interesse do INPE;
- III - estabelecer competência nas tecnologias de recepção e geração de imagens de satélite, bancos de dados de imagens e dados geoespaciais, e correção geométrica e radiométrica de imagens;
- IV - acompanhar a realização de pesquisa com excelência na especificação, avaliação e uso de sistemas imageadores de sensoriamento remoto, em apoio ao programa espacial brasileiro;
- V - acompanhar a realização de pesquisa de excelência em modelagem ambiental no Brasil, com ênfase nos temas de Mudança de Uso e Cobertura da Terra, Biodiversidade, Hidrologia, Dinâmicas Sócio-econômicas e Modelos de Ecossistemas;
- VI - apoiar a sociedade brasileira no uso de Sensoriamento Remoto, Geoinformação e Modelagem Ambiental;
- VII - contribuir para a formação especializada de recursos humanos em sua área de competência, através de programas de treinamento, especialização e pós-graduação;
- VIII - promover a transferência do conhecimento em sua área de atuação, através de uma política de disseminação de dados, tecnologias, metodologias e pesquisas científicas sem restrições de uso e com base apenas no custo de reprodução; e
- IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação do Programa Amazônia compete:

- I - fomentar estudos e pesquisas para monitoramento e modelagem de recursos naturais e da interação homem-natureza na Amazônia, utilizando técnicas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e modelagem matemática;
- II - produzir estimativas completas do processo de desflorestamento da Amazônia Brasileira, com metodologias, prazos e detalhamento adequado à formulação de políticas públicas para a região;
- III - conduzir estudos e pesquisas multidisciplinares na área de Modelagem Ambiental da Região Amazônica; e
- IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação do Segmento de Aplicações do Programa CBERS compete:

I - fomentar o uso e aplicação de imagens e produtos dos satélites CBERS, para maximizar os seus benefícios para a sociedade brasileira;

II - propor e coordenar programas de cooperação técnica que envolvam a participação de imagens CBERS;

III - conduzir estudos para melhorar a qualidade dos produtos CBERS e dos sistemas de relacionamento com os usuários;

IV - participar com outros órgãos internos ou externos ao INPE, na definição, especificação, análise, e desenvolvimento das missões CBERS atuais e futuras; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Geração de Imagens compete:

I - processar, armazenar e disseminar, de forma operacional, dados e imagens de satélites de observação da Terra;

II - manter e aperfeiçoar os sistemas e equipamentos de processamento de dados de satélites de observação da Terra;

III - estabelecer relacionamento com operadores de satélites de observação da Terra, públicos e privados, a fim de garantir a disponibilidade de dados de interesse do País;

IV - garantir a recepção e geração das imagens dos satélites de observação da Terra do programa espacial brasileiro, estabelecendo procedimentos para a disseminação mais ampla possível destas imagens;

V - participar ativamente na capacitação da indústria nacional para a autonomia tecnológica nacional na recepção e processamento de imagens de sensores remotos;

VI - manter atualizado e amplamente acessível à comunidade nacional o Centro de Dados de Sensoriamento Remoto, cujo acervo é composto de todas as imagens de sensoriamento remoto recebidas pelo INPE; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Processamento de Imagens compete:

I - desenvolver tecnologia em Processamento de Imagens e Geoinformação, garantindo a autonomia tecnológica nacional e a ampla disseminação dos produtos e metodologias gerados;

II - desenvolver e disseminar aplicações de geoinformação para uso público;

III - estabelecer mecanismos de cooperação com instituições públicas e privadas brasileiras, para a disseminação e transferência das tecnologias desenvolvidas pela Divisão;

IV - apoiar a criação de competência em processamento de imagens, geoprocessamento e análise espacial, e tecnologias associadas em universidades e empresas nacionais;

V - promover ativamente a disseminação dos dados, metodologias e tecnologias desenvolvidas, através de uma política de licenciamento baseada preferencialmente no uso de software livre; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Sensoriamento Remoto compete:

I - realizar atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicações de dados de sensores remotos e outros instrumentos, para utilização em estudos dos recursos naturais renováveis e não renováveis;

II - desenvolver metodologias para extração de informações dos dados dos satélites de observação da Terra visando diferentes aplicações incluindo Agricultura, Recursos Naturais Renováveis e Não Renováveis, Gestão Territorial, Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, Estudos Oceanográficos;

III - transferir e difundir os conhecimentos e metodologias desenvolvidas aos setores usuários, através de treinamentos, encontros, seminários e simpósios;

IV - orientar usuários no tocante aos produtos disponíveis e metodologias associadas para a sua utilização;

V - desenvolver cooperação com instituições acadêmicas e setores usuários das tecnologias de Sensoriamento Remoto e Geoinformação, através de acordos e convênios firmados com o INPE; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação-Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial compete:

I - desenvolver e difundir tecnologias de sistemas espaciais para suportar programas das áreas científicas e de aplicações;

II - colaborar com a capacitação do País na área de tecnologia espacial e seus desdobramentos, incluindo a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência;

III - coordenar os programas de desenvolvimento de satélites e sistemas correlatos, bem como dos sistemas de solo associados, que venham a ser executados na área de engenharia e tecnologia espacial;

IV - coordenar os programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico voltados para a construção de equipamentos, software e dispositivos utilizados em satélites e sistemas correlatos, bem como em sistemas de solo associados;

V - coordenar as atividades de fabricação e garantia do produto, executadas no âmbito da engenharia e tecnologia espacial, junto ao setor industrial do País;

VI - coordenar as atividades de gerenciamento de projetos, visando implementar procedimentos internos unificados para a execução dos programas e projetos das unidades subordinadas;

VII - realizar cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, na área de sua competência; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação do Programa de Satélites Baseados na Plataforma Multimissão compete:

I - coordenar as atividades de pesquisa e desenvolvimento, no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

II - coordenar as relações entre as diversas unidades do INPE e de outras instituições externas, no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

III - garantir que as diretrizes provenientes das especificações técnicas dos programas desenvolvidos no seu âmbito sejam integralmente implementadas; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Coordenação do Segmento Espacial do Programa CBERS compete:

I - coordenar as atividades de desenvolvimento, integração e testes dos satélites CBERS;

II - elaborar plano de desenvolvimento e testes dos satélites CBERS;

III - coordenar as relações entre o INPE e as instituições chinesas envolvidas no desenvolvimento do segmento espacial, para garantir que as especificações e cronogramas sejam cumpridos; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Desenvolvimento de Sistemas de Solo compete:

I - conceber, especificar, integrar e qualificar sistemas na área de comunicação de dados relacionados a aplicações na área espacial;

II - realizar pesquisa e desenvolver projetos e atividades na área de software com ênfase em controle, rastreo, teste e simulador de aeronaves e disseminação de dados;

III - conceber, especificar, integrar e qualificar sistemas de comunicação, relacionados a estações terrenas de rastreo e controle e de recepção e transmissão de dados;

IV - realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de processamento digital e analógico de sinais, rádio-frequência e modulação para aplicação em equipamentos de telecomunicações, instrumentação e automação para sistemas de solo; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Eletrônica Aeroespacial compete:

I - realizar pesquisas e desenvolver tecnologia na área de sistemas computacionais para uso em satélites e implementar metodologias para elaboração de software de alta confiabilidade para sistemas embarcados;

II - realizar pesquisas e desenvolver tecnologia na área de sensores eletro ópticos para determinação de atitude de satélites e sistemas correlatos e de imageadores eletro ópticos para observação da Terra, incluindo a implementação de metodologias de caracterização de sensores eletro ópticos;

III - realizar pesquisas e desenvolver tecnologia na área de sistemas de geração, armazenagem, regulação e distribuição de potência para equipamentos embarcados;

IV - realizar pesquisas e desenvolver projetos de circuitos e equipamentos nas áreas de rádio frequência/microondas, antenas, modulação analógico-digital e processamento de sinais, para aplicação em equipamentos de comunicação de sistemas embarcados;

V - especificar, projetar e desenvolver subsistemas e equipamentos para os programas institucionais de satélites e sistemas correlatos, no âmbito de sua competência; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Mecânica Espacial e Controle compete:

I - realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de dinâmica orbital, controle e guiagem, projetos mecânicos e estruturas, controle térmico e propulsão de satélites artificiais;

II - pesquisar e desenvolver métodos e algoritmos para determinação e propagação de órbita e atitude de satélites e sistemas correlatos, bem como subsistemas de controle de atitude e órbita;

III - realizar análises de estabilidade, de perturbações ambientais e de dinâmica de satélites e sistemas correlatos;

IV - pesquisar e desenvolver tecnologias de projeto mecânico, estruturas e controle térmico de plataformas espaciais;

V - pesquisar, projetar e desenvolver tecnologias de motores de propulsão líquida para controle de satélites artificiais;

VI - especificar, projetar, desenvolver e qualificar subsistemas e equipamentos para os programas de satélites e sistemas correlatos, nas áreas de sua competência; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Sistemas Espaciais compete:

I - conceber e especificar sistemas espaciais, a partir da definição de seus objetivos de missão;

II - estabelecer procedimentos de engenharia de sistemas, para atividades de gerenciamento e execução de projetos de sistemas espaciais;

III - preparar as especificações de sistema e de subsistemas dos segmentos espacial e solo de missões espaciais;

IV - executar as atividades de análise de missão, arquiteturas mecânicas, elétrica e de telecomunicações de sistemas espaciais, e concepção e definição de sistemas de solo, acompanhando e dando suporte aos programas desde a fase de concepção até a operação em órbita;

V - estabelecer e manter as condições de interação entre os novos sistemas e a infra-estrutura existente, em especial no que concerne aos centros de controle e de missão e às estações terrenas;

VI - gerenciar e executar as atividades de interface junto a Agências Lançadoras, Laboratório de Integração e Testes, Centro de Controle e Centro de Missão;

VII - executar as atividades de coordenação de frequências junto aos organismos reguladores para os programas em andamento; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Garantia do Produto compete:

I - organizar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de confiabilidade, segurança, garantia da qualidade de software/hardware, partes, materiais, processos e gerenciamento da configuração, aplicados aos projetos e programas espaciais de engenharia do INPE;

II - elaborar requisitos e planos de garantia do produto, para serem aplicados no âmbito dos projetos e programas espaciais de engenharia do INPE;

III - executar o gerenciamento da documentação técnica e da configuração no âmbito dos projetos e programas espaciais de engenharia do INPE;

IV - estabelecer normas técnicas e procedimentos para preparação e controle de processos, a serem aplicados nos projetos espaciais de engenharia do INPE;

V - aprovar os documentos técnicos de qualidade de software/hardware, de fabricação e de testes a serem aplicados nos projetos espaciais de engenharia do INPE incluindo a documentação do produto final;

VI - auditar as atividades de garantia da qualidade dos fornecedores dos projetos espaciais do INPE, bem como das demais unidades do Instituto envolvidas nestes projetos;

VII - coordenar e aprovar a qualificação de novos processos, partes e materiais não constantes de listas qualificadas para uso espacial nos projetos e programas de engenharia do INPE; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Manufatura compete:

I - promover e supervisionar a execução das atividades de suporte e fabricação mecânica, de projetos e desenhos e de circuitos impressos;

II - desenvolver equipamentos, dispositivos mecânicos e circuito impresso com qualificação militar e espacial;

III - elaborar documentos e procedimentos específicos de fabricação mecânica e de circuito impresso;

IV - executar a montagem, integração e testes de placas de circuito impresso e de equipamentos mecânicos com qualificação espacial para atendimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento do INPE;

V - apoiar os programas institucionais, na elaboração de documentação e no acompanhamento da fabricação mecânica e de circuito impresso relativos a contratos externos; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Setor de Circuito Impresso compete: I - promover e supervisionar a execução das atividades de suporte a projetos e produção de circuito impresso;

II - desenvolver novos processos e produtos com qualificação militar e espacial;

III - atender solicitações externas ao Instituto que exijam qualidade comprovada, sem prejuízo das atividades de pesquisa; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Setor de Mecânica e Desenho compete:

I - promover e supervisionar a execução das atividades de suporte de fabricação mecânica, projetos e desenhos;

II - desenvolver, projetar e fabricar equipamentos e dispositivos mecânicos em apoio às atividades de pesquisa do INPE;

III - elaborar desenhos nas áreas de engenharia civil, artes gráficas e ilustrações técnicas, fornecendo cópias, em formato próprio, aos interessados; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos compete:

I - desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de meteorologia, climatologia, hidrologia, sensoriamento remoto da atmosfera, oceanografia e meio ambiente, com ênfase em técnicas de modelagem e de tratamento de observações da atmosfera, dos oceanos e da superfície;

II - manter serviços operacionais de previsão de tempo, clima e variáveis ambientais, gerando e disseminando publicamente produtos de qualidade de interesse da sociedade, e elaborar cenários e mudanças climáticas de interesse do país;

III - manter sistemas computacionais de alto desempenho destinados à previsão numérica de tempo, de clima e de variáveis ambientais e pesquisas correlatas;

IV - operar sistemas de satélites ambientais e radares meteorológicos para monitoramento ambiental e previsão meteorológica;

V - receber, arquivar e disponibilizar dados meteorológicos, climatológicos, hidrológicos, oceânicos e ambientais relacionados às atividades do Centro;

VI - realizar intercâmbio científico, tecnológico e de informações com as instituições nacionais e internacionais que se dedicam à meteorologia, climatologia, hidrologia, oceanografia e ciências do meio ambiente, nas áreas de sua competência;

VII - atuar junto aos Estados da Federação, no sentido de promover a política do MCT em relação à meteorologia, climatologia, hidrologia, oceanografia e meio ambiente, incluindo apoio aos sistemas de observações, e capacitação de recursos humanos de órgãos estaduais de meteorologia, recursos hídricos e meio ambientes;

VIII - participar, nas áreas de sua competência, na formação de recursos humanos, em nível de pós-graduação e pós-doutorado, bem como promover estágios e treinamento de pessoal; e

IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Modelagem e Desenvolvimento compete:

I - realizar pesquisas e desenvolvimento em modelagem atmosférica e oceânica;

II - desenvolver e adaptar modelos a serem transferidos para os setores operacionais, e implementar melhorias nos modelos em operação no centro, com relação aos processos físicos, dinâmicos e numéricos;

III - desenvolver estudos de previsão numérica de tempo, clima e ambiental utilizando modelos de circulação global e regional;

IV - realizar experimentos numéricos de sensibilidade e aplicações e de simulação da variabilidade climática nas várias escalas de tempo;

V - desenvolver ou adaptar métodos de assimilação de observações, tanto para modelos atmosféricos, como oceânicos, incluindo processos no solo e seus acoplamentos, hidrológicos e ambientais;

VI - desenvolver atividades com relação a processamento e programação de alto desempenho e a técnicas de otimização, vetorização e paralelização aplicadas aos modelos;

VII - supervisionar as atividades de pesquisa e desenvolvimento, de interesse do centro na área de modelagem atmosférica e oceânica; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais compete:

I - operar sistemas de recepção de dados de satélites, de sensores ativos e passivos da atmosfera instalados em terra e de plataformas de coleta automática de dados de responsabilidade do INPE;

II - gerar e disseminar produtos ambientais produzidos a partir dos dados recebidos;

III - realizar pesquisa básica e aplicada de sensoriamento remoto da atmosfera, e desenvolver aplicações para apoiar previsões de tempo, clima e variáveis ambientais;

IV - organizar, manter e disponibilizar para usuários internos e externos dados provenientes de satélites meteorológicos e sensores remotos atmosféricos, recebidos pelo Centro ou obtidos de outras instituições;

V - desenvolver especificações técnicas para novos sensores meteorológicos e ambientais e participar de campanhas de testes destes sensores;

VI - promover a transferência de conhecimentos e tecnologia na área de satélites e sistemas ambientais para as atividades operacionais e de pesquisa;

VII - apoiar a expansão de sistemas de coleta de dados por satélites; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

À Divisão de Operações compete:

I - realizar a operação meteorológica plena do Centro, incluindo atividades de recepção de dados, geração e disseminação de previsões de tempo, clima e de variáveis ambientais;

II - operar os modelos de previsão de tempo, clima, agitação marítima e outras aplicações ambientais;

III - arquivar e disponibilizar dados recebidos e gerados pelo Centro;

IV - implantar operacionalmente novos modelos e/ou produtos desenvolvidos pelas demais Divisões;

V - realizar o atendimento ao público em geral, usuários externos, órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e órgão de comunicação e da mídia;

VI - aprimorar as ferramentas de visualização dos produtos meteorológicos;

VII - avaliar o desempenho dos modelos de previsão de tempo, incluindo agitação marítima, clima, e variáveis ambientais; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Administração e Atendimento ao Usuário compete:

I - prover previsões de tempo, clima e de variáveis ambientais para o público em geral, usuários externos, órgãos setoriais de meteorologia dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e órgãos da mídia;

II - atender usuários internos e externos interessados em dados e informações meteorológicas, climáticas e ambientais geradas pelo Centro, incluindo mídia em geral em assuntos da área de competência do Centro;

III - elaborar e acompanhar propostas e convênios com usuários externos, instituições públicas e privadas; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Ao Serviço de Supercomputação e Suporte compete:

I - manter a operação plena dos sistemas de supercomputação do Centro;

II - prover o suporte e treinamento aos usuários dos sistemas computacionais existentes;

III - instalar, configurar, monitorar e realizar a manutenção preventiva e corretiva dos recursos computacionais;

IV - prover assessoramento técnico para adquirir, especificar e selecionar recursos computacionais;

V - promover a atualização de ferramentas de hardware e software e o aperfeiçoamento de seus recursos humanos; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

## **2.4 - Macroprocessos Finalísticos**

O desenvolvimento de satélites, a disponibilização de dados de satélites, o monitoramento de biomas e queimadas e a previsão de tempo e clima são os principais macroprocessos finalísticos do INPE. A seguir são descritos cada um desses macroprocessos e como eles foram conduzidos pela Unidade no ano de 2013.

### **a) Desenvolvimento de satélites**

O INPE é um dos executores do Programa Nacional de Atividades Espaciais ó PNAE sendo responsável pelo desenvolvimento de satélites de observação da Terra óticos e por radar, além de satélites científicos e meteorológicos. As missões desses satélites estão previstas no PNAE e respondem às necessidades governamentais para a implementação de políticas públicas e a solução de problemas nacionais. Entre as principais missões podem-se destacar atualmente os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS-3 e 4), o Satélite de Observação da Terra da série Amazônia (Amazônia-1) e o Satélite Científico Lattes. A concepção e autoridade dos projetos das missões são de responsabilidade do INPE, enquanto que os equipamentos e subsistemas dos satélites são contratados e fabricados na indústria brasileira da área espacial. A integração e testes dos satélites são realizados pelo INPE.

No exercício de 2013, o CBERS-3 foi totalmente integrado e testado e a sua campanha de lançamento foi concluída. O lançamento do satélite CBERS-3 fracassou devido a uma falha do lançador chinês Longa-Marcha 4B, impedindo a colocação do satélite em sua órbita correta e provocando sua reentrada na atmosfera terrestre. Durante o tempo em que foi possível comunicação com o satélite, constatou-se que a abertura do painel solar ocorreu com sucesso e que todos os subsistemas do satélite funcionavam normalmente. Além disso, em 2013, 91% dos equipamentos do satélite CBERS-4 foram concluídos, seu lançador foi contratado e a previsão do seu lançamento foi antecipada para dezembro de 2014, devido à falha do CBERS-3. Em 2013, os equipamentos para testes do subsistema de gerenciamento de dados, controle de atitude e órbita, suprimento de energia

e telemetria e telecomando do satélite Amazônia-1 foram disponibilizados para o início das atividades de integração e testes. Foi também disponibilizada a estrutura (modelo de voo) do módulo de carga útil do Amazônia-1. Para o satélite Lattes, em 2013, foram disponibilizados os modelos de voo da estrutura do módulo de serviço, do gerador solar e dos propulsores.

#### b) Disponibilização de dados de satélites

As atividades do PNAE incluem também a viabilização de meios de acesso e serviços, de qualidade compatível com os padrões internacionais, necessários à plena utilização de informações, imagens e dados espaciais pela sociedade. Essas atividades são realizadas pelo Centro de Dados do INPE, onde os dados recebidos das estações de recepção são armazenados e processados em vários níveis de correção radiométrica e geométrica, submetidos ao controle de qualidade, e distribuídos aos usuários finais.

Em 2013, foram distribuídas aos usuários finais cerca de 300.000 imagens de satélites. Essas imagens são baixadas do catálogo de imagens do Centro de Dados do INPE.

#### c) Monitoramento de biomas e queimadas

Outro macroprocesso finalístico de responsabilidade do INPE é o monitoramento da cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais. Desde 1988, o INPE vem produzindo as taxas anuais do desflorestamento da Amazônia Legal. A partir do ano de 2002, estas estimativas são produzidas por classificação digital de imagens seguindo a "Metodologia PRODES". O INPE possui também o DETER que é um levantamento rápido feito mensalmente pelo INPE desde maio de 2004, com dados de satélites de resolução espacial de 250 m. O DETER foi desenvolvido como um sistema de alerta para suporte à fiscalização e controle de desmatamento. Por esta razão o DETER mapeia tanto áreas de corte raso quanto áreas em processo de desmatamento por degradação florestal. Em relação a queimadas, o INPE realiza o monitoramento operacional de focos de queimadas e de incêndios florestais detectados por satélites, e o cálculo e previsão do risco de fogo da vegetação.

Em 2013, o monitoramento operacional do bioma Amazônia seguiu regularmente a sua execução e permitiu que a estimativa da taxa de desmatamento do PRODES 2013 (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite 2013) fosse entregue ao Governo Federal com um mês de antecedência. Também no ano de 2013, houve uma redução marcante das detecções de focos de queima de vegetação no País, como resultado de um ano mais úmido que a média e de uso mais efetivo do monitoramento em tempo real por satélites, realizado pelo INPE.

#### d) Previsão de tempo e clima

O INPE tem também como atividade finalística a disponibilização para a sociedade de previsões do tempo e clima, bem como previsões ambientais correlatas como hidrologia e qualidade do ar. Essas atividades são realizadas no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do INPE, que é um centro avançado de previsão numérica de tempo e clima, fornecendo previsões de tempo de curto e médio prazos e climáticas de alta precisão, desde o início de 1995, além de dominar técnicas de modelagem numérica altamente complexa, da atmosfera e dos oceanos, para prever condições futuras.

No exercício de 2013, o CPTEC implantou a previsão de altíssima resolução espacial (5 km) sobre a América do Sul utilizando o modelo regional BRAMS (Brazilian developments on the Regional Atmospheric Modelling System). Esta operação, única no Hemisfério Sul, colocou o INPE no

estado da arte de previsão de tempo em escala regional e trouxe diversos ganhos de qualidade da previsão de tempo como a de tempestades severas de alto impacto social.

## **2.5 - Macroprocessos de Apoio**

O principal macroprocesso de apoio do INPE é o modelo de gestão que é estruturado por programas, projetos e atividades que devem seguir o ciclo clássico de gerenciamento, ou seja, planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e ações de controle. Assim, o planejamento orçamentário e de metas físicas das áreas funcionais do INPE e de seus respectivos programas é feito ancorado no Programa Plurianual (PPA) do governo Federal através das Ações/Planos Orçamentários destinados ao INPE. O acompanhamento do cumprimento das metas e a avaliação dos resultados são feitos por meio de indicadores relacionados aos planejamentos das áreas. Além disso, existe também o plano de desenvolvimento de tecnologia da informação (PDTI) que visa atender às necessidades de todas as áreas finalísticas do INPE no que tange a equipamentos e soluções de informática.

Em 2013 foram introduzidas modificações no modelo de gestão do INPE devido às mudanças nas diretrizes do planejamento do Instituto e à nova estrutura da LOA 2013. Nesta nova estrutura, as Ações Orçamentárias, na versão 2012, foram transformadas em Planos Orçamentários, que, por sua vez, foram aglutinados em novas Ações Orçamentárias de maior abrangência. A mudança principal no atual modelo de gestão consiste em ancorar o planejamento e acompanhamento nas Ações/Planos Orçamentários, em substituição ao modelo baseado nos Planos Internos de Gestão das Unidades e Programas vigente até 2012.

## **2.6 ó Principais Parceiros**

Considerando os macroprocessos finalísticos definidos acima, os principais parceiros que contribuem para a consecução dos objetivos do INPE são o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), a indústria nacional na área espacial, as Agências Espaciais de outros países (NASA, CAST, JAXA, ESA, CONAE, entre outros). No setor ambiental, a principal parceria vigente em 2013 foi a com a Secretaria Permanente da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica). As empresas de geoinformática e o IBAMA constituem-se em parceiros para o monitoramento de biomas e queimadas. Para realizar as atividades de previsão de tempo e clima, o CPTEC conta com a parceria com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), os Centros Estaduais de Meteorologia, os Comandos da Aeronáutica e da Marinha. Parceiros internacionais também são importantes para a área de meteorologia como a NOAA (*National Oceanic and Atmospheric Administration*), a WMO (*World Meteorological Organization*), o ECMWF (*European Centre for Medium-Range Weather Forecasts*) e o IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*).

### 3. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

#### 3.1 Planejamento da unidade

O INPE, como parte integrante do MCTI, está inserido no contexto do plano estratégico do Ministério. Este, por sua vez, consolidou suas diretrizes no documento conhecido como Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 ó 2015 (ENCTI 2012-2015). Na ENCTI, o INPE participa das áreas de pesquisa e desenvolvimento, dos desafios (mais precisamente no setor aeroespacial) e no Programa Nacional de Atividades Espaciais 2012-2020 (PNAE 2012-2020). Desse conjunto, destaca-se:

- *Participação no Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, juntamente com outras instituições federais, abrigando em suas instalações de Cachoeira Paulista (SP) um modulo temporário com uma Sala de Situação do Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).*
- *Participação na execução da primeira fase (de consolidação) do PNAE 2012-2020 com o desenvolvimento ou contribuição em projetos mobilizadores, a saber, do Satélite Geoestacionário de Comunicações; do lançamento do satélite Amazonia-1, com a conclusão da Plataforma Multimissão (PMM); do lançamento dos satélites CBERS 3 e 4; do estabelecimento de um programa de satélites científicos e tecnológicos; e do estabelecimento de um programa de domínio de tecnologias críticas.*

Do ponto de vista tático, o planejamento que permite ao INPE desdobrar os objetivos estratégicos acima em objetivos de ordem inferior, que devem ser alcançados em médio prazo, está em seu Plano Diretor 2011-2015. Este documento traz a proposta de 12 objetivos específicos com ênfase no programa de satélites, dos quais se destacam:

- *Realizar, em conformidade com o PNAE, um programa de satélites de telecomunicação e observação da Terra para atender a demandas brasileiras e internacionais de comunicação, monitoramento territorial e oceânico, previsão de tempo e clima, e estudos sobre mudanças globais.*
- *Organizar, em conformidade com o PNAE, um programa de satélites científicos que produza dados inéditos com tecnologia inovadora para pesquisa em Clima Espacial e Astrofísica.*
- *Desenvolver, junto com a indústria nacional, as tecnologias necessárias para as missões do programa espacial brasileiro, enfatizando produtos e processos inovadores.*
- *Ser referência internacional nas atividades de pesquisa e de operações em sensoriamento remoto continental e oceânico, previsão do tempo e do clima sazonal e mudanças climáticas, na região tropical.*
- *Criar centros operacionais de monitoramento e modelagem de Clima Espacial, Desastres Naturais e Mudanças do Uso da Terra no Brasil.*
- *Prover a infraestrutura, a gestão de competências e de pessoas, e os serviços administrativos de forma a garantir a plena execução das atividades do INPE.*

O planejamento operacional, que desdobra o planejamento tático acima em ações de execução, é mais dinâmico e passa por ajustes frequentes. Em 2013, modificações foram introduzidas no modelo de gestão do INPE de maneira a se adaptar aos afinamentos nas diretrizes do planejamento do Instituto dadas pela nova Direção e à nova estrutura da LOA 2013. A mudança principal

consistiu em ancorar o planejamento e acompanhamento nas Ações/Planos Orçamentários, em substituição ao modelo baseado nos Planos Internos de Gestão das Unidades e Programas do INPE.

O ano de 2013 foi um ano marcado por árduas decisões da gestão por conta do contexto político e econômico do País. Este cenário desencadeou e/ou agravou limitações internas do INPE, desde problemas de instalações a restrições nos recursos financeiros. Problemas de instalações, que necessitavam de obras e reformas que não conseguiram ser realizadas, comprometeram o andamento dos projetos e o adequado uso dos equipamentos. Deficiência e/ou reposição de pessoal é um problema crônico que, em 2013, foi agravado por questões legais associadas à contratação de servidores temporários. As medidas adotadas em atendimento à Justiça são de cunho paliativo para a questão. O ingresso de 91 novos servidores no INPE em 2013 não solucionou o problema, que deverá ser minimizado pelo novo concurso público a ser realizado pelo MCTI em curto prazo. As restrições orçamentárias e financeiras, resultado do contexto político e econômico nacional, comprometeram seriamente muitas das entregas dos compromissos do INPE, especialmente do PPA vigente, exigindo a movimentação para uma revisão das metas que não têm mais tempo hábil para serem cumpridas. Além disso, a priorização dos investimentos foi uma constante, seja por restrições orçamentárias-financeiras, seja por restrições de recursos humanos. A preferência foi dada às atividades relacionadas à conclusão e lançamento do satélite CBERS-3 e à continuação das atividades operacionais e de pesquisa do CPTEC.

### **3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados**

#### **Programa Temático**

As informações sobre os programas temáticos do PPA 2012-2015 não se aplicam ao INPE porque o instituto não é responsável por programas temáticos do PPA. O INPE participa de cinco programas:

- PROGRAMA 2021 ó CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;
- PROGRAMA 2036 ó FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS;
- PROGRAMA 2050 ó MUDANÇAS CLIMÁTICAS;
- PROGRAMA 2056 ó POLÍTICA ESPACIAL;
- PROGRAMA 2106 ó GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MCTI.

#### **Objetivos**

As informações sobre os objetivos do PPA 2012-2015 não se aplicam ao INPE porque o Instituto não é responsável por objetivos do PPA. O INPE é responsável pela apuração de treze metas distribuídas por objetivos em três programas, a saber:

- *Objetivo 0476 do Programa 2036 ó Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais:*
  - *Meta ó Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional.*
- *Objetivo 0990 do Programa 2050 ó Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global:*

- *Meta 01 ó Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões;*
- *Meta 02 ó Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação;*
- *Meta 03 ó Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias.*
- *Objetivo 0555 do Programa 2056 ó Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais:*
  - *Meta 01 ó Catalisador de hidrazina qualificado para voo;*
  - *Meta 02 ó Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC - Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria;*
  - *Meta 03 ó Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado;*
  - *Meta 04 ó Motor iônico qualificado.*
- *Objetivo 0702 do Programa 2056 ó Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico:*
  - *Meta 01 ó Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geostacionários;*
  - *Meta 02 ó Concluir estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional;*
  - *Meta 03 ó Concluir o desenvolvimento dos Satélites CBERS-3 e CBERS-4 e realizar os lançamentos;*
  - *Meta 04 ó Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1;*
  - *Meta 05 ó Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013.*

**Quadro 2 ó Ações ó OFSS ó 20UI**

Identificação da Ação						
Código	20UI		Tipo: Atividade			
Título	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Iniciativa	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI					
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso <b>Código: 0403</b>					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação <b>Código: 2021</b> <b>Tipo: Temático</b>					
Unidade Orçamentária	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.012.550	6.012.550	5.470.779	3.841.217	3.841.217	0	1.182.457,61
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		

		Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Trabalho/artigo publicado</b>		<b>10</b>	<b>10</b>	<b>43</b>	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fontes: SIOP e SIAFI

Os resultados obtidos na Ação 20UI em 2013 excederam sua meta física. O crescimento apresentado é fruto de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) aprovados em 2010 com recursos do CNPq/AEB. Os resultados obtidos foram expressivos em termos de divulgação e qualidade científica das atividades de P&D. Destacam-se as publicações: *Second Order Draft* para o *Revised Supplementary Methods and Good Practice Guidance Arising from the Kyoto Protocol*; *Pre-final Draft for the 2013 Supplement to the 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories: Wetlands*; relatório sobre a avaliação, como revisora editora (*review editor*), do *Second Order Draft* do capítulo sobre *Agriculture, Forestry and Other Land Use* para o quinto relatório de avaliação do Grupo de Trabalho III do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*); mais de 40 publicações em congressos e em revistas foram produzidas nos Centros Regionais do INPE, sendo 19 artigos publicados no XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, conferência que reflete as aplicações de tecnologias espaciais inovadoras no País para vencer desafios regionais. Ademais, a participação ativa do INPE no Programa de Pós Graduação de Ciências Climáticas da UFRN promoveu a realização de sete cursos nacionais, três internacionais em parceria com a Pós Graduação dos estados do AM, AL, PA, RN, RS e SP, envolvendo mais de 60 alunos. Também foram marcantes os resultados das parecerias acadêmicas e tecnológicas como a capacitação internacional em monitoramento de florestas tropicais, parcerias Brasil-Japão (TCTP) e FAO-INPE, que recebeu profissionais do Serviço Florestal Americano para apresentar a metodologia de mapeamento de florestas com dados LIDAR. Por fim, é importante colocar que, restrições de falta de recursos humanos prejudicaram o cronograma de algumas atividades.

### Quadro 3 ó Ações ó OFSS ó 20V9

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	<b>20V9</b> <b>Tipo: Atividade</b>					
<b>Título</b>	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)					
<b>Iniciativa</b>	Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite					
<b>Objetivo</b>	Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais <b>Código: 0476</b>					
<b>Programa</b>	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios					<b>Código: 2036</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.389.700	6.389.700	6.150.547	4.475.542	4.469.906	5.636,39	1.675.005,16
<b>Execução Física</b>						

Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Mapa divulgado</b>		<b>unidade</b>	<b>377</b>	<b>377</b>	<b>377</b>
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fontes: SIOP e SIAFI

Em 2013 foi realizada a complementação do levantamento da taxa de desmatamento na Amazônia para o ano de 2012, foram divulgados os mapas de levantamentos mensais de alerta de desmatamento e os 181 mapas de risco de fogo da vegetação, bem como os 181 arquivos com coordenadas dos focos de queima de vegetação para todo o País. Além disso, foi realizada a estimativa do desmatamento na Amazônia PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) 2013; o mapeamento de áreas de floresta degradadas na Amazônia, DEGRAD (Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira) 2011 e 2012; e a entrega contínua de detecções de novos desmatamentos DETER (Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real). Ainda não foi possível ampliar o escopo geográfico dos sistemas de monitoramento para os demais biomas brasileiros por não ter havido o aporte de recursos adicionais para este fim.

#### Ação/Subtítulos ó OFSS

Como o INPE tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados às ações sob sua responsabilidade, ambas com o subtítulo 0001 ó Abrangência Nacional, o quadro Ações/Subtítulos não se aplica ao Instituto.

#### Quadro 4 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 2061

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>2061 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Integração Regional e Internacional de C, T &I Espacial				
<b>Iniciativa</b>	016Y ó Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação				
<b>Objetivo</b>	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade. <b>Código: 0400</b>				
<b>Programa</b>	<b>Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24101 ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
113.647,80	113.647,80	-	<b>Curso realizado</b>	<b>unidade</b>	<b>4</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

**Quadro 5 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 6237**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>6237 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Desenvolvimento de Pesquisa nos Centros Regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE				
<b>Iniciativa</b>	0179 ó Pesquisa e desenvolvimento de sistemas e serviços nos Centros Regionais do INPE				
<b>Objetivo</b>	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade. <b>Código: 0400</b>				
<b>Programa</b>	<b>Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24101 ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.059.185,82	1.015.933,36	<b>38.887,79</b>	<b>Pesquisa realizada</b>	<b>unidade</b>	<b>5</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

Os restos a pagar não processados da ação 6237 apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 4.364,67.

**Quadro 6 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4176**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>4176 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Monitoramento por Satélites da Cobertura da Terra dos Biomas Brasileiros				
<b>Iniciativa</b>	01KU ó Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite				
<b>Objetivo</b>	Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais. <b>Código: 0476</b>				
<b>Programa</b>	<b>Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24101 ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.845.403,08	1.823.135,54	<b>22.267,54</b>	<b>Área monitorada</b>	<b>km<sup>2</sup></b>	<b>4.000.000</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

**Quadro 7 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 2063**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>2063 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Monitoramento e Risco de Queimadas e Incêndios Florestais				
<b>Iniciativa</b>	01KW ó Monitoramento e controle do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais				
<b>Objetivo</b>	Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais. <b>Código: 0476</b>				
<b>Programa</b>	<b>Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24101 ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				

<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
789.042,15	789.042,15	-	<b>Mapa de risco de fogo gerado</b>	<b>unidade</b>	<b>366</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

### Quadro 8 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 6751

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	<b>6751 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global				
<b>Iniciativa</b>	020S ó Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global				
<b>Objetivo</b>	Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades. <b>Código: 0536</b>				
<b>Programa</b>	<b>Mudanças Climáticas Código: 2050 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24101 ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
83.878,16	79.382,56	<b>4.495,60</b>	<b>Pesquisa realizada</b>	<b>unidade</b>	<b>50</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

### Quadro 9 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10H2

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	<b>10H2 Tipo: Projeto</b>				
<b>Título</b>	Implantação de Infraestrutura para Atender às Demandas das Mudanças Climáticas Globais				
<b>Iniciativa</b>	020U ó Implantação da infraestrutura para atender às demandas das mudanças climáticas				
<b>Objetivo</b>	Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades. <b>Código: 0536</b>				
<b>Programa</b>	<b>Mudanças Climáticas Código: 2050 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24101 ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.540.531,06	1.495.875,05	<b>44.656,01</b>	<b>Infraestrutura implantada</b>	<b>% de execução física</b>	<b>60</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

### Quadro 10 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4184

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	<b>4184 Tipo: Atividade</b>
<b>Título</b>	Pesquisa, Desenvolvimento e Operações em Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC
<b>Iniciativa</b>	047E ó Expansão e modernização da infraestrutura física, computacional e de recursos humanos do CPTEC e aprimoramento de seus modelos computacionais
<b>Objetivo</b>	Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global. <b>Código: 0990</b>

<b>Programa</b>	<b>Mudanças Climáticas Código: 2050 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24101 ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.601.943,88	1.571.556,25	<b>30.387,63</b>	<b>Produto disponibilizado</b>	<b>unidade</b>	<b>366</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

### Quadro 11 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS- 2253

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	<b>2253 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Funcionamento e Atualização do Laboratório de Integração e Testes				
<b>Iniciativa</b>	02NA ó Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. <b>Código: 0702</b>				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
494.123,08	390.966,20	<b>103.156,88</b>	<b>Infraestrutura mantida</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

### Quadro 12 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4195

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	<b>4195 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Controle de Satélites, Recepção, Geração, Armazenamento e Distribuição de Dados				
<b>Iniciativa</b>	02NA ó Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. <b>Código: 0702</b>				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.406.639,30	3.194.616,51	<b>108.606,79</b>	<b>Informação disponibilizada</b>	<b>unidade</b>	<b>37.259</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

Os restos a pagar não processados da ação 4195 apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 103.416,00.

**Quadro 13 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4959**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>4959 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Desenvolvimento de Produtos e Processos para Componentes e Subsistemas de Satélites				
<b>Iniciativa</b>	024U ó Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional				
<b>Objetivo</b>	Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais. <b>Código: 0555</b>				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.075.735,41	1.067.087,15	<b>6.548,28</b>	<b>Tecnologia desenvolvida</b>	<b>unidade</b>	<b>4</b>

Fontes: SIOF e SIAFI

Os restos a pagar não processados da ação 4959 apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 2.099,98.

**Quadro 14 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 2011**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>2011 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Pesquisa e Desenvolvimento no Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial				
<b>Iniciativa</b>	02NC ó Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. <b>Código: 0702</b>				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
85.630,00	5.330,00	-	<b>Documento emitido</b>	<b>unidade</b>	<b>120</b>

Fontes: SIOF e SIAFI

Os restos a pagar não processados da ação 2011 apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 80.300,00.

**Quadro 15 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4183**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>4183 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Pesquisa e Desenvolvimento em Aeronomia, Astrofísica Instrumental e Geofísica Espacial				
<b>Iniciativa</b>	02NC ó Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento				

	científico. Código: 0702				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
982.556,02	801.480,99	<b>91.075,03</b>	<b>Pesquisa realizada</b>	<b>unidade</b>	<b>80</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

Os restos a pagar não processados da ação 4183 apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 90.000,00.

#### Quadro 16 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 4958

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	<b>4958 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Pesquisa, Aplicações e Desenvolvimento Tecnológico com Dados de Satélites de Observação da Terra				
<b>Iniciativa</b>	02NA ó Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. Código: 0702				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
201.479,76	201.479,76	-	<b>Tecnologia desenvolvida</b>	<b>unidade</b>	<b>3</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

#### Quadro 17 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10GK

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	<b>10GK Tipo: Projeto</b>				
<b>Título</b>	Implantação de Infraestrutura para o Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial				
<b>Iniciativa</b>	02NC ó Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. Código: 0702				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	24101 ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
4.080.195,68	4.024.898,11	<b>54.797,57</b>	<b>Infraestrutura implantada</b>	<b>% de execução física</b>	<b>20</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

Os restos a pagar não processados da ação 10GK apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 500,00.

**Quadro 18 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS 10ZG**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>10ZG Tipo: Projeto</b>				
<b>Título</b>	Desenvolvimento do Satélite Lattes				
<b>Iniciativa</b>	02NH ó Desenvolvimento do Satélite Lattes				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. <b>Código: 0702</b>				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
150.000,00	150.000,00	-	<b>Satélite lançado</b>	<b>% de execução física</b>	<b>6</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

**Quadro 19 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10ZJ**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>10ZJ Tipo: Projeto</b>				
<b>Título</b>	Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1				
<b>Iniciativa</b>	02NG ó Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. <b>Código: 0702</b>				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.247.121,50	6.147.999,10	<b>232.855,79</b>	<b>Satélite desenvolvido</b>	<b>% de execução física</b>	<b>5</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

Os restos a pagar não processados da ação 10ZJ apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 5.866.266,61.

**Quadro 20 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10ZK**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>10ZK Tipo: Projeto</b>				
<b>Título</b>	Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro ó Projeto CBERS-3				
<b>Iniciativa</b>	02NM ó Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro ó Projeto CBERS-3				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. <b>Código: 0702</b>				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
40.000,00	30.055,48	<b>9.944,52</b>	<b>Satélite desenvolvido</b>	<b>% de execução física</b>	<b>9</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

**Quadro 21 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 10ZL**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>10ZL Tipo: Projeto</b>				
<b>Título</b>	Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro ó Projeto CBERS-4				
<b>Iniciativa</b>	02NN ó Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro ó Projeto CBERS-4				
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. <b>Código: 0702</b>				
<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
5.510.647,21	4.217.380,00	<b>314.427,82</b>	<b>Satélite desenvolvido</b>	<b>% de execução física</b>	<b>20</b>

Fontes: SIOP e SIAFI

Os restos a pagar não processados da ação 10ZL apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 978.839,39.

**Quadro 22 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS ó 2010**

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	<b>2010 Tipo: Atividade</b>
<b>Título</b>	Concepção e Análise de Viabilidade de Novas Missões Espaciais
<b>Iniciativa</b>	02NB ó Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico. <b>Código: 0702</b>

<b>Programa</b>	<b>Política Espacial Código: 2056</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 ó Agência Espacial Brasileira				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
940.215,27	822.981,42	<b>106.388,91</b>	<b>Análise elaborada</b>	<b>unidade</b>	<b>2</b>

**Fontes: SIOP e SIAFI**

Os restos a pagar não processados da ação 2010 apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 10.844,94.

### Quadro 23 ó Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar ó OFSS - 2000

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	<b>2000 Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Administração da Unidade				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-				
<b>Programa</b>	<b>Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2106</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Tipo: Gestão e Manutenção</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	24101 ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.837.422,84	2.540.408,04	<b>164.713,50</b>	<b>Análise elaborada</b>	<b>unidade</b>	<b>2</b>

**Fontes: SIOP e SIAFI**

Os restos a pagar não processados da ação 2000 apresentam saldo a liquidar em 2014 no valor de R\$ 132.301,30.

Todas as ações do INPE presentes na LOA 2012 se transformaram em planos orçamentários distribuídos pelas novas ações criadas na LOA 2013, com exceção da ação 10GK (Implantação de Infraestrutura para o Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial) que foi encerrada em 2012. Ações de menor volume orçamentário não apresentaram restos a pagar não processados em 2013, a saber, as ações 10ZH (Desenvolvimento do Satélite de Medida de Precipitação), 10ZI (Desenvolvimento de Satélite Radar) e 13CO (Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar). O volume significativo de restos a pagar decorre de várias causas, sendo a mais relevante à liberação tardia do orçamento, que faz com que processos de grande monta como algumas licitações internacionais não tenham tempo hábil para sua execução completa.

### Ações do Orçamento de Investimento

As informações referentes a ações integrantes do Orçamento de Investimento não se aplicam ao INPE porque o Instituto é responsável apenas por ações da esfera do Orçamento Fiscal.

### 3.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Os resultados e/ou estágios de implementação do ano de 2013 dos objetivos específicos pactuados e alinhados ao Plano Diretor do INPE 2011-2015 são apresentados abaixo:

- Implantar até 2014 o Centro de Ciências do Sistema Terrestre ó Em 2013, foi finalizada a obra civil da infraestrutura predial, restando implantar a parte de tecnologia da informação (TI), a qual foi levantada e se tornou objeto de um projeto CT-INFRA. Este projeto foi aprovado e está planejado ter sua execução em 2014. Assim, com a finalização da estrutura de TI e mais alguns ajustes laboratoriais, será possível atender às demandas de uma infraestrutura adequada para a implantação do Centro de Ciências do Sistema Terrestre. Desta maneira, se garantirá a contribuição mais efetiva do INPE à formulação das políticas públicas de mitigação, adaptação e de redução de vulnerabilidades às mudanças climáticas globais.
- Implantar o sistema de ALERTA de tempestades geomagnéticas através do programa de estudos e previsão do clima espacial ó Em 2013, foi finalizada a validação do índice local de alerta baseado em dados magnéticos que havia sido desenvolvido em 2012. Ademais, foram publicadas diariamente informações relevantes sobre as condições do clima espacial que podem causar danos aos sistemas energéticos, de comunicação e aos satélites. A implantação deste sistema impactará na melhoria da qualidade da informação entregue à sociedade.
- Lançar, em 2013, o satélite CBERS-3 ó O satélite CBERS-3 passou por uma extensa campanha de validação acumulando mais de 2.000 horas de teste, demonstrando o desempenho esperado. Todas as atividades previstas para o lançamento foram executadas. Porém, uma falha no terceiro estágio do lançador chinês Longa-Marcha 4B impediu que a velocidade tangencial necessária para manter o satélite em órbita fosse alcançada. Com isto, o satélite reentrou na atmosfera da Terra, caindo em uma região próxima a Antártica. Entretanto, durante o curto período em que o satélite esteve em órbita foi possível observar que operou conforme o previsto.
- Lançar, em 2014, o satélite CBERS-4 ó Além das atividades previstas no satélite CBERS-4 houve necessidade de retrabalho em alguns equipamentos usados no satélite CBERS-3. Estes retrabalhos provocaram atrasos na finalização dos equipamentos do CBERS-4. Tal como no CBERS-3, alguns equipamentos do CBERS-4 também deverão ser retrabalhados em 2014. Em 2013 foram produzidos e entregues 91% dos equipamentos previstos, perfazendo 75% de execução do projeto para o lançamento do satélite. Faltam equipamentos dos sistemas TTCS (Subsistema de Telemetria e Telecomando - *transponder*) e SAG (*Solar Array Generator* - painel solar). Além disto, o lançador foi contratado, foram iniciadas as atividades de integração do satélite CBERS-4 e seu lançamento confirmado para dezembro de 2014. Com o satélite em operação o INPE poderá contribuir para a solução de problemas nacionais tais como: desenvolvimento de tecnologias, capacitação industrial, auxílio no monitoramento de cobertura da Terra e avanço do conhecimento.
- Desenvolver tecnologias críticas para o setor espacial ó Em 2013 mais de três tecnologias foram desenvolvidas pelos vários Laboratórios do INPE, refletindo o esforço para garantir a autonomia nacional no desenvolvimento das atividades espaciais.
- Melhorar a qualidade da previsão de tempo, aumentando a confiabilidade dos dados e aprimorando a resolução espacial ó Durante o ano de 2013 o foco de trabalho da equipe ficou voltado para o atendimento de necessidades do CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) de forma que novas implementações ainda não puderam ser realizadas no modelo de previsão do CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos).

#### 4. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

**Quadro 24 ó Avaliação do sistema de controles internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente				X	

relacionadas com os objetivos de controle.					
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				<b>X</b>	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				<b>X</b>	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				<b>X</b>	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				<b>X</b>	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					<b>X</b>
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>X</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				<b>X</b>	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>X</b>	
<p><b>Análise Crítica:</b> Visando a consecução de seus objetivos institucionais, o INPE adota vários mecanismos para exercer o controle interno, tanto preventivamente, através, sobretudo, de ampla comunicação e informação a seus servidores e funcionários, em todos os níveis da estrutura funcional, quanto de forma ostensiva, consistente na instauração de Processo Administrativo de Gestão para apuração de falhas constatadas e eventual aplicação de sanção aos responsáveis. Em que pese o INPE não possuir um controle interno institucionalizado, mas sim segregado em suas diversas áreas, a metodologia atualmente aplicada tem gerado resultados considerados satisfatórios. É intenção institucionalizá-lo, e estudo neste sentido vem sendo conduzido no âmbito de uma das assessorias da direção do Instituto.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

## 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**Quadro 25 ó Programação de despesas**

Unidade Orçamentária :		Código UO:		UGO:		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		-	-	-	92.054.733,00	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	
<b>Outras Operações</b>		-	-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		-	-	-	92.054.733,00	
Dotação final 2012(B)		-	-	-	113.755.204,00	
Variação (A/B-1)*100		-	-	-	-19,08	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		75.026.479,00	-	-	-	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	
<b>Outras Operações</b>		-	-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		75.026.479,00	-	-	-	
Dotação final 2012(B)		76.353.000,00	-	-	-	
Variação (A/B-1)*100		-1,74	-	-	-	

FONTE: LOA (Lei nº 12.798/2013)

### Análise Crítica - Programação de Despesas

O orçamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) é composto, desde 2005, de Ações/Planos Orçamentários (POs) transferidos diretamente ao INPE pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e de Ações/POs do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), que são descentralizados ao INPE pela Agência Espacial Brasileira (AEB).

No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2013, o orçamento total solicitado pelo INPE foi de R\$ 167,1 milhões (R\$ 48,2 milhões de POs diretos do MCTI e R\$ 118,9 milhões de POs do PNAE). Como o orçamento foi aprovado na íntegra na LOA 2013, não tendo havido alterações na proposta original no âmbito do Poder Executivo ou do Congresso Nacional, as dotações orçamentárias para o exercício de 2013 foram compatíveis com as necessidades para o cumprimento das principais metas físicas pactuadas para o ano.

Durante o exercício de 2013, não houve abertura de créditos adicionais, cancelamentos de créditos, solicitações de créditos adicionais não atendidas ou atendidas em prazos extemporâneos e nem créditos extraordinários.

**Quadro 26 ó Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebido		1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3 ó Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	240106	240101	19122210620000000			1.156,70
	240106	240128	19122210620000000			15.000,00
	240106	240133	19122210620000000			1.190.000,00
	240106	240133	19571205020VA0001			6.500.000,00
	240106	240133	19572205620UZ0001			300.000,00
	240106	240133	19572205620VB0001			900.000,00
			<i>Sub - Total</i>			<b>8.906.156,70</b>
<b>Recebidos</b>	240102	240106	19122210609HB0001	30.000,00		
	240102	240106	19122210601100000	48.000,00		
	240102	240106	19122210620TP0001	580.000,00		
	240101	240106	19571202120V70001			40.000,00
	240101	240106	19571204012QB0001			1.391.083,23
	240102	240106	19122210620000000			15.708.838,00
	240102	240106	19542203620V90001			4.610.771,00
	240102	240106	19571202120UI0001			5.074.550,00
	240102	240106	19571205020VA0001			16.125.694,00
			<i>Sub - Total</i>	<b>658.000,00</b>		<b>42.950.936,23</b>
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebido		4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6 ó Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>						
			<i>Sub - Total</i>			
<b>Recebidos</b>	240101	240106	19571202120V70001	192.600,00		
	240101	240107	19571202120V70001	199.765,00		
	240102	240106	19122210620000000	665.000,00		
	240102	240106	19542203620V90001	1.631.929,00		
	240102	240106	19571202120UI0001	520.000,00		
	240102	240106	19571205020VA0001	2.517.500,00		
			<i>Sub - Total</i>	<b>5.726.794,00</b>		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		

Movimentação	Concedente	Recebadora		1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3 ó Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6 ó Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: Siafi

**Quadro 27 ó Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3 ó Outras Despesas Correntes
Concedidos	240107	153103	19571202120UI0001			38.160,00
			<i>Sub - Total</i>			<b>38.160,00</b>
Recebidos	70001	240106	02122057020GP0001			39.807,72
	153031	240106	12128210945720000			1.800,00
	154003	240106	12364203204870000			413.711,29
	154042	240106	12364203220RK0043			768,94
	203001	240106	19122210620000000			182.345,04
	203001	240106	19572205620UZ0001			7.817.064,31
	203001	240106	19572205620VB0001			8.124.372,52
	203001	240106	19572205620VC0001			29.460.134,54
			<i>Sub - Total</i>			<b>46.040.004,36</b>
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6 ó Amortização da Dívida
Concedidos						
			<i>Sub - Total</i>			
Recebidos	70001	240106	02122057020GP0001	199.817,10		
	154003	240106	12364203220GK0001	26.038,00		
	203001	240106	19122210620000000	139.880,25		
	203001	240106	19572205620UZ0001	4.959.889,38		
	203001	240106	19572205620VB0001	7.192.666,15		

	203001	240106	19572205620VC0001	43.848.207,62		
			<b>Sub - Total</b>	<b>56.366.498,50</b>		

FONTE: SIAFI

<b>Quadro 28 ó Despesas por Modalidade de Contratação ó Créditos de Movimentação</b>				
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>49.839.018,80</b>	<b>51.773.131,75</b>	<b>49.484.674,25</b>	<b>51.132.333,25</b>
a) Convite	-			
b) Tomada de Preços	-			
c) Concorrência	15.747.856,14	18.278.565,51	15.464.319,95	17.637.767,01
d) Pregão	34.091.162,66	33.494.566,24	34.020.354,30	33.494.566,24
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>22.714.447,92</b>	<b>32.521.052,13</b>	<b>22.714.447,92</b>	<b>32.057.804,33</b>
h) Dispensa	21.889.853,02	25.958.014,15	21.889.853,02	25.494.766,35
i) Inexigibilidade	824.594,90	6.563.037,98	824.594,90	6.563.037,98
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>65.903,02</b>	<b>165.816,27</b>	<b>65.903,02</b>	<b>165.816,27</b>
j) Suprimento de Fundos	65.903,02	165.816,27	65.903,02	165.816,27
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>3.002.808,43</b>	<b>3.675.264,35</b>	<b>2.974.135,33</b>	<b>3.590.263,02</b>
k) Pagamento em Folha	620.313,37	599.410,84	591.640,27	561.586,11
l) Diárias	2.382.495,06	3.075.853,51	2.382.495,06	3.028.676,91
<b>5. Outros</b>	<b>1.879.641,95</b>	<b>2.919.797,62</b>	<b>1.871.492,14</b>	<b>2.919.190,31</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>77.501.820,12</b>	<b>91.055.062,12</b>	<b>77.110.652,66</b>	<b>89.865.407,18</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

**Quadro 29 ó Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos de Movimentação**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1 ó Despesas de Pessoal</b>								
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	477.802,63	414.904,56	477.802,63	414.904,56	-		450.546,93	378.949,59
13 - Obrigações Patronais	94.816,21	108.877,39	94.816,21	108.877,39			93.398,81	107.007,63
07 - Contrib a entidades fechadas de previdencia social	47.694,53	56.614,19	47.694,53	56.614,19			47.694,53	56.614,19
Demais elementos do grupo		19.014,70		19.014,70				19.014,70
<b>2 ó Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 ó Outras Despesas Correntes</b>								
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	46.802.533,50	38.857.986,54	29.540.663,50	30.127.535,98	17.261.870,00	8.730.450,56	29.493.656,77	30.120.945,00
37 - Locação de Mão de Obra	20.066.135,37	22.031.978,62	18.048.799,98	20.037.585,85	2.017.335,39	1.994.392,77	18.048.799,98	20.037.585,85
30 - Material de Consumo	6.350.236,22	4.501.871,38	2.161.343,54	2.585.413,28	4.188.892,68	1.916.458,10	2.161.343,54	2.585.413,28
Demais elementos do grupo	6.283.261,00	9.874.087,11	5.773.302,27	9.387.065,44	509.958,73	487.021,67	5.765.152,46	9.339.281,53
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>4 ó Investimentos</b>								
52 - Equipamento e Material Permanente	52.855.469,13	46.222.274,79	14.413.717,41	23.871.189,98	38.441.751,72	22.351.084,81	14.130.181,22	23.236.982,46
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	6.291.711,30	4.249.174,82	4.940.869,53	3.434.231,30	1.350.841,77	814.943,52	4.917.067,90	2.970.983,50
51 - Obras e Instalações	2.489.447,53	4.959.505,43	2.002.810,52	1.003.278,11	486.637,01	3.956.227,32	2.002.810,52	1.003.278,11
Demais elementos do grupo	410.323,89	9.351,34		9.351,34	410.323,89			9.351,34

<b>5 ó Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 ó Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>Totais</b>	142.169.431,31	131.305.640,87	77.501.820,12	91.055.062,12	64.667.611,19	40.250.578,75	77.110.652,66	89.865.407,18

Fonte: SIAFI Gerencial

## **Análise Crítica - Realização da Despesa**

No exercício de 2013, ocorreu diminuição significativa nas despesas em relação a 2012 nas seguintes modalidades: i) 30% de redução nas Contratações Diretas (Dispensa e Inexigibilidade), atendendo a uma orientação da Consultoria Jurídica da União para optar preferencialmente por outras modalidades de licitação; ii) 60% de redução com Suprimento de Fundos, devido a um maior controle interno nos gastos nessa modalidade e iii) 23% de redução nas despesas com Diárias, devido à publicação da Portaria MPOG N° 268 de 30 de julho de 2013, que estipulou limites para a concessão de diárias e passagens.

O Instituto despendeu R\$ 22,7 milhões com base em dispensa e inexigibilidade de licitação nesse exercício. Por ser uma Instituição de Ciência e Tecnologia dedicada à pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas áreas espacial e ambiental, o INPE necessita contratar produtos e serviços especializados. Do montante liquidado no ano, R\$ 12,9 milhões foram gastos majoritariamente com os contratos das áreas de Engenharia e Tecnologia Espacial, Observação da Terra, Previsão de Tempo e Clima, além de aquisição e manutenção de softwares e assinatura de periódicos científicos. Outra parcela significativa do montante liquidado nessas modalidades, no valor de R\$ 8,6 milhões, foi gasta com a contratação de concessionárias e empresas públicas para cobrir despesas com energia elétrica, saneamento básico, correios, publicações oficiais e taxas alfandegárias. O restante, no valor de R\$ 1,2 milhão, foi gasto em dispensa e inexigibilidade de itens específicos para pesquisa científica, compras diretas e despesas com capacitação e treinamento. É importante enfatizar que o Instituto, atendendo a uma orientação da Consultoria Jurídica da União, vem diminuindo as contratações nas modalidades de dispensa e inexigibilidade.

A execução orçamentária, definida como a relação entre os recursos liquidados no exercício e o limite de empenho autorizado, foi de 57% em 2013, e ficou menor que a de 2012 (68%) e maior que a de 2011 (49%). A execução orçamentária de 2013 baixou em relação a 2012, apesar do esforço conjunto das equipes de planejamento orçamentário e financeiro do INPE em repetir ou melhorar o resultado de 2012. É importante observar que a execução dos recursos oriundos das Ações do MCTI ficou em 80% em 2013, enquanto que a das Ações do PNAE ficou em 45%. Esse fato é explicado pelas características dos contratos da área de Engenharia e Tecnologia Espacial do INPE, que envolvem desenvolvimento de produtos para os satélites do Programa Espacial Brasileiro. Esses contratos demandam maturação tecnológica com riscos inerentes ao processo de inovação e são passíveis de atraso na entrega dos eventos contratuais.

Alguns fatores externos contribuíram para a baixa execução orçamentária nesse ano: o primeiro foi a publicação tardia da LOA (Lei No 12.798/2013) no dia 04 de abril de 2013 e, conseqüentemente, do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira da União, publicado em 02 de maio de 2013, que atrasou a liberação do orçamento; o segundo foi a publicação da Portaria MPOG N° 268 de 30 de julho de 2013, que estipulou limites por categoria de despesas com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, e obrigou o Instituto a refazer sua programação orçamentária no meio do ano; o terceiro diz respeito à demora na análise dos processos pela Consultoria Jurídica da União (CJU-SJCampos). Como fatores internos que prejudicam a execução orçamentária no INPE podemos citar as dificuldades na instrução dos processos de compra e o quadro insuficiente de servidores nas áreas de compras, orçamento e finanças do Instituto.

É importante frisar que, apesar da execução orçamentária ter sido de 57%, conseguiu-se empenhar 97% da dotação orçamentária em 2013.

**Quadro 30- Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	R\$ 1.189.654,94	R\$ 1.189.654,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2011	R\$ 760.808,02	R\$ 747.808,02	R\$ 0,00	R\$ 13.000,00
2010	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 1.950.462,96	R\$ 1.937.462,96	R\$ 0,00	R\$ 13.000,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	R\$ 40.250.578,75	R\$ 31.336.314,61	R\$ 1.411.872,98	R\$ 7.502.391,16
2011	R\$ 4.445.582,43	R\$ 1.030.804,55	R\$ 1.256.686,04	R\$ 2.158.091,84
2010	R\$ 722.840,89	R\$ 310.702,23	R\$ 0,00	R\$ 412.138,66
Total	R\$ 45.419.002,07	R\$ 32.677.821,39	R\$ 2.668.559,02	R\$ 10.072.621,66

Fonte: SIAFI Gerencial

**Análise Crítica ó Restos a Pagar**

No exercício de 2013, não houve nenhum impacto na gestão financeira decorrentes do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

A permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício financeiro no INPE se deve principalmente a alguns contratos da área de Engenharia e Tecnologia Espacial. Esses contratos envolvem desenvolvimento de produtos para os satélites do PNAE com cronograma plurianual e demandam maturação tecnológica com riscos inerentes ao processo de inovação, o que os torna sujeitos a atrasos na entrega dos eventos contratuais para além de um exercício financeiro.

**Quadro 31 ó Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais									
CNPJ: 01.263.896/0005-98					UG/GESTÃO: 240106				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1 - Convênio	763483/2011	Funcate	3.442.425,00	XXXXXXXXXXXX	2013	1.505.000,00	16/12/2011	15/12/2015	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

**Fonte: Convênios INPE**

**Quadro 32 ó Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais					
<b>CNPJ:</b>	01.263.896/0005-98					
<b>UG/GESTÃO:</b>	240106					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Convênio</b>	X	X	01	800.000,00	400.000,00	305.000,00
<b>Contrato de Repasse</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Termo de Cooperação</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Termo de Compromisso</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Totais</b>	X	X	01	800.000,00	400.000,00	305.000,00

Fonte: Convênios INPE

**Quadro 33 ó Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais					
CNPJ: 01.263.896/0005-98		UG/GESTÃO: 240106 / 00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	271.200,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI Produção

**Quadro 34 - Visão Geral da análise das prestações de contas de  
Convênios e Contratos de Repasse**

Posição 31.12 Valores em  
R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais						
CNPJ: 01.263.896/0005/98		UG/GESTÃO: 240106 / 00001				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
				Quantidade Reprovada		
	Quantidade de TCE					
	Montante Repassado (R\$)					
	2012	Quantidade de contas prestadas			1	
Contas Analisadas		Quantidade Aprovada		1		
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
		Montante repassado				
Contas NÃO Analisadas		Quantidade				
	Montante repassado (R\$)					
2011	Quantidade de Contas Prestadas					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
		Montante Repassado				
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
Montante Repassado						
Exercícios Anteriores a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
		Montante Repassado				

Fonte: SIAFI Produção

## Análise Crítica ó Gestão das Transferências

Atualmente o INPE possui apenas um convênio com repasse financeiro. No exercício de 2013, não ocorreu inadimplência de prestação de contas nesse convênio e os prazos regulamentares foram respeitados. Esse convênio não apresentou oscilações significativas no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios. A estrutura de controle dos convênios está estabelecida na designação DE/DIR-2115.06.

**Quadro 35 ó Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo òBò e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)**

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo òBò		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013			118	9.280,02	216	56.623,00	65.903,02
2012			330	28.852,71	104	136.912,53	165.765,24
2011			412	31.468,46	111	141.620,78	173.089,24

**Quadro 36 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador ó UG 240106**

Valores em R\$ 1,00

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
<b>Código da UG 1</b>	240106	<b>Limite de Utilização da UG</b>	R\$ 200.000,00		
Acácio Cunha Neto	290.184.553-34	2.000,00			
Francisco de Paula Vitor Mesquita	413.272.256-20	11.620,00	1.600,00	5.748,69	7.348,69
Alberto Luis Valiante	047.261.758-31	1.500,00	629,90		629,90
Paula Vanessa Pereira	122.095.088-27	1.700,00	1.494,28		1.494,28
João de Sena Mangabeira Filho	059.052.572-72	6.000,00			
Elaine vidotto Benite	017.756.328-14	4.000,00		1.273,80	1.273,80
Fernando Henrique Gama de Almeida	335.547.733-87	4.660,00	1.119,53	2.880,42	3.999,95
Jair Pereira da Silva	925.817.908-06	4.000,00	353,96	1.666,09	2.020,05
Luiz Aparecido Ramos	931.875.058-72	1.700,00		159,99	159,99
Patrícia Soares Morales	884.444.730-49	14.800,00	1.742,42	3.317,69	5.060,11
Rubens Cândido Pereira	789.251.858-49	23.000,00	340,00	11.238,65	11.578,65
<b>Total Utilizado pela UG</b>			7.280,09	26.285,33	33.565,42

Código da UG 2	Limite de Utilização da UG		
<b>Total Utilizado pela UG</b>		-	-
<b>Total Utilizado pela UJ</b>		7.280,09	26.285,33
			33.565,42

Fonte: SIAFI Produção

**Quadro 37 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador ó UG 240107**

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	240107	Limite de Utilização da UG		20.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Domingos Sávio de Moura Pacheco	115.866.641-15	4.000,00	-	3.917,74	3.917,74
Tércio Luiz Bezerra Penha	221.618.644-91	200,00	-	200,00	200,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	4.117,74	4.117,74
<b>Código da UG 2:</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>			
<b>Total Utilizado pela UG</b>					
<b>Total Utilizado pela UJ</b>					

Fonte:SIAFI

**Quadro 38 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador ó UG 240108**

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	240108	Limite de Utilização da UG		59.516,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
João Batista Alves	887.582.228-04	31.516,00	1.903,80	15.363,40	17.267,20
José Luiz de Souza	019.675.588-33	24.000,00	96,13	8.671,19	8.767,32
Fernando Pinto Barbosa	392.116.818-04	4.000,00	0,00	2.185,34	2.185,34
<b>Total Utilizado pela UG</b>					28.219,86
<b>Código da UG 2:</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>			
<b>Total Utilizado pela UG</b>					
<b>Total Utilizado pela UJ</b>					

Fonte: SIAFI

**Quadro 39 - Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo ãBö e CPGF)**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo ãBö						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							46	65.903,02	83	165.765,24	86	173.090,24

Fonte: Siafi

### **Análise Crítica - Suprimento de Fundos**

Os recursos gastos por meio de cartão de crédito corporativo em 2013 tiveram uma redução de 60% em relação ao exercício de 2012. O Instituto adotou, a partir de 2012, um procedimento de maior controle interno para assegurar que a aplicação desses recursos esteja em conformidade com a legislação vigente. Todas as prestações de contas foram apresentadas, apreciadas e aprovadas no exercício de 2013.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

**Quadro 40 ó Força de Trabalho da UJ ó Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>1036</b>	<b>1036</b>	<b>94</b>	<b>13</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1036	1036	94	13
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1036	1036	94	13
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	1	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>69</b>	<b>69</b>	<b>0</b>	<b>46</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1106</b>	<b>1106</b>	<b>95</b>	<b>59</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro 416 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>9</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	6
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>8</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	8
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>12</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	12
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>6</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	2
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	4
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) ó Suspensão de Contrato CLT</b>	<b>1</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	

Fonte: SIAPE

**Quadro 42 ó Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ  
(Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>64</b>	<b>64</b>	<b>14</b>	<b>11</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	64	62	14	11
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	61	59	12	11
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	1	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	2	2	1	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	19	19	3	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>83</b>	<b>81</b>	<b>17</b>	<b>12</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro 43ó Quantidade de servidores da UJ por faixa etária  
Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>25</b>	<b>132</b>	<b>267</b>	<b>464</b>	<b>140</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	22	98	241	459	139
1.3. Servidores com Contratos Temporários	3	34	26	5	1
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>47</b>	<b>7</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	4	16	37	5
2.3. Funções Gratificadas	0	1	6	10	2
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>25</b>	<b>137</b>	<b>289</b>	<b>511</b>	<b>147</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro 44 ó Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em  
31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>35</b>	<b>504</b>	<b>174</b>	<b>301</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	4	0	12	21	504	131	287
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	12	0	43	14
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>40</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	2	13	10	37
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	12	4	3
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>35</b>	<b>529</b>	<b>188</b>	<b>341</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ó Mestrado; 9 ó Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livres Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

**Quadro 45 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>										
Exercícios	2013	78.306.307,13	1.587.348,36	66.825.713,32	1.665.204,07	9.750.846,63	0	0	0	158.135.419,50
	2012	77.669.147,83	1.557.808,86	68.081.567,91	1.154.119,32	7.009.367,74	0	0	0	155.472.011,66
	2011	43.789.559,71	1.583.244,90	71.589.938,59	1.212.096,65	6.429.863,53	0	0	0	124.604.703,38
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2013	7.528.709,93	0	0	96.058,44	440.904,45	0	0	0	8.065.672,82
	2012	8.936.535,35	0	0	136.374,01	562.370,00	0	0	0	9.635.279,36
	2011	9.353.742,55	0	0	143.537,11	581.760,00	0	0	0	10.079.039,66
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2013	589.908,10	0	569.467,00	0	40.159,44	0	0	0	1.199.534,50
	2012	511.372,03	0	593.280,48	0	33.184,00	0	0	0	1.137.836,51
	2011	382.637,04	0	643.474,32	0	32.736,00	0	0	0	1.058.847,36
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2013	0	84.154,83	0	0	8.765,50	0	0	0	92.920,33
	2012	0	80.841,24	0	0	7.296,00	0	0	0	88.137,24
	2011	0	80.841,24	0	0	7.296,00	0	0	0	88.137,24
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>										
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

**Quadro 46 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>223</b>	<b>37</b>
1.1 Voluntária	202	34
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	21	3
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>384</b>	<b>3</b>
2.1 Voluntária	333	0
2.2 Compulsória	21	3
2.3 Invalidez Permanente	21	0
2.4 Outras	9	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>607</b>	<b>40</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro 47 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>64</b>	<b>6</b>
1.1. Integral	62	6
1.2. Proporcional	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>40</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>104</b>	<b>6</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro 48 ó Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	92	10	92	10
Concessão de aposentadoria	40	51	40	51
Concessão de pensão civil	5	9	5	9
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	7	0	7	0
<b>Totais</b>	<b>144</b>	<b>70</b>	<b>144</b>	<b>70</b>

Fonte: SISAC

**Quadro 496 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	53	8	53	8
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0

<b>Totais</b>	<b>53</b>	<b>8</b>	<b>53</b>	<b>8</b>
---------------	-----------	----------	-----------	----------

Fonte: SISAC

### Quadro 50 ó Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Admissão</b>	26	13	53*	0
<b>Concessão de aposentadoria</b>	31	13	0	0
<b>Concessão de pensão civil</b>	1	3	0	1
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de reforma</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de pensão militar</b>	0	0	0	0
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>	3	0	0	0
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>29</b>	<b>53*</b>	<b>1</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Desligamento</b>	3	45	4	1
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>45</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

FONTE: SISAC

**\* O PRAZO DECORRIDO NESTES 53 ATOS FOI DE 19/07/2013 (DATA DO ATO) A 19/09/2013 (DATA DE LANÇAMENTO NO SISAC).**

### Quadro 51 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante												
Nome: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE												
UG/Gestão: 240107/240106-00001/240106-00001/240106						CNPJ: 01.263.896/0007-50/01.263.896/0005-98/01.263.896/0016-40/01.263.896/0005-98						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C	P	C
2010	L	O	01.06.050.0/2010 (URC)	11.305.804/0001-15	19/10/2013	19/10/2014		8		25		1
2010	V	O	01.06.117.0/2010 (URC)	07.447.264/0001-37	30/12/2013	31/12/2014				62		
2012	L	O	01.06.049.0/2012 (URC)	11.292.126/0001-01	25/10/2013	25/10/2014		23		18		
2008	V	O	03.06.159.0/2008 (CRN)	04.008.185/0001-77	31/12/2008	31/12/2013				8		
2011	L	O	03.06.002.0/2011 (CRN)	06.982.630/0001-99	11/01/2011	10/01/2014		5				
2011	L	O	01.06.001.3/2014 (URO)	10.732.146/0001-85	11/01/2014	11/01/2015	11	11				
2012	V	O	01.06.040.2/2012 (URO)	05.083.119/0001-99	03/10/2013	02/10/2014	20	20				
2010	L	O	01.06.085.4/2014 (SJC)	61.308.607/0001-28	21/12/2013	21/12/2014			127	127		
2011	V	O	01.06070.3/2013 (SJC)	05.137.100/0001-88	30/11/2013	30/11/2014			53	53		
2013	V	O	01.06070.0/2013 (ATI)	05.137.100/0001-88	25/09/2013	25/09/2014			04	04		

**Observações:**

(URO) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em Cuiabá ó MT . (UG/Gestão: 240106-00001, CNPJ:01.263.896/0005-98).  
 (CRN) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em Natal ó RN (UG/Gestão: 240107, CNPJ:01.263.896/0007-50).  
 (URC) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em Cachoeira Paulista ó SP (UG/Gestão: 240106-00001,CNPJ:01.263.896/0016-40).  
 (SJC) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em São José dos Campos ó SP (UG/Gestão: 240106, CNPJ: 01.263.896/0005-98).  
 (ATI) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em Atibaia ó SP (UG/Gestão: 240106, CNPJ: 01.263.896/0005-98).

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** URC, CRN, URO.

## Quadro 52 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: MCTI/INPE ó Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais													
UG/Gestão: 240106/240107/240106-00001/							CNPJ: 01.263.896/0005-98/01.263.896/0007-50/01.263.896/0016-40						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	01.06.018.0/2013 (SJC)	03.655.231/0001-21	11/07/2013	10/07/2014			45	45			A
2013	12	O	01.06.018.0/2013 (URC)	03.655.231/0001-21	11/07/2013	10/07/2014			22	22			A
2003	12	O	01.06.061.0/2013 (CRS)	03.149.832/0001-62	23/11/2013	23/11/2014			07	07			A
2010	12	O	03.06.179.0/2010 (CRN)	06.982.630/0001-95	30/12/2010	31/12/2013				6			P
2010	9	O	01.06.110.4/2013 (SJC)	68.287.143.0001/60	31/12/2013	31/12/2014			45	45	03	03	P
2011	12	O	03.06.014.0/2011 (CRN)	07.324.645/0001-29	25/03/2011	24/03/2013		6					P
2012	8	O	03.06.034.0/2012 (CRN)	07.441.290/0001-58	28/08/2012	28/08/2013		3					A

**Observações:**  
 (URO) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em Cuiabá ó MT . (UG/Gestão: 240106/00001, CNPJ:01.263.896/0005-98).  
 (CRN) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em Natal ó RN (UG/Gestão: 240106/240107, CNPJ:01.263.896/0007-50).  
 (URC) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em Cachoeira Paulista ó SP (UG/Gestão: 240106-00001,CNPJ:01.263.896/0016-40).  
 (SJC) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em São José dos Campos ó SP (UG/Gestão: 240106, CNPJ: 01.263.896/0005-98).

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo ó Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIA-SJC, SEM-SJC

**Quadro 53 - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>130</b>	<b>125</b>	<b>111</b>	<b>98</b>	<b>932.842,42</b>
1.1 Área Fim	69	65	57	47	478.483,83
1.2 Área Meio	61	60	54	51	454.358,59
<b>2. Nível Médio</b>	<b>46</b>	<b>45</b>	<b>49</b>	<b>43</b>	<b>205.180,49</b>
2.1 Área Fim	27	24	29	28	121.090,12
2.2 Área Meio	19	21	20	15	84.090,37
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>176</b>	<b>152</b>	<b>160</b>	<b>141</b>	<b>1.138.022,91</b>

**Fonte: SIAPE**

## 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

**Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, destacando:**

**a) a quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização:**

A distribuição regional da frota de veículos próprios do INPE é mostrada na tabela a seguir:

São José dos Campos - SP	32
Cachoeira Paulista - SP	31
Atibaia - SP	02
Santa Maria - RS	05
Cuiabá - MT	04
Brasília - DF	01
Alcântara - MA	01
São Luís - MA	01
Fortaleza - CE	02
Natal - RN	03
Belém - PA	01

**b) a contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos:**

O uso da frota é imprescindível para a execução das atividades finalísticas e de gestão do Instituto. A principal utilização da frota de veículos é para o transporte de servidores para o aeroporto de Guarulhos, que responde por 70% das viagens realizadas. O uso da frota também é imprescindível para o transporte entre as diversas unidades do INPE no Brasil, sobretudo no trecho São José dos Campos - Cachoeira Paulista, que são as duas maiores unidades do Instituto.

**c) as normas que regulamentam a gestão e o uso da frota:**

As seguintes normas regulamentam a gestão e o uso da frota no INPE:

RE DIR-015.08 - Transporte em veículo de propriedade do INPE

DE 1747 ó Autorização para dirigir veículos oficiais

RE 403 V123 ó Condução de veículos oficiais

**d) os critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação:**

A frota do INPE consiste em 83 veículos próprios que demandam despesas com combustível, manutenção veicular e seguro. Como o INPE possui 27 motoristas em seu quadro de servidores públicos distribuídos em suas diversas unidades, a opção pela frota de veículos próprios ainda é mais viável economicamente em relação à opção por locação de veículos. No médio prazo, com a aposentadoria de alguns motoristas, poder-se-á optar pela locação de veículos ou por um sistema híbrido onde as duas modalidades coexistam.

e) os custos envolvidos:

Combustíveis	R\$ 480.000,00	Anual
Manutenção veicular	R\$ 500.000,00	Anual
Seguro DPVAT	R\$ 6.298,00	
Seguro Obrigatório	R\$ 40.000,00	

**Quadro 54 ó Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
<b>BRASIL</b>	<b>SÃO PAULO</b>	1	1
	CACHOEIRA PAULISTA ó SP	*	*
	<b>UF - RN - Rio Grande do Norte</b>	1	1
	1749-Maxaranguape	1	1
	<b>UF ó MT ó Mato Grosso</b>	1	1
	9067 ó Cuiabá	1	1
	<b>UF ó RS ó Rio Grande do Sul</b>	1	1
	5793 ó São Martinho da Serra	1	1
	<b>UF ó SP ó São Paulo</b>	1	1
	7099 ó São José dos Campos	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>5</b>	<b>5</b>
<b>EXTERIOR</b>	*	*	*
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>*</b>	<b>*</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>5</b>	<b>5</b>

Fonte: SPIUnet - Relatório de Dezembro/2013

**Quadro 55 ó Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
240108	6273000025004	Sessão - Outros	Muito bom	-	17/10/2012	22.162.641,66	0,00	101.718,77	
240107	1749.00005.500-2	Entrega-Administração Federal Direta	Bom	1.087,02	17/04/2012	51.353,00			
240106	9067.00205.500-7	Em regularização ó entrega	Reparos importantes		06/11/2013	9.989.205,68			
240106	5793.00002.500-5	Entrega ó Administração Federal Direta	Novo		24/03/2013	1.497.9912,07			
240106	7099.00506.500-0	Cessão - Outros	Muito Bom		29/08/2013	64.869.706,81			
<b>Total</b>								<b>0,00</b>	<b>101.718,77</b>

Fonte: SPIUnet - Relatórios Dezembro/2013 - Arquivo Almoxarifado

## 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

**Quadro 56 ó Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada**

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.

<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
O questionário está adequado. Não há sugestões.	

## 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**Quadro 57 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <ul style="list-style-type: none"> <li>o <i>Instrução Normativa 01 SLTI-MPOG, de 19/01/2010</i></li> <li>o <i>Decreto nº.7.746, de 05/07/2012</i></li> <li>o <i>IN 04, de 10/2011</i></li> <li>o <i>Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União do Estado de São Paulo (AGU/SP)</i></li> </ul>					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <ul style="list-style-type: none"> <li>o <i>ABNT NBR-15448-1</i></li> <li>o <i>ABTN NBR 15448-2</i></li> <li>o <i>INMETRO</i></li> </ul>				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <ul style="list-style-type: none"> <li>o <i>No documento que integra o Planejamento da Contratação a seguinte exigência é feita:                      ãQue os bens sejam constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT, NBR ó 15448-1 e 15448-2ö</i></li> </ul>				X	
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Nos últimos anos o INPE vem adotando importantes critérios de sustentabilidade nas obras realizadas em suas Unidades. A adoção desses critérios demonstra a preocupação do Instituto com a utilização sustentável de recursos renováveis desde o processo inicial de planejamento, em que são definidos estudos de viabilidade técnica, escolha do terreno, definição do programa de necessidades e concepção arquitetônica, até o processo de execução da obra e por fim de utilização e manutenção, fechando todo o ciclo de vida útil dos processos.

Como exemplo, podemos citar a construção recente de um prédio de 3.800 m<sup>2</sup>, com quatro pavimentos, finalizada em 2013, na sede do INPE em São José dos Campos. Este prédio foi construído para abrigar o Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) e foi todo edificado com base em conceitos de sustentabilidade, especialmente no que se diz respeito aos critérios de eficiência energética e de reaproveitamento de água. O prédio é equipado com um sistema de ar condicionado de expansão direta, no qual o fluxo de gás refrigerante (VRV) é variável. A utilização do VRV traz redução no consumo de energia e também proporciona uma melhor relação com o meio ambiente, pois não prejudica a camada de ozônio. Além disso, o prédio dispõe de janelas com proteção contra a incidência solar, e de uma claraboia em sua região central que proporciona iluminação natural. A iluminação artificial é controlada por sensores de presença nos corredores, e por controle de potência nos interruptores, e algumas salas possuem divisórias em vidro transparente com controle de luminosidade. Também foi instalado um sistema para captação da água de chuva para reutilização nas descargas dos sanitários.

O prédio do Programa de Clima Espacial (1.700 m<sup>2</sup> de construção com dois pavimentos), inaugurado em 2011 e o prédio do Centro Regional da Amazônia (2.500 m<sup>2</sup> de construção com dois pavimentos) inaugurado em 2010, também seguiram critérios de sustentabilidade na sua construção, tais como: sistema para captação da água de chuva para reutilização nas descargas dos sanitários, estacionamento com blocos intertravados para melhor percolação das águas pluviais e janelas com

proteção contra a incidência solar, além da utilização de materiais recicláveis e com certificação ambiental.

### **Política de separação de resíduos recicláveis descartados**

O INPE conta com diversos pontos de coleta seletiva de resíduos recicláveis, que, por sua vez, são devidamente recolhidos pela Cooperativa de Produtos Recicláveis do Jardim São Vicente, com a qual o Instituto firmou um Termo de Compromisso que estará vigente até 25/09/2014. O objetivo desse Termo de Compromisso é coletar resíduos recicláveis (Plástico, Papel, Metal, Vidro e Sucata Eletrônica), para que não haja o despejo incorreto no meio ambiente. O material recolhido é doado, e contribui para a geração de renda e trabalho aos cooperados.

### **Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando:**

- a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos;**
- b) Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP)**

A sede do INPE em São José dos Campos utiliza, desde sua fundação, água subterrânea captada por meio de dois poços artesianos instalados dentro do campus, os quais fornecem água em quantidade suficiente para satisfazer todas as necessidades da sede. Assim, muito embora não haja necessidade de abastecimento de água pela Companhia de Abastecimento e Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), o INPE utiliza o serviço de coleta e tratamento de esgoto oferecido pela SABESP.

A Unidade Regional de Cachoeira Paulista (URC) do INPE conta com uma Estação de Tratamento de Água (ETA) que capta água in natura de um lago existente dentro da área do INPE e faz o tratamento primário (floculação, decantação, filtração e desinfecção) de cerca de 150.000 litros por dia, tornando-o adequado para uso na rede de hidrantes, em banheiros, lavagem e limpeza em geral. Essa Estação é necessária, pois, embora o INPE de Cachoeira Paulista esteja conectado à rede da SABESP, a empresa não tem condição para suprir plena e satisfatoriamente a demanda do Instituto, uma vez que o ponto de fornecimento está localizado no extremo da adutora da concessionária e na parte mais elevada da cidade. Cumpre ressaltar que parte da água que abastece alguns prédios da URC recebe um segundo tratamento, em função dos equipamentos existentes em cada prédio, a fim de ser usada nos sistemas de água quente, água gelada, água de reposição e geração de vapor.

Nos últimos anos algumas medidas importantes foram adotadas para melhorar ainda mais o abastecimento de água, dentre as quais se destaca destaca-se o programa de modernização das instalações hidráulicas de copas e banheiros, visando à substituição de torneiras de volante por torneiras temporizadas e de válvulas de descarga por caixas acopladas com descargas de dois estágios, o que contribuiu de maneira significativa para a racionalização do uso da água.

Devido às dimensões e à natureza das atividades desenvolvidas no Instituto, que têm a energia elétrica como insumo, o INPE já pratica no seu cotidiano hábitos no trato da economia de energia elétrica. Desde a época das discussões quanto aos investimentos no setor elétrico do país, quando já se vislumbrava a crise energética que assolaria a nação, várias medidas para o controle do consumo de energia elétrica foram adotadas com vistas a atender aos Decretos N° 99.250 de 11/05/1990, S/N°

de 18/07/1991, N°3.818 de 15/05/2001, N°3.840 de 11/06/2001, N°4.131 de 14/02/2002, N°4.145 de 25/02/2002.

Nessa época foi criada no Instituto a Comissão Interna de Energia Elétrica, com o objetivo de determinar iniciativas para reduzir o consumo de energia elétrica em cerca de 20%. Para alcançar essa meta várias medidas relativas ao consumo de energia elétrica foram adotadas, sem comprometer as atividades desenvolvidas no Instituto, a segurança e o conforto. Com tudo isto foi agregado aos funcionários do INPE uma nova cultura de uso consciente da energia elétrica.

Durante a última década, foram feitos investimentos e melhorias no sistema de fornecimento e distribuição interna de energia elétrica na Unidade Sede do INPE em São José dos Campos. Uma nova cabine primária foi construída em meados do ano de 2010, com 13,2 kV e 30 MVA de potência instalada, atendendo a todos os requisitos técnicos e de segurança exigidos pela (NR-10) - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e a ABNT NBR 14039 - Instalações Elétricas de Média Tensão de 1,0 kV a 36,2 kV.

Além disso, no intuito de gerenciar e controlar de forma eficaz sua energia, o INPE instalou em todas as suas unidades regionais um complexo sistema de gerenciamento de energia e controle de demanda com multimedidores, capazes de registrar diversas grandezas elétricas, em todos os seus prédios, visando à otimização da tomada de decisões setoriais em relação ao consumo. O controle do fator de potência através desse sistema de gerenciamento foi relevante na diminuição do valor da conta de energia elétrica, pois reduziu drasticamente as multas devido às ultrapassagens do limite estabelecido pela concessionária.

Essas ações levaram a uma redução substancial da conta de energia elétrica na Unidade de São José dos Campos, mesmo considerando o aumento da demanda com a construção de novos prédios. Sendo assim, a margem atual para a redução da conta de energia elétrica através de medidas de gestão do sistema está muito limitada. Foram tomadas outras ações como troca de dispositivos com mais eficiência na iluminação e instalação de condicionadores de ar mais eficientes. Um programa de substituição dos aparelhos de ar condicionado convencionais e/ou centrais por sistemas de condicionamento de ar tipo split e multisplit vem sendo adotado pelo Instituto com a troca de aproximadamente 150 aparelhos por ano, proporcionando uma redução de 50% no consumo de cada aparelho.

Em 2013 o INPE elaborou um Plano de Gestão de Logística Sustentável, que está disponível online em [http://www.inpe.br/arquivos/Plano\\_Logistica\\_Sustentavel\\_INPE\\_2013.pdf](http://www.inpe.br/arquivos/Plano_Logistica_Sustentavel_INPE_2013.pdf)

**c) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.**

**Quadro 58 ó Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
Projeto Esplanada Sustentável	2013	
Recurso	Quantidade	Valor R\$

Consumido	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	8.107 resmas	7.441 resmas	8.259 resmas	67.207,03	63.918,19	70.944,81
<b>Água</b>	27.317 m <sup>3</sup>	25.836 m <sup>3</sup>	25.836 m <sup>3</sup>	175.758,21	163.460,35	153.998,74
<b>Energia Elétrica</b>	15.953.137 kwh	16.560.804 kwh	16.970.345 kwh	4.479.045,84	5.048.166,11	5.088.845,54
			<b>Total</b>	4.722.011,08	5.275.534,65	4.808.204,45

## 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

**Quadro 59 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 008.742/2008-0 item 9.3.1**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	008.742/2008-0	3010/2013 ó Segunda Câmara	9.3.1.		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
Com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique aos interessados elencados no item 3 do inteiro teor deste acórdão e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Gestão de Pessoas ó DGP					
Síntese da Providência Adotada					
Os interessados foram devidamente cientificados do teor do Acórdão e os pagamentos decorrentes dos atos impugnados foram cessados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

**Quadro 60 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 008.742/2008-0 item 9.3.2**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	008.742/2008-0	3010/2013 ó Segunda Câmara	9.3.2.		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
Oriente os interessados no sentido de que suas aposentadorias poderão lograr êxito, desde que sejam emitidos novos atos cujos proventos estejam calculados conforme os termos da Lei 10.887/2004, devendo o órgão de origem disponibilizá-los, de imediato, no sistema Sisac para oportuna deliberação do Tribunal					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Gestão de Pessoas ó DGP					
Síntese da Providência Adotada					
Os interessados foram devidamente cientificados sobre o teor do item 9.3.2., do Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

**Quadro 61 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo  
009.570/2012 item 9.2.1**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	009.570/2012	521/2013 ó Plenário	9.2.1.		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Descrição da Deliberação					
Em razão do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, necessitam ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração, de modo que, havendo o órgão jurídico restituído o processo com exame preliminar, torna-se necessário o retorno desse, após o saneamento das pendências apontadas, para emissão de parecer jurídico conclusivo, sobre sua aprovação ou rejeição.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Engenharia e Tecnologias Espaciais ó ETE e Coordenação de Tecnologia da Informação e Execução Orçamentária e Financeira ó CTO.					
Síntese da Providência Adotada					
Informadas as áreas respectivas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

**Quadro 62 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo  
009.570/2012 item 9.2.2**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	009.570/2012	521/2013 ó Plenário	9.2.2.		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Descrição da Deliberação					
Caso venha discordar dos termos do parecer jurídico, cuja emissão está prevista no inciso VI e no parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993, deverá apresentar por escrito a motivação dessa discordância antes de prosseguir com os procedimentos relativos à contratação, arcando, nesse caso, integralmente com as conseqüências de tal ato, na hipótese de se confirmarem, posteriormente, as irregularidades apontadas pelo órgão jurídico.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Engenharia e Tecnologias Espaciais ó ETE e Coordenação de Tecnologia da Informação e Execução Orçamentária e Financeira ó CTO.					
Síntese da Providência Adotada					
Informadas as áreas respectivas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

**Quadro 63 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 009.570/2012 item 9.3.2**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	009.570/2012	521/2013 ó Plenário	9.3.2.		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Manter um canal de comunicação capaz de dirimir eventuais dúvidas sobre pontos controvertidos envolvidos nas contratações, os quais podem ser resolvidos, muitas vezes, com a prestação de informações complementares, e por um maior conhecimento dos objetos que se almejam a contratação.					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Direção ó DIR.					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
A Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos tem envidado esforços e contribuído muito para a consecução dos objetivos institucionais do INPE.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

**Quadro 64 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo 006.536/2012 item 9.1.1**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	006.536/2012	0043/2013 ó Plenário	9.1.1.		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Elabore estudos com as necessidades de adequação, reposição e ampliação de seu quadro funcional, bem assim como a expectativa de aposentadorias.					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gabinete ó GAB e Divisão de Gestão de Pessoas ó DGP					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Elaborado estudo com as necessidades de adequação, reposição e ampliação do quadro funcional bem cômoda expectativa de aposentadorias do Instituto, dentro do prazo assinalado no Acórdão.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

**Quadro 65 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo  
006.536/2012 item 9.1.2**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	006.536/2012	0043/2013 ó Plenário	9.1.2.		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
A partir do estudo mencionado no subitem anterior, elabore plano de ação que contemple a substituição gradual dos contratos temporários que desempenhem atividades inerentes à atuação finalística do INPE por servidores efetivos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete ó GAB e Divisão de Gestão de Pessoas ó DGP					
Síntese da Providência Adotada					
Elaborado plano de ação apto a contemplar a substituição gradual dos contratos temporários, conforme determinado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

**Quadro 66 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ó processo  
006.536/2012 item 9.1.3**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	006.536/2012	0043/2013 ó Plenário	9.1.3.		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE					
Descrição da Deliberação					
Apresente os resultados das providências descritas nos subitens anteriores ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), requerendo a realização de concurso público com o objetivo de suprir as necessidades de servidores efetivos evidenciadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete ó GAB e Divisão de Gestão de Pessoas ó DGP					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado o relatório com o resultado das providências descritas nos subitens 9.1.1. e 9.1.2., do Acórdão n.º 43/2013, ao MCTI ó Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e ao MPOG ó Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, respectivamente nas datas de 13/05/2013 e 10/06/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

**Quadro 67 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ó INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	TC 038.494/2012-4	2.3.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb)			
Descrição da Recomendação			
9.4. recomendar ao Instituto Nacional de Estudos Espaciais (Inpe) que desenvolva indicadores de áreas queimadas no território brasileiro, sobretudo em Unidades de Conservação e em Terras Indígenas, no âmbito da ação de Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais, de modo a garantir a eficácia do Programa de Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer), aumentar a governança pública dos atores envolvidos com a questão, subsidiar os órgãos de controle e possibilitar o controle social.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CPA ó Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Durante reunião realizada no dia 08 de agosto de 2013, em que foram discutidos os pontos levantados no Item 2.3 do Acórdão 1382/2013 ó TCU Plenário, a área responsável chegou à seguinte conclusão: O desenvolvimento da versão inicial do novo produto de área queimada para as Unidades de Conservação e Terras Indígenas está previsto nas metas da PLOA 2014 do Plano Orçamentário 0002 (Monitoramento do risco de queimadas e incêndios florestais) da Ação 20V9 (Monitoramento da cobertura da terra e do risco de queimadas e incêndios florestais), em atendimento parcial à recomendação 9.4 do item 2.3.1 do relatório do Acórdão 1382/2013. No entanto, para a implementação operacional do novo produto, a extensão para todo o território brasileiro e a manutenção dos produtos atualmente desenvolvidos, é necessário o aporte de recursos financeiros e humanos ao INPE, que pode ser viabilizado no atendimento à recomendação 9.5.2 do Item 2.4.1 do relatório do Acórdão 1382/2013 endereçada ao Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas: ver Anexo 2**

**Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ó SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria ó SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012: ver Anexo 3**

## 11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

**Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.**

O Cidadão pode acessar o INPE para qualquer solicitação através do Portal Eletrônico de Acesso à Informação do Cidadão do INPE, (eSIC/INPE) disponível no endereço eletrônico <http://www.inpe.br/acessoainformacao/>. Este endereço é de fácil visualização na página principal do Instituto [www.inpe.br](http://www.inpe.br).

Além do Portal eSIC/INPE, o instituto possui canais específicos para dúvidas e fornecimento de informações técnicas de sua área de competência. Exemplos destes canais são:

1. *Processamento de imagens de satélites - [atus@dgi.inpe.br](mailto:atus@dgi.inpe.br);*
2. *Previsão de Tempo e Clima ó [atende@cptec.inpe.br](mailto:atende@cptec.inpe.br);*
3. *Raios - [elat@inpe.br](mailto:elat@inpe.br);*
4. *Queimadas ó [queimadas@inpe.br](mailto:queimadas@inpe.br);*
5. *Dados de desmatamento a Amazônia - [prodes@dpi.inpe.br](mailto:prodes@dpi.inpe.br);*
6. *Programa CBERS ó [cbers@inpe.br](mailto:cbers@inpe.br) ;*
7. *Assuntos gerais ó [webmaster@inpe.br](mailto:webmaster@inpe.br) .*

**Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.**

O INPE não possui mecanismos específicos para medidas de satisfação de usuários. Porém, para o caso do eSIC/INPE, as estatísticas de atendimento e satisfação são compiladas pela Controladoria Geral da União (CGU) e podem ser encontradas na página [http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/relatorios\\_estatisticos.html](http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html).

No Portal do eSIC/INPE há um banner que direciona o cidadão para este endereço.

**Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.**

O CPTEC realizou em 2011 uma pesquisa de Perfil de Usuário, com objetivo de avaliar seus Serviços e Produtos, bem como, o Perfil dos Usuários de produtos meteorológicos. Os resultados podem ser visualizados em <http://www1.cptec.inpe.br/~rwww1/pdf/Resultados-Pesquisa-CPTEC-2011.pdf>.

## 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade:

As medidas adotadas para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade, seguiram os procedimentos estabelecidos na MACRO FUNÇÃO 020330. A depreciação foi iniciada em dezembro de 2010, de todos os itens adquiridos a partir de 01/01/2010, e a partir desta data mensalmente.

A reavaliação e a redução de valor recuperável dos bens adquiridos antes de 2010 seguiram o cronograma abaixo:

Conta	Título	Prazo Máximo
1421202	Aeronave	2011
1421235	Equipamentos de processamento de dados	2011
1421252	Veículos de tração mecânica	2011
1421206	Equipamentos e aparelhos de comunicação	2012
1421228	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	2012
1421208	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	2013
1421242	Mobiliário em geral	2013

Observações:  
Para a avaliação da aeronave foi contratada a empresa Aviões Net;  
Para os veículos de tração mecânica foi adotada a tabela FIPE e para os demais itens foi adotada a pesquisa de mercado via internet.

Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal ó SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável ó UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão: **ver Anexo 4**

### 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

O INPE e o MCTI assinam desde 2002 um Termo de Compromisso de Gestão, com vistas a estabelecer formalmente metas de desempenho para o Instituto. Como parte dessa pactuação são produzidos os seguintes indicadores de gestão:

**Quadro 68: Indicadores de gestão**

INDICADORES			SÉRIE HISTÓRICA			2013		
			2010	2011	2012	Realizado 1º Sem	Total previsto	Total realizado
<b>Físicos e Operacionais (cumulativo)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Peso</b>						
1. <b>IPUB</b> ó <i>Índice de Publicação</i>	Pub/téc	3	0,46	0,49	0,54	0,25	0,5	0,59
2. <b>IGPUB</b> ó <i>Índice Geral de Publicação</i>	Pub/téc	3	2,43	2,4	2,38	0,94	2,3	2,14
3. <b>ITESE</b> ó <i>Indicador de Teses e Dissertações</i>	Nº	2	97	113	118	81	100	128
4. <b>PcTD</b> ó <i>Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos</i>	Nº/téc	3	1,64	2,01	2,4	1,1	2,2	2,1
5. <b>IPin</b> ó <i>Índice de Propriedade Intelectual</i>	Nº	3	6	5	5	3	5	4
6. <b>IDCT</b> ó <i>Índice de Divulgação Científica e Tecnológica</i>	Nº/téc	3	4,03	3,57	3,1	1,6	3	3,9
<b>Físicos e Operacionais (não cumulativo)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Peso</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Realizado 1º Sem</b>	<b>Total previsto</b>	<b>Total realizado</b>
7. <b>IPS</b> - <i>Índice de Produtos e Serviços</i>	Nº	2	305	203	277	208	200	221
8. <b>IAL</b> ó <i>Índice de Acesso Livre às Publicações</i>	%	2	74	69	73	74	70	76
9. <b>IPV</b> - <i>Índice de Publicações Vinculadas a Teses e Dissertações</i>	Nº/Teses	2	1,64	1,31	1,5	1,3	1,3	1,4
10. <b>IATAE</b> - <i>Índice de Atividade em Tecnologia Aeroespacial</i>	HH/téc	3	64	45	58	62	50	58
11. <b>PIN</b> ó <i>Participação da Indústria Nacional</i>	%	2	45,72	85	84	99	80	99
<b>Físicos e Operacionais (não cumulativo)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Peso</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Realizado 1º Sem</b>	<b>Total previsto</b>	<b>Total realizado</b>
12. <b>PPACI</b> ó <i>Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional</i>	Nº	2	45	49	65	35	50	49

INDICADORES			SÉRIE HISTÓRICA			2013		
13. PPACN 6 <i>Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional</i>	Nº	3	96	145	78	61	70	48
14. FQ 6 <i>Fator de Qualidade</i> <sup>1</sup>	Nº/Pub	3	7,9	8,0	8,2	8,6	8,2	8,5
<b>Administrativo-Financeiros</b>	<b>Unidade</b>	<b>Peso</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Realizado 1º Sem</b>	<b>Total previsto</b>	<b>Total realizado</b>
15. APD - <i>Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento</i>	%	2	81,71	48	50	46	50	47
16. RRP - <i>Relação entre Receita Própria e OCC</i>	%	2	29,05	66	35	40	30	29
17. IEO - <i>Índice de Execução Orçamentária</i>	%	2	56,15	49	68	19	100	57
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Unidade</b>	<b>Peso</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Realizado 1º Sem</b>	<b>Total previsto</b>	<b>Total realizado</b>
18. ICT 6 <i>Índice de Capacitação e Treinamento</i>	%	2	0,79	0,60	1	0,67	1	0,38
19. PRB 6 <i>Participação Relativa de Bolsistas</i>	%	-	13,80	14	16	16	13	15
20. PRPT 6 <i>Participação Relativa de Pessoal Terceirizado</i>	%	-	32,03	33	32	32	32	35

<sup>1</sup> O Fator de Qualidade (FQ) substitui o indicador Fator de Impacto (FI). O FQ é calculado internamente desde 2010, com a aprovação do Conselho de Editoração e Preservação Intelectual do INPE.

## ANÁLISE INDIVIDUAL DOS INDICADORES

### 1. IPUB - Índice de Publicações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPUB = NPSCI/TNSE	Número de publicações por técnico	0,5	0,59
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPSCI	Número de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano	388	
TNSE	Ú dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.	660	

### 2. IGPUB - Índice Geral de Publicações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IGPUB = NGPB/TNSE	Número de publicações por técnico	2,3	2,14
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NGPB	Número de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (Nº de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (Nº de capítulo de livros), no ano	1411	
TNSE	Ú dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.	660	

**Comentários sobre os indicadores IPUB e IGPUB:** O indicador IGPUB ficou abaixo do valor pactuado com o MCTI para o ano de 2013, mesmo contando com uma redução do TNSE em decorrência da quantidade de aposentadorias efetivadas durante este ano. Após analisar as causas para esse decréscimo, observou-se que:

1. Foi apurada uma queda acentuada (em algumas áreas chega a 70%) na quantidade de artigos publicados em anais de eventos (foram registrados ao todo 679 artigos em 2013, contra 804 artigos em 2012). Em contrapartida foi apurado um aumento da publicação de artigos em periódicos indexados (foram registrados 381 artigos em 2013, contra 351 artigos em 2012). Assim, houve queda do IGPUB e elevação do IPUB. Tal fato pode ser explicado pela perda da relevância dos artigos publicados em eventos no processo de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES, onde artigos publicados em periódicos indexados de alto fator de impacto e estrato QQualis Aõ passaram a ter enorme relevância em detrimento dos demais tipos de produção científica. Isso gera uma cobrança dos programas de pós-graduação deste Instituto a seus pesquisadores e bolsistas para que priorizem a publicação de artigos em periódicos indexados, tendo em vista o objetivo de manter os respectivos cursos com nota elevada (5 a 7), condizente com a posição de destaque e relevância do INPE no cenário de P&D na área espacial. O mesmo fato também ocorre no processo de concessão e manutenção das bolsas de produtividade concedidas pelo CNPq aos pesquisadores. Diante disso, é possível haver um não direcionamento dos pesquisadores e bolsistas pela publicação de artigos em eventos. A prioridade, em diversas áreas, passou a ser a publicação de artigos em periódicos indexados de elevado fator de impacto.
2. O Instituto sofreu, no decorrer do ano de 2013, perda de pesquisadores e tecnologistas por aposentadoria, os quais contam com grande reconhecimento em suas áreas de atuação, que traziam consigo a cultura da apresentação dos

resultados parciais de suas pesquisas em anais de eventos, sendo, deste modo, grandes produtores deste tipo de publicação. Em contrapartida, é possível que novos pesquisadores e tecnologistas que estão ocupando estas vagas tragam consigo a cultura do foco na publicação de artigos em periódicos indexados, cultura esta adquirida durante seus cursos de mestrado e doutorado, em decorrência do fato apresentado no item anterior. Percebe-se ainda que, vários dos pesquisadores e tecnologistas remanescentes estão envolvidos (total ou parcialmente) em atividades de gestão do Instituto, ou de suas respectivas coordenações/divisões, o que reduz o tempo por eles dedicado à produção de conhecimento científico, passando desta forma a priorizar a publicação de artigos em periódicos indexados.

- Foi apurado ainda que a produção de artigos publicados em eventos se mantém constante somente nas áreas onde o número de periódicos indexados de elevado fator de impacto ainda é muito pequeno, tais como nas áreas de meteorologia e sensoriamento remoto, nas quais ainda os anais de eventos tem alguma relevância (em particular quando o evento é organizado pelo INPE), porém tal fato tende a se alterar nos próximos anos com o surgimento de novos periódicos, o que levará ao mesmo efeito hoje percebido nas demais áreas.

### 3. ITESE - Índice de Teses e Dissertações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
ITESE=NTD	Número	100	128
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NTD	Número de Teses e Dissertações finalizadas no ano com orientador pertencente ao quadro funcional do INPE	128	

**Comentário:** A meta pactuada foi superada em 2013. O aumento do número de teses e dissertações explica-se pelo crescimento das matrículas nos programas de pós-graduação nos últimos anos.

### 4. PcTD - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PcTD = NPTD/TNSEt	Número de processos e técnicas por técnico	2,2	2,1
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPTD	Número total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidas no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos	602	
TNSEt	Ú dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.	291	

**Comentário:** O valor pactuado foi praticamente atingido. O INPE vem colocando especial esforço no desenvolvimento de processos, protótipos e técnicas para sistemas e subsistemas satelitais, e de softwares aplicativos baseados nas técnicas de computação científica desenvolvidas principalmente nos projetos e atividades de previsão de tempo e clima e de clima espacial.

### 5. IPin - Índice de Propriedade Intelectual

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPin=NP	Número	5	4
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NP	Número de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade e	4	

direitos autorais, protocolados no país e no exterior.

**Comentário:** Há mais dois pedidos de patente em fase de regularização do direito de propriedade do INPE, um com a USP e outro com a UNIVAP. Deste modo, ao final do processo, serão seis pedidos de patente no ano de 2013.

## 6. IDCT - Índice de Divulgação Científica e Tecnológica

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IDCT = NDCT / TNSE	Número	3	3,9
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NDCT	Número de cursos de extensão e divulgação, palestras, artigos, entrevistas, demonstrações técnico-científicas, comprovados através de documento adequado, realizados no ano por pesquisadores e tecnologistas vinculados à Unidade de Pesquisa.	2543	
TNSE	Ú dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.	660	

**Comentário:** O resultado foi muito satisfatório e alterou a tendência de queda observada nos últimos três anos. Todas as áreas do Instituto efetivamente contribuíram para esse indicador. O Laboratório de Integração e Testes contribuiu sobremaneira através de apresentações e demonstrações técnico-científicas. As áreas de Ciências Espaciais e Atmosféricas, de Observação da Terra, de Ciência do Sistema Terrestre e o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos foram muito efetivas nas atividades de divulgação e extensão científicas, através de eventos de treinamento e capacitação tais como cursos e palestras. Cursos como o Introdução às Tecnologias Espaciais, desenvolvido pela Engenharia e Tecnologia Espacial; o XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, organizado pela Coordenação-Geral de Observação da Terra; a Escola de Verão do Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada do ELAC 13; o Curso de Monitoramento de Queimadas por Satélite do CPTEC; entre outros, fizeram parte das atividades de difusão científica e tecnológica no INPE.

## 7. IPS - Índice de Produtos e Serviços

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPS = NPS	Número (não cumulativo)	200	221
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPS	Número de produtos e serviços disponibilizados para o governo e sociedade, seja mediante contrato de venda ou prestação de serviços, seja distribuído gratuitamente no ano.	221	

**Comentário:** A meta alcançou um valor acima do esperado. Os produtos e serviços disponibilizados pelo INPE tem se concentrado na oferta de base de dados ambientais, nos resultados de modelagem climática e de previsão de tempo, assim como nos serviços relacionados à engenharia, como os testes feitos pelo LIT.

## 8. IAL - Índice de Acesso Livre às Publicações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IAL = (NPBAL/NTPB)*100	Número (não cumulativo)	70	76
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPBAL	Número de publicações com texto completo com acesso livre no ano	793	
NTPB	Número total de publicações no ano com	1042	

**Comentário:** O valor pactuado foi atingido, mesmo considerando que a produção de artigos da Instituição está concentrada em periódicos de grandes editores. Do montante desses editores, 71% permitem a disponibilização do texto completo por meio do repositório institucional, 19% permitem a disponibilização da versão rascunho final (*final draft*) e somente 10% permitem o acesso livre ao texto completo. Para superar esse problema, a biblioteca do INPE solicitou aos autores o depósito da versão rascunho final, em preferência à versão final do editor. Além disso, a ocorrência em 2013 do XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, cujos Anais são inteiramente de acesso livre aos artigos, contribuiu significativamente para alcançar a meta pactuada.

### 9. IPV - Índice de Publicações Vinculadas a Teses e Dissertações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPV = PUB / NTD	Número (não cumulativo)	1,3	1,44
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
PUB	Número acumulado de artigos completos publicados ou aceitos em revistas, anais de congresso ou capítulos de livro diretamente vinculados a teses ou dissertações finalizadas no ano	176	
NTD	Número total de teses e dissertações finalizadas no ano com orientador pertencente ao quadro funcional do INPE	122	

**Comentário:** A meta foi alcançada e acompanhou a tendência de aumento do número de artigos publicados oriundos de trabalhos de teses e dissertações. Contudo, é importante registrar que a contabilização para esse indicador, limitada em até o ano de conclusão das teses e dissertações, não reflete o efetivo fruto dos trabalhos de pós-graduação. Esse prazo é muito curto para garantir a publicação de resultados científicos significativos em revistas especializadas de alto nível. Estima-se que a publicação de resultados científicos oriundos de teses e dissertações possa ainda acontecer em até três anos após a defesa.

### 10. IATAE - Índice de Atividade em Tecnologia Industrial Básica Aeroespacial

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IATAE = NAER / (NAER + NDIFAER) * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	50	58
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NAER	Nº de homens-hora dedicados às atividades na área Aeroespacial (atividades de montagem e integração, e atividades de tecnologia industrial básica na área aeroespacial), no ano.	85.004	
NDIFAER	Nº de homens-hora dedicados aos setores industriais diferentes do setor aeroespacial, no ano. Essas atividades incluem as atividades de metrologia e qualificação de componentes, produtos e processos.	62.713	

**Comentário:** O indicador busca mostrar o balanço entre as atividades dedicadas à área espacial e as dedicadas a outros setores industriais. Entende-se que, no INPE, a infraestrutura disponível deva ser utilizada não apenas pelos programas espaciais, mas também por outros setores da indústria nacional, de forma a agregar valor ao produto nacional. Em 2013, em função do lançamento do CBERS-3, parte significativa do grupo de integração e testes trabalhou na China para a realização dos testes e campanha de lançamento. Dessa forma, o indicador mostra que o balanço foi um pouco favorável às atividades da área espacial. Quanto ao NDIFAER, o desempenho foi semelhante ao de anos anteriores, apesar das dificuldades do setor industrial.

### 11. PIN - Participação da Indústria Nacional

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
-----------	-------------------	------	-----------

<b>PIN = [DIN / (DIN + DIE)] * 100</b>	% , sem casa decimal (não cumulativo)	80	99
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	
DIN	Somatório dos dispêndios em contratos e convênios com indústrias nacionais que desempenhem atividades relacionadas à área espacial para efeito de projeto na área de satélites, fornecimento de partes e equipamentos de satélites ou outras atividades.	R\$ 25.323.551,00	
DIE	Somatório dos dispêndios em contratos e convênios com indústrias estrangeiras que desempenhem atividades relacionadas à área espacial para efeito de projeto na área de satélites, fornecimento de partes e equipamentos de satélites ou outras atividades	R\$ 238.957,00	

**Comentário:** Em regime estável do Programa, isto é, com novos projetos surgindo para substituir os projetos que terminam, esse indicador captura a evolução da capacidade da indústria nacional em fornecer partes, equipamentos, subsistemas e serviços para o setor espacial, substituindo os contratos no exterior. O término da fabricação dos equipamentos do programa CBERS e o avanço no programa Amazônia implicam na queda de contratações de partes e componentes no exterior. A atividade principal neste ano foi de conclusão de equipamentos com fabricação nacional. Dessa forma, o indicador foi estimado em níveis elevados. Os altos valores apurados se devem a contratações no exterior que ainda não foram totalmente concluídas.

#### 12. PPACI - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Internacional

<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>META</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PPACI = NPPACI</b>	Número, sem casa decimal (não cumulativo)	50	49
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	
<b>NPPACI</b>	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência ao país.	49	

**Comentário:** O resultado abaixo do alcançado no ano anterior se deve principalmente a ajustes na condução das cooperações internacionais, com o movimento de renegociação e acertos na formalização de uma série de processos de cooperação internacional, cujo entendimento e tratativa vinham ocorrendo de maneira menos rigorosa.

#### 13. PPACN - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional

<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>META</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PPACN = NPPACN</b>	Número, sem casa decimal (não cumulativo)	70	48
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	
<b>NPPACN</b>	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano	48	

**Comentário:** O índice tem apresentado uma tendência de diminuição. Conforme já informado nos últimos relatórios apresentados, muitos convênios/acordos/termos de cooperação firmados há mais de cinco anos (convênios do tipo ôguarda-chuva) foram vencendo sem que os gestores os renovassem ou fizessem aditivos, seja por não haver mais a necessidade de tal parceria ou por ser um convênio ôguarda-chuva, genérico, o que não é mais aprovado pela Consultoria Jurídica da União (CJU) nem pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

#### 14. FQ ó Fator de Qualidade

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
$FQ = (1/n) \sum_{i=1}^n \frac{1}{Q_i}$	Número (não cumulativo)	8,2	8,5
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
N	Número de artigos publicados em revistas classificadas no Qualis	385	
Qualis (i)	Melhor qualificação do Qualis da CAPES para a revista onde foi publicado o artigo <i>i</i>	Qualis(i) (para i = 1, 385)	
F	Tabela de conversão das qualificações do Qualis para decimais		

**Comentário:** Como este é o primeiro ano em que este indicador é avaliado é importante serem feitas algumas observações. O FQ pode assumir valores de 0 a 10 e independe da quantidade de artigos produzida, já que expressa o número de artigos publicados em revistas classificadas no Qualis. Sendo assim, quanto maior é o FQ, maior é a qualidade dos artigos produzidos. Na definição do FQ é considerada uma tabela de conversão das qualificações do Qualis para decimais, dada por:

Qualis	Nota
A1	10
A2	8.6
B1	7.1
B2	5.7
B3	4.3
B4	2.9
B5	1.4
C	0

Partindo deste entendimento, observa-se um aumento regular do Fator de Qualidade ao longo dos três últimos anos. Isto demonstra que a comunidade científica no INPE privilegia a publicação em periódicos com o Qualis A e B.

### 15. APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
$APD = [1 - (DM / OCC)] * 100$	Número, sem casa decimal (não cumulativo)	50	47
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
DM	Ú das Despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano	R\$ 45.531.612,04	
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas	R\$ 85.662.206,81	

**Comentário:** O índice atingido em 2013 foi de 94% do valor pactuado. Um dos principais fatores que causaram este desempenho está associado a ajustes efetuados pela Administração do INPE, que resultou numa redução de suas despesas no que tange à gestão de contratos de funcionamento do Instituto.

### 16. RRP - Relação entre Receita Própria e OCC

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
<b>RRP = RPT / OCC * 100</b>	%, sem casa decimal (não cumulativo)	30	29
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
RPT	Receita Própria Total incluindo a receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa)	25.068.535,62	
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas	R\$ 85.662.206,81	

**Comentário:** O valor alcançado para esse indicador ficou bem próximo do pactuado. Existe uma expectativa de aumento desse índice para os próximos anos, pois recursos significativos de projetos já aprovados do CT-INFRA e da FINEP ainda não foram liberados. Em especial, o projeto FINEP referente à ampliação do LIT que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários, sendo esta uma das metas do Programa de Política Espacial do PPA 2012-2015.

#### 17. IEO - Índice de Execução Orçamentária

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
<b>IEO = VOE / OCC<sub>e</sub> * 100</b>	%, sem casa decimal (não cumulativo)	100	57
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
VOE	Ú dos valores de Custeio e Capital efetivamente empenhados e liquidados. Somente fonte 100.	R\$ 85.662.206,81	
OCC <sub>e</sub>	Limite de empenho autorizado	R\$ 151.031.073,09	

**Comentário:** a execução orçamentária de 57% em 2013 ficou menor que a de 2012 (68%) e maior que a de 2011 (49%). A execução orçamentária de 2013 baixou em relação a 2012, apesar do esforço conjunto das equipes de planejamento orçamentário e financeiro do INPE em repetir ou melhorar o resultado de 2012. É importante observar que a execução dos recursos oriundos das Ações do MCTI ficou em 80% em 2013, enquanto que a das Ações do PNAE-AEB ficou em 45%. Portanto, a piora da execução orçamentária esse ano é principalmente devida à baixa execução dos recursos do PNAE. Esse fato é explicado pela característica dos contratos da área de Engenharia do INPE. O adiamento da entrega de vários equipamentos/serviços pelas empresas contratadas levou ao adiamento do pagamento de vários eventos contratuais nesse ano. Além disso, a liberação tardia do orçamento da União em 2013 e a publicação da Portaria MPOG N° 268 de 30 de julho de 2013 tiveram um impacto negativo na execução orçamentária nesse ano. É bom frisar que a meta de 100% de execução orçamentária é muito difícil de ser alcançada, dados as características dos contratos do Programa Espacial executados pelo INPE. Apesar do liquidado ter sido baixo, foram empenhados 97%.

#### 18. ICT - Índice de Capacitação e Treinamento

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
<b>ICT = ACT / OCC * 100</b>	%, sem casa decimal (não cumulativo)	1	0,38
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
ACT	Recursos financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento no ano	R\$ 329.138,45	
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não	R\$ 85.662.206,81	

liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas

**Comentário:** O índice ficou em 38% do valor pactuado. A liberação tardia do orçamento e o corte no dispêndio para capacitação a partir de julho devido à publicação da Portaria MPOG N° 268 de 30 de julho de 2013 contribuíram para esse resultado. Apesar do baixo índice alcançado, os servidores do INPE realizaram 27.600 horas de treinamento, correspondendo a 92% da meta de 30 mil horas de treinamento para o exercício de 2013, proposta pelo Serviço de Treinamento do INPE. Em 2013, foram realizadas 1.727 participações em ações de capacitação em 303 cursos (90 eventos internos e 213 externos). Se considerarmos o valor das gratificações pagas a servidores do INPE que ministraram cursos no Instituto (regulamentado pelo Decreto 6.114/2007), o valor gasto com Capacitação e Treinamento em 2013 aumenta para R\$ 436.277,48, levando a um ICT de 0,51 %. Há um entendimento no Instituto que essas gratificações deveriam ser contabilizadas para o indicador de capacitação e treinamento.

#### 19. PRB - Participação Relativa de Bolsistas

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
$PRB = [NTB / (NTB + NTS)] * 100$	%, sem casa decimal (não cumulativo)	13	15
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NTB	Û dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano.	200	
NTS	Número total de servidores em todas as carreiras, no ano, inclusive CDT	1091	

**Comentário:** O índice superou o valor pactuado. Entende-se este resultado como um dos reflexos da diminuição da defasagem dos valores das bolsas do Programa PCI, assim como das bolsas de recém-doutor e de pós-doutoramento das agências de fomento disponíveis para o Estado de São Paulo. Segue também a tendência de queda na disponibilização de vagas no mercado de trabalho, principalmente nas universidades federais, nas áreas de atuação do INPE, o que indica que a oferta de bolsas torna-se mais atrativa para os potenciais candidatos, aumentando seu número.

#### 20. PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
$PRPT = [NPT / (NPT + NTS)] * 100$	%, sem casa decimal (não cumulativo)	32	35
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPT	Û do pessoal terceirizado, no ano	588	
NTS	Número total de servidores em todas as carreiras, no ano, inclusive CDT	1091	

**Comentário:** A meta foi ligeiramente superada, contudo é importante colocar que o número do pessoal terceirizado representa a força de trabalho dedicada à limpeza, manutenção, segurança e apoio administrativo. Apesar do INPE ter conseguido neste período mais 12 novos analistas advindos do último concurso, a necessidade de um grande quantitativo de funcionários terceirizados para realizar as tarefas de cunho administrativo deste Instituto permanece. O reduzido quadro na área administrativa decorre também do fato de ainda não se ter conseguido suprir todas as 28 vagas da carreira de gestão direcionadas ao INPE. Sem o pessoal terceirizado de apoio administrativo, a rotina institucional fica muito prejudicada, não há como realizar as tarefas de maneira eficiente e nem cumprir as metas do INPE efetivamente.

## 14. INFORMAÇÕES REQUERIDAS DE INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

**Quadro 69 ó Resultados dos indicadores ó acórdão TCU N.º 2.267/2005**

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2013	2012	2011	2010	2009
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Candidatos}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas}}$	1,323	1,643	1,756	1,741	1,569
	Relação Ingressos/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Aceitos}}{\text{N}^\circ \text{ de Ativos}} \times 100$	33,333	38,857	42,376	43,568	48,477
	Relação Concluintes/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Titulados}}{\text{N}^\circ \text{ de Ativos}} \times 100$	23,970	23,428	23,168	20,539	33,021
	Índice de Eficiência Acadêmica ó Concluintes	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Titulados}}{\text{N}^\circ \text{ de Aceitos nos anos de admissão correspondentes}} \times 100$	69,189	61,809	75,974	60	77,049
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Desligados} + \text{Desistentes}}{\text{N}^\circ \text{ de Ativos}} \times 100$	3,932	5,523	5,742	5,809	5,854
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ativos}}{\text{N}^\circ \text{ de Docentes}}$	2,179	2,243	1,949	1,861	1,889
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Não se aplica à Pós-Graduação					
	Percentual de Gastos com Pessoal	Não se aplica à Pós-Graduação					
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Não se aplica à Pós-Graduação					
	Percentual de Gastos com Investimentos	Não se aplica à Pós-Graduação					
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Indisponível					
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	padrão	5	5	5	5	5

### Observações:

1. O INPE não tem cursos de Graduação, tendo somente programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).
2. Utilizou-se na tabela a nomenclatura adotada pelo sistema de controle acadêmico do INPE.
3. O sistema de controle acadêmico atual do INPE não permite obter, de forma automática, vários dos dados de base necessários para calcular os indicadores solicitados na tabela. Alguns dos dados de base, como os números de alunos ativos/desligados/desistentes ao final de um dado ano, foram obtidos de levantamentos pré-existentes criados para outros fins. Estes dados de base devem ser vistos como estimativas, uma vez que dependem da data em que foram coletados (p.ex. em um ano um levantamento foi feito em novembro enquanto que em outro ano, ele foi feito em dezembro). Além disso, o INPE não tem registrado o número de alunos ingressantes a cada ano, dado que ele não constava nos levantamentos anteriores. Na tabela, utilizou-se então o número de candidatos aceitos, que é próximo daquele de alunos ingressantes (erro estimado entre 5% e 10%). Para a obtenção dos dados de base corretos seria necessário um trabalho manual, para o qual não temos um número suficiente de funcionários. O INPE iniciou no final de 2013 a criação de um novo sistema de controle acadêmico, a partir do qual deverá ser possível obter dados de base, como aqueles necessários para o cálculo dos indicadores da tabela. Os números de

candidatos/vagas/titulados/aceitos/docentes, no entanto, são exatos. Portanto somente a Relação Candidato/Vaga é exata e os demais indicadores devem ser vistos como estimativas, com um erro, também estimado, de 5% a 10%.

4. O método de cálculo de indicadores utilizado pelo TCU, definido pelo Acórdão TCU nº. 2267/2005, especifica que o Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. Entendemos que esta terminologia foi adotada porque a colação de grau na graduação independe do aluno. Assim sendo, consideramos na tabela que concluintes de um dado ano são os discentes que obtiveram seus títulos naquele ano.
5. Para o cálculo do Índice de Eficiência Acadêmica ó Concluintes de um dado ano, foram considerados no denominador o número de alunos aceitos no ano que levaria ao período máximo de titulação (5 para Doutorado e 3 para Mestrado).
6. Os indicadores administrativos não foram calculados, já que consideramos que este item deve ser tratado pelo INPE como um todo. É importante notar que os docentes da Pós-Graduação do INPE não se dedicam exclusivamente a atividades acadêmicas, e que o corpo docente de cada curso do INPE contém docentes internos e externos à Instituição. Além disso, o custo das bolsas de estudo usufruídas pelos discentes deve ser considerado como gasto das agências de fomento provedoras das bolsas, como a CAPES e o CNPq.
7. O INPE não solicita a informação de renda familiar dos discentes, já que esta informação, de cunho pessoal, não é relevante, ao contrário do que ocorre nos cursos de Graduação nas universidades públicas, onde se disponibiliza bolsas de estudo para alunos de baixa renda.

#### Análise crítica dos resultados dos indicadores:

1. A relação Candidatos/Vaga, com média de 1.6 nos últimos 5 anos, é baixa mas pode ser considerado muito boa, levando-se em conta que a grande maioria dos cursos de Pós-Graduação do INPE atraem candidatos de formação muito específica.
2. O Índice de Retenção do Fluxo Escolar é baixo, de cerca de 5% em média nos últimos 5 anos e abaixo de 4% no último ano, mesmo considerando-se o erro estimado.
3. A Relação Ingressos/Aluno e a Relação Concluintes/Aluno são adequadas, mesmo considerando-se o erro estimado. Nota-se que, segundo as estimativas, atualmente entram em média 4 alunos para cada 3 alunos que saem, entre concluintes, desistentes e desligados, o que pode ser visto como uma boa taxa de crescimento.
4. O Índice de Eficiência Acadêmica ó Concluintes é subestimado, já que o denominador está superestimado. O índice relativo a 2013, por exemplo, deve ser de na faixa de 76%, o que é um número bastante satisfatório.
5. A Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral é baixa, mesmo considerando-se o erro estimado, com as estimativas atuais de 2 alunos por docente, o que garante um atendimento adequado aos alunos sem sobrecarga sobre os docentes.

**Quadro 70 ó Relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio**

Valores em R\$ 1,00

Fundação de Apoio													
Nome: Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais - FUNCATE								CNPJ: 51.619.104/0001-10					
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
N°	Tipo	N°	Objeto	Vigência		Valor		N°	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
								763483/2011	Estabelecimento de mecanismos de apoio ao Programa Internacional Geosfera-Biosfera (IGBP) e ao Projeto Global de Uso da Terra (GLP)>	16/12/2011	15/12/2015	3.442.425,00	1.505.000,00
				<b>Total</b>								<b>Total</b>	
Recursos Pertencentes às ICT Envolvidos nos Projetos													
Projeto		Recursos das ICT											
N°	Tipo	Financeiros		Materiais				Humanos					
		Valor		Tipo	Valor	Quantidade	Valor						
763483/2011	2			X	X	08							

**Tipo:**  
 (1) Ensino  
 (2) Pesquisa e Extensão  
 (3) Desenvolvimento Institucional  
 (4) Desenvolvimento Científico  
 (5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: Convênios INPE

## **15. INFORMAÇÕES REQUERIDAS DE UJ QUE GERENCIEM PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

Os projetos financiados com recursos no exterior totalizaram R\$ 979.407,55; quantia considerada pouco expressiva diante do orçamento do Instituto. Por esse motivo serão detalhados neste texto apenas os projetos mais significativos em termos de volume de execução orçamentária, que são os projetos AMAZALERT e COMBINE.

O projeto AMAZALERT foi concebido com o objetivo de se avaliar criteriosamente mecanismos de interação e realimentação entre o sistema climático, mudanças no uso e cobertura da terra e na disponibilidade hídrica na Amazônia. O projeto integra os conhecimentos e pesquisas multidisciplinares de instituições brasileiras e de países da América do Sul e da Europa, renomadas internacionalmente nas áreas de pesquisa de mudanças climáticas, uso e cobertura da terra e análises de políticas públicas.

O Projeto AMAZALERT tem como agência financiadora a Comissão Europeia (EU-FP7) e executou R\$ 650.000,00 em 2013. Ele é executado em colaboração com diversas instituições de pesquisa, sendo as atividades do INPE executadas, primariamente, através do apoio de bolsas de pesquisa da FUNCATE. Destaca-se que não houve alterações relevantes na execução do cronograma ou impactos no orçamento previsto para execução das atividades dos bolsistas de pesquisa, decorrentes de variação cambial. Considerando-se que o projeto ainda está em execução, os produtos e resultados científicos a ele relacionados ainda estão sendo obtidos. Na realidade, o AMAZALERT tem desencadeado uma importante geração de conhecimento e aprimoramento de modelos climáticos na instituição.

O projeto COMBINE proporcionou o intercâmbio de grupos de pesquisas trabalhando no desenvolvimento e uso de Modelos do Sistema Climático Global (MSCG), com a finalidade de aprimorar as projeções do clima e de mudanças climáticas para as próximas décadas. Neste contexto, os MSCG foram refinados para considerarem um número maior de processos físicos e biogeoquímicos relacionados à dinâmica climática, incluindo as influências dos aerossóis sobre as características das nuvens, ciclos do carbono e nitrogênio, e a dinâmica das geleiras, entre outros. Estes refinamentos contribuíram para a redução de algumas das importantes incertezas sobre as atuais projeções das condições climáticas no futuro.

O projeto teve contribuições muito importantes para o melhoramento de MSCG em desenvolvimento no INPE, sobretudo em relação à simulação da dinâmica da superfície terrestre. Em específico, houve avanços importantes no desenvolvimento do acoplamento entre modelos da dinâmica global da vegetação e da circulação global da atmosfera, onde foi desenvolvido o uso conjunto do modelo Integrated Land Simulator INLAND do Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) e do modelo global da circulação da atmosfera (AGCM) do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC). Além destes, a inclusão de processos relacionados ao uso da terra, como o desmatamento e o fogo, foram atividades de destaques em modelagem das interações superfície-atmosfera desenvolvidas com recursos do COMBINE.

O projeto COMBINE tem financiamento da European Commission, DG Research & Innovation e ao longo de 2013 foram executados R\$142.179,55. Dentro do Projeto COMBINE durante o ano de 2013, não ocorreram atrasos na execução do cronograma, nem alterações contratuais relevantes. Um dos principais impactos positivos do projeto naquele ano foi o de financiar a inclusão dos efeitos do desmatamento e do fogo no desenvolvimento dos modelos da dinâmica da superfície terrestre no INPE/CCST. Além disso, foram feitos avanços importantes no acoplamento e uso dos

modelos CPTEC-AGCM e Inland no supercomputador Tupã do INPE. Os fundos que subsidiaram a participação dos pesquisadores envolvidos no projeto em reuniões técnicas e científicas, com passagens e diárias, também tiveram um impacto positivo muito importante para o desenvolvimento do projeto.

## **16. INFORMAÇÕES REQUERIDAS DE UJ PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

### **INFORMAÇÕES SOBRE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

Nome: FIPECq

Razão Social: FIPECq ó Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA.

CNPJ: 00.529.958/0001-74

- Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes: R\$ **618.273,69**;
- Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora: R\$ **47.809,59**;
- Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes: R\$ **47.809,59**;
- Fundamentação legal: Art. 5º da Emenda Constitucional nº 20, publicada no Diário Oficial da União de 16/12/1998, que estabelece a paridade entre a Contribuição das Patrocinadoras e Participantes, e §2º do Art. 105 do Regulamento Básico do Plano de Previdência Complementar.

**Fonte: SIAPE**

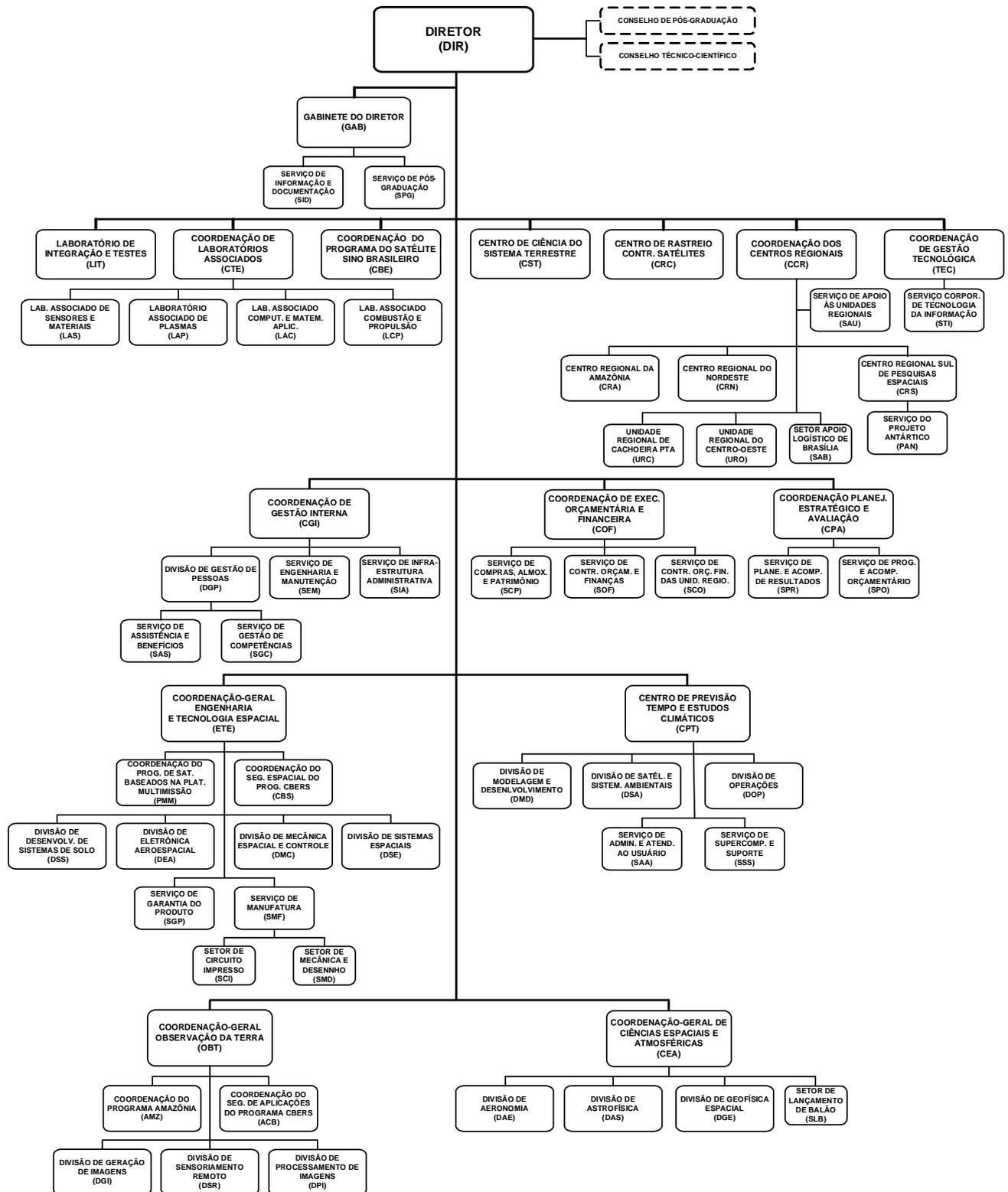
## 17. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O INPE incorpora diariamente o desafio de manter-se como instituição de excelência no setor de pesquisa, desenvolvimento e inovação nacional, atuando com dedicação, dinamismo e criatividade. A busca constante de soluções que lhe permitam maior agilidade em seus processos e decisões, sem a perda de qualidade de seus trabalhos, tem possibilitado a parceria com diversos setores no País e no exterior. Esta rede amplia os recursos para seus projetos e pesquisas em termos humanos, orçamentários e/ou de infraestrutura. A contribuição para o atendimento à Política de Ciência e Tecnologia Nacional tem sido significativa, especialmente, em Meteorologia e Mudanças Climáticas, no Monitoramento da Amazônia e no Programa Espacial.

Com o seu Plano Diretor 2011-2015, o INPE estabeleceu um modelo de gestão que dá transparência ao cumprimento das metas físicas e execução orçamentária para todos os seus projetos, atividades, ações e planos orçamentários do PPA sob sua responsabilidade. Estas informações estão disponibilizadas no site <http://www.inpe.br/acessoainformacao/>. Este modelo incorpora ainda outros instrumentos de gestão, a saber, o Termo de Compromisso de Gestão (TCG) firmado com o MCTI, os Termos de Cooperação para Descentralização de Crédito (TCDC) pactuados com a AEB, e o Relatório de Gestão elaborado para a Controladoria Geral da União (CGU).

Para 2014 as principais metas são: i) lançamento do satélite CBERS-4; ii) desenvolvimento do satélite Amazônia-1; iii) aumento do índice de acerto das previsões de tempo, clima e precipitação; iv) execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Testes (LIT), capacitando-o a realizar testes em satélites geoestacionários; v) expansão da área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para o bioma Cerrado; vi) implantação do Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST).

# ANEXO 1 - ORGANOGRAMA



## ANEXO 2 6 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

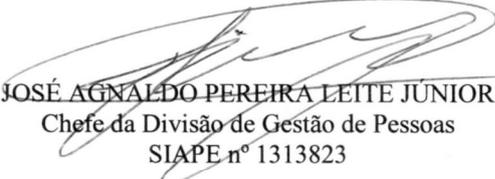
### Declaração de Bens e Rendas

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, todo agente público tem a opção de entrega de autorização de acesso eletrônico à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações.

Desde 2008 os servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou da Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Divisão de Gestão de Pessoas - DGP, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007.

Sendo Assim, declaramos que o INPE está em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.730/93, na Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007, e na Instrução Normativa – TCU nº 65, de 20 de abril de 2011, quanto à obrigatoriedade da apresentação da Declaração de Bens e Rendas de seus Agentes Públicos, e que as Declarações de Bens e Rendas ou autorizações de acesso eletrônico dos servidores do Instituto estão sob a guarda da Divisão de Gestão de Pessoas – DGP.

São José dos Campos, 06 de março de 2014.



**JOSÉ AGNALDO PEREIRA LEITE JÚNIOR**  
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas  
SIAPE nº 1313823

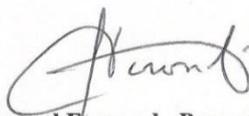
**ANEXO 3 6 DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**

**QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Leonel Fernando Perondi**, CPF nº212.451.260-91, **Diretor**, exercido no **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São José dos Campos, 12 de março de 2014.



**Leonel Fernando Perondi**  
CPF nº 212.451.260-91  
**Diretor/INPE**

**ANEXO 4 6 DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA**



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração**  
**Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças**  
**Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira**

PARTE A, ITEM 11.2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Quadro A.11.2.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Códigos das UGE	
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE		240106, 240107 e 240108	
<p>Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos – SP (UGE 240106), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de Natal – RN (UGE 240107) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de Cachoeira Paulista – SP (UGE 240108) e, ressalto que as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	10/02/2014
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenaka	CRC nº	DF-006666/O-1